

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Tecnológico
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

“Florianópolis, paraíso da classe A”:
turismo de elite e segregação
como projetos de associações empresariais

Trabalho de Conclusão de Curso para
Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Pedro Jerônimo Vianna Baptista Vaz de Faria
Orientador: Prof. Dr. Raphael Grazziano

Florianópolis
Dezembro de 2023

Resumo

Nas últimas duas décadas, a Região Metropolitana de Florianópolis é palco de uma acirrada disputa sobre os rumos do desenvolvimento urbano e das dinâmicas imobiliárias, que vêm sendo contestados por associações de bairro, ambientalistas e acadêmicos. Não obstante a oposição desses agentes, o direcionamento das políticas públicas, que converge com a opção de empresários por produtos imobiliários e turísticos diferenciados, tem reforçado a segregação socioespacial em todo o território e privilegiado um padrão de ocupação elitista da ilha. A crescente participação política de associações empresariais pode estar relacionada ao sucesso de empresários na imposição de interesses particulares. Este trabalho se propôs a entender qual é a influência desses aparelhos privados de hegemonia empresariais nas decisões de agências e secretarias públicas, bem como nos rumos do turismo e do desenvolvimento urbano. Para tanto, realizamos uma pesquisa histórica sobre o associativismo empresarial em Florianópolis que aliou levantamento bibliográfico a análise de documentos. Mostramos como há uma continuidade entre as reivindicações das primeiras associações voluntárias de empresários do turismo e da incorporação, como a Fundação Pró-turismo de Florianópolis, e as entidades mais recentes, como a Associação FloripAmanhã. Entendemos que essa associação tem sido capaz de dirigir amplos setores da sociedade em prol de um projeto de cidade exclusivista, que articula a opção por um desenvolvimento urbano segregador, e que vem sendo encampado pelo empresariado em conjunto com sucessivas gestões da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Palavras-chave: Região Metropolitana de Florianópolis; turismo; segregação urbana; conflito de classes; aparelhos privados de hegemonia.

Sumário

Lista de abreviaturas	4
Introdução	6
1 Desigualdade, segregação e dinâmicas imobiliárias	12
1.1 A produção histórica da segregação em Florianópolis	15
1.1.1 As dinâmicas imobiliárias ao longo do século XX	16
1.1.2 Reestruturação imobiliária com reforço da segregação	21
1.2 Determinações da ação coletiva dos incorporadores	26
1.2.1 Considerações teóricas sobre as associações	27
1.2.2 Formas de interação entre capitais e Estado	29
1.2.3 A consolidação da aliança turismo-incorporação	30
2 Turismo como motor da segregação socioespacial	35
2.1 A emergência das associações do turismo-incorporação	35
2.1.1 Fundação Pró-turismo de Florianópolis	38
2.1.2 A experiência do associativismo militante	41
2.2 O problema da sazonalidade e sua solução	42
2.2.1 Florianópolis <i>Convention & Visitors Bureau</i>	46
2.2.2 A cidade no mapa dos eventos internacionais	49
2.2.3 A opção pelo turismo de elite	53
3 A hegemonia de empresários na política urbana	56
3.1 A Associação FloripAmanhã	57
3.1.1 Nova associação, mesmas lideranças	58
3.1.2 Diversidade para produzir consenso	61
3.1.3 A convergência com o emergente ramo das TIC	65
3.2 Os projetos de cidade e de gestão pública	68
3.2.1 A relação entre ilha e continente	69
3.2.2 Cidade segregada, governança empresarial	74
Conclusão	80
Referências Bibliográficas	82
Fontes selecionadas	86

Lista de abreviaturas

ABAV Associação Brasileira de Agentes de Viagens
ABEAR Associação Brasileira das Empresas Aéreas
ABEOC Associação Brasileira de Empresas de Eventos
ABRAINCC Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias
ABRAJET Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo
ACIF Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
ACATE Associação Catarinense de Tecnologia
ACE Associação Catarinense de Engenheiros
ACM Associação Catarinense de Medicina
ALESC Assembleia Legislativa de Santa Catarina
ANDIFES Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPROTEC Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH Banco Nacional da Habitação
BRDE Banco de Desenvolvimento da Região Sul do Brasil
CBCVB Confederação Brasileira dos CVBx
CBIC Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CDL Câmara dos Dirigentes Lojistas
CEAG Centro de Assistência Gerencial
CELTA Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas
CEPA *Centros de Estudios y Proyección del Ambiente*
CERTI Fundação Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras
CNAE Classificação Nacional das Atividades Econômicas
CNTur Confederação Nacional do Turismo
COCAL *Confederación de Entidades Organizadoras de Congresos y Afines de America Latina*
CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CVBx *Conventions & Visitors Bureaux*
DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Embratur Instituto Brasileiro do Turismo
FACISC Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina
FATMA Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina
FBCVB Fórum Brasileiro de CVBx
FCC Fundação Catarinense de Cultura
FGV Fundação Getúlio Vargas
FHORESC Federação de Hotéis, Restaurantes e Similares de Santa Catarina
FIESC Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

FII Fundo de Investimento Imobiliário
IAB Instituto de Arquitetos do Brasil
IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICCA *International Congress and Convention Association*
IPUF Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
LEED *Leadership in Energy and Environmental Design*
MEC Ministério da Educação e Cultura
OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU Organização das Nações Unidas
OUC Operação Urbana Consorciada
PDS Partido Democrático Social
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROTUR Fundação Pro-Turismo de Florianópolis
RAIS Relação Anual de Informações Sociais
SANTUR Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina
SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOVI Sindicato da Habitação
SEINFLO Sindicato das Empresas de Informática de Florianópolis
SINDUSCON Sindicato da Indústria da Construção
SFH Sistema Financeiro da Habitação
SETUR Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte de Florianópolis
SFI Sistema Financeiro Imobiliário
SHRBS Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares
SINDETUR Sindicato das Empresas de Turismo
TIC Tecnologias da Informação e Comunicação
UFECO União Florianopolitana de Entidades Comunitárias
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USGBC *United States Green Building Council*

Introdução

Florianópolis, capital administrativa de Santa Catarina, é núcleo de uma das 15 metrópoles brasileiras, de acordo com a classificação do IBGE no estudo de Regiões de Influência das Cidades de 2018 (IBGE, 2020). A região de influência da Metrópole compreende 265 cidades, 7.138.738 habitantes e tem área total de 96.954 quilômetros quadrados, perfazendo 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Articulado com importantes Capitais Regionais — Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí-Balneário Camboriú e Joinville —, o Arranjo Populacional de Florianópolis tem, relativamente, a menor participação econômica entre todas as 15 metrópoles: perfaz apenas 14,1% do PIB de sua região de influência.

Tabela 1: Arranjo Populacional de Florianópolis (IBGE, 2023)

município	população/hab	área urbanizada/km ²	área total/km ²
Florianópolis	537.511	108,79	674,84
São José	270.299	43,03	150,50
Palhoça	222.598	51,47	394,85
Biguaçu	76.773	21,54	365,76
Santo Amaro da Imperatriz	27.272	10,32	344,24
Governador Celso Ramos	16.915	7,64	127,56
Antônio Carlos	11.224	4,24	234,42
Paulo Lopes	9.063	3,34	446,16
Águas Mornas	6.743	2,63	326,66
São Pedro de Alcântara	5.776	1,36	139,20
TOTAL	1.184.174	254,36	3.204,19

Neste trabalho, interessa-nos sobretudo a cidade de Florianópolis e sua relação com os municípios de sua região geográfica imediata, que o IBGE denomina de Arranjo Populacional de Florianópolis. Esse compreende todos os 9 municípios da Região Metropolitana¹ — Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos, Águas Mornas, São Pedro de Alcântara — mais Paulo Lopes, que está em sua Área de Expansão Metropolitana. Na

¹A Região Metropolitana de Florianópolis está instituída pela Lei Complementar Estadual de Santa Catarina 636/2014, que substituiu a 495/2010.

Tabela 1, podemos conferir os dados populacionais do Censo de 2022 para o Arranjo Populacional de Florianópolis, além das áreas totais e urbanizadas dos municípios.

Florianópolis foi palco, no período recente, de acirradas disputas sobre o uso do território, como as que envolveram o Plano Diretor de 2023, a implantação do novo terminal do Aeroporto Internacional Hercílio Luz e o projeto da Marina da Beira-Mar Norte. Ao fazer um balanço desses processos políticos, nos deparamos com uma vitória inequívoca do projeto de modernização da cidade que vem sendo imposto pela Prefeitura Municipal. Com postura intransigente e assertiva, a Prefeitura é eficaz em contornar os obstáculos legais, como a legislação ambiental federal, e ver seu projeto de cidade avançar a passos largos. Até faz crer que os opositores desse projeto são uma minoria confusa, desarticulada e histérica; são os “contra a cidade” diante do conjunto organizado, unido e esclarecido de empresários, técnicos e parlamentares “pró-turismo”, “pró-empregos”, “pró-desenvolvimento”.

Essa imagem dos processos políticos, porém, não é verdadeira. O pontapé inicial para a elaboração de um Plano Diretor Participativo, no início dos anos 2000, foi dado por estudantes, professores e ambientalistas — os “do contra” —, inspirados pelo Estatuto da Cidade e pelas lutas que culminaram em sua promulgação em 2001 (ALVARISTO et al., 2022). São fartos os registros históricos de manifestações, outrora vitoriosas, que rejeitaram propostas antipopulares para a cidade (BURGOS, 2022). Na recente disputa sobre o Plano Diretor de Florianópolis, os “do contra”, frustrados com o projeto de lei que desconsiderou suas reivindicações, chegaram a elaborar um substitutivo global à proposta, tecnicamente embasado, manifestando sua rejeição ao conteúdo do plano e ao processo atropelado de sua elaboração (SUBSTITUTIVO..., 2023). Vê-se, portanto, que não faltou aos “do contra” nem capacitação técnica nem participação ativa nesses processos, ainda que tenham enfrentado limitações de pessoal e de recursos.

O que permitiu, então, a vitória dos projetos antipopulares no período recente? A explicação, pensamos, não deve ser reduzida à noção de “participação”, tomada como sinônimo de “engajamento popular”, ou seja, a razão da falha dos processos participativos não foi a insuficiência, o cerceamento ou o falseamento da participação. Este trabalho mostra que todos esses processos privilegiaram a participação, mas de um tipo específico: a de empresários e de suas associações. É possível até mesmo entendê-la como a característica central dos processos políticos e da própria institucionalidade, que

permitiu que um projeto — o empresarial — pudesse suplantar as alternativas. Não estamos propondo que se entenda os processos de produção da cidade como resultado exclusivo da ação de empresários. Na verdade, há muitos trabalhos excelentes que já mostraram como a ação de setores médios e populares em Florianópolis foi um contrapeso importante, incômodo e decisivo em muitos casos, que freou a expropriação de direitos sociais e a imposição de projetos empresariais sobre os cidadãos, como Rizzo (2013), Siqueira et al. (2020), Peres (2022), Alvaristo (2022), para citar alguns exemplos.

O que procuramos demonstrar com este trabalho é que, desde os anos 1990, Florianópolis é palco de acirrada ampliação da participação da sociedade civil empresarial e de sua influência sobre o Estado e a definição de políticas. Por meio do associativismo, a ação política de empresários tem sido aquela capaz de hegemonizar as demais e de avançar um projeto político completo para Florianópolis. Isso tem calado a voz dos subalternizados e anulado suas contribuições inventivas e potentes para a cidade. Esse é um tema que, a nosso ver, vem sendo insuficientemente tratado no contexto acadêmico.

Para tanto, o presente trabalho assume como objeto o associativismo empresarial recente em Florianópolis, e toma como fio condutor a problemática social originada em seus projetos políticos. Nosso objetivo é entender a influência dos aparelhos de ação coletiva do empresariado — e em particular o da Associação FloripAmanhã — nos rumos do desenvolvimento urbano da metrópole de Florianópolis. Para tal, elegemos como objetivos específicos:

1. determinar para onde apontam as dinâmicas imobiliárias preponderantes na cidade;
2. localizar o papel dos empresários do turismo e das narrativas turísticas;
3. caracterizar o associativismo empresarial recente em Florianópolis;
4. identificar quais são as diretrizes de seu projeto para a cidade; e
5. compreender sua influência sobre as agências públicas e os órgãos da gestão municipal e de planejamento urbano.

A pesquisa restringe-se, no entanto, a uma das dimensões do associativismo recente: aquilo que chamaremos de *associações voluntárias militantes*, que avocaram-se o papel de elaborar o planejamento estratégico da cidade. Por características particulares de Florianópolis, essas são associações de empresários que partem, majoritariamente, do binômio turismo-construção civil (BERTOLI, 2018). No período recente, a entidade mais representativa desse fenômeno é a Associação FloripAmanhã, sobre a qual aprofundamos

nossa análise. Logo, o trabalho não pretende fazer uma análise multissetorial e multiescalar do empresariado como ator político local, embora isso seja, a nosso ver, uma agenda de pesquisas válida e necessária.²

Dialogamos, assim, com os estudos de empresariamento da cidade relacionados com “nova questão urbana”, na acepção de Vainer (2013), isto é, o contexto em que a competitividade e a internacionalização são alçadas a preocupação prioritária da administração pública municipal. Veremos, no capítulo 2, como o *marketing* urbano de Florianópolis relaciona-se à consolidação da atividade econômica turística e de incorporação imobiliária. Além disso, debatemos com uma série de estudos que vem enfrentando o problema do associativismo empresarial e seu papel de amplificar as expropriações de direitos sociais, em especial o trabalho de Fontes (2010; 2020). A influência do associativismo empresarial no Estado é ainda um tema polêmico na academia (MANCUSO, 2007); neste trabalho, defendemos que é um elemento incontornável para compreender a formulação de políticas públicas e as ações estatais, no âmbito regional. Ao longo do trabalho, e mais enfaticamente no capítulo 3, mostramos como o associativismo pode ser relacionado à imposição de um projeto de cidade que expropria o direito à cidade de parcelas importantes da população.

Para avançar nesta pesquisa histórica, nos valem de revisão da bibliografia e da técnica de análise de documentos. A bibliografia compreende **(1)** pesquisas sobre as transformações urbanas de Florianópolis no período recente, **(2)** pesquisas que tratam do associativismo empresarial em Florianópolis, e **(3)** pesquisas sobre o *marketing* urbano e os conflitos de narrativas sobre a cidade. No decorrer do trabalho, consultamos um conjunto extenso de fontes primárias e secundárias, principalmente em formato digital. Cerca de 300 documentos foram selecionados para análise e permitiram estabelecer relações com o argumento desenvolvido ao longo do texto.

As fontes primárias mais importantes foram documentos produzidos pelas próprias

²É uma agenda que, lamentavelmente, tem sido assumida por um número reduzido de pesquisadores. Reconhecemos os trabalhos de Meurer (1994), Balthazar (1995), Bertelli (1995), Prochnov (1997), Januario (1997) e Marmitt (2017) em torno da linha de pesquisa Empresariado, Estado e Sociedade, coordenada por Ary Cesar Minella no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC. Além disso, há outros autores que privilegiaram o tema do associativismo recente por diferentes inserções, como Aguiar (2015), Bertoli (2017; 2018) e Boppré (2022).

empresas e associações, acessíveis publicamente por meio de seus *sites* institucionais.³ Trata-se de **(a)** estatutos e regimentos, **(b)** quadros de associados, **(c)** relações de membros de diretoria e conselhos, **(d)** relatórios de gestão e perfis institucionais, **(e)** materiais publicitários e de campanha, entre outros. Também trabalhamos com documentos produzidos e sistematizados no âmbito do Estado, como **(f)** peças legislativas e seus projetos, **(g)** atas e relatórios de audiências e eventos públicos, e **(h)** dados do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.⁴

Outras fontes consultadas foram jornais digitais de grande circulação, tanto nacionais, como *Folha de S.Paulo*, *Estadão* e *O Globo*, quanto regionais, como *ND Mais* e *NSC Total*. Além disso, consultamos publicações especializadas do ramo de turismo e eventos, como *Mercado e Eventos*, *Panrotas* e *Portal Eventos* (do Grupo Conecta Eventos).⁵ Nessas fontes, obtivemos **(i)** entrevistas com personalidades relevantes e **(j)** artigos e reportagens sobre as empresas e associações investigadas.

O texto está organizado em três capítulos. No primeiro, relacionamos a desigualdade social com sua manifestação espacial, a segregação socioespacial. Mostramos como, no contexto de Florianópolis, a segregação foi impulsionada pelas dinâmicas imobiliárias a partir da comunhão de objetivos econômicos e políticos de empresários do turismo e incorporadores, os principais agentes privados que produzem o espaço urbano; pode-se falar na consolidação de uma *aliança turismo-incorporação*, que se materializará em associações empresariais desses ramos.

No segundo capítulo, historicizamos a emergência das associações do turismo-incorporação, e como isso esteve relacionado ao problema da sazonalidade turística. A

³Como em geral os *sites* institucionais refletem apenas informações atualizadas (por exemplo, a diretoria em exercício no momento da coleta), uma parte significativa dos documentos foi coletada através de versões arquivadas dessas páginas, salvas no banco de dados *Wayback Machine*, projeto da organização *Internet Archive*, acessível em <<https://archive.org/web/>>.

⁴Participações societárias e quadros de sócios e administradores são informações públicas verificáveis junto à Receita Federal do Brasil e à Controladoria-Geral da União, através do Portal da Transparência e de serviços de coleta automatizada desses dados. O serviço mais usado foi o Transparência CC: Dados de Interesse Público, disponível em <<https://transparencia.cc/>>.

⁵Em alguns casos, os artigos haviam sido excluídos das fontes originais, mas foram obtidos através de *clipping*, como o da Associação FloripAmanhã, disponível em <<https://floripamanha.org/clipping/>>. Não encontramos publicações relevantes na Hemeroteca Digital Catarinense, visto que é reduzida a disponibilidade dos títulos do acervo que compreendem o período recente, no qual concentra-se a pesquisa.

solução para esse problema foi encontrada no turismo de elite, vinculado a eventos e feiras de negócios, ou ainda a equipamentos de lazer diferenciados. A experiência política que os empresários desenvolvem em associações como a Fundação Pró-turismo de Florianópolis (PROTUR) será a de um *associativismo voluntário militante*, que afirma a pretensão de participação empresarial na formulação de políticas e na condução das ações estatais. A opção por um turismo de elite reforçou o projeto de cidade que prioriza a diferenciação dos produtos imobiliários e, por consequência, a segregação socioespacial.

No terceiro capítulo, apresentamos os resultados de nossa investigação sobre a Associação FloripAmanhã, a mais proeminente das novas associações voluntárias militantes. Mostramos que a FloripAmanhã deve ser entendida como uma continuação da experiência associativa da PROTUR, ao passo que almeja, também, uma maior participação de empresários na definição de políticas e a reafirmação do projeto de cidade da aliança turismo-incorporação. A conclusão é a de que esse associativismo militante vem sendo capaz de forjar o consenso sobre ser o legítimo representante dos interesses coletivos da cidade e, assim, de impor a Florianópolis o projeto de “paraíso da classe A”.

1 Desigualdade, segregação e dinâmicas imobiliárias

Para introduzir a problematização de nosso tema e chegar à questão urbana e aos projetos de cidade, partimos da constatação da desigualdade econômica que marca, na contemporaneidade, Florianópolis e sua Região Metropolitana, depreendendo sua relação com a segregação socioespacial.

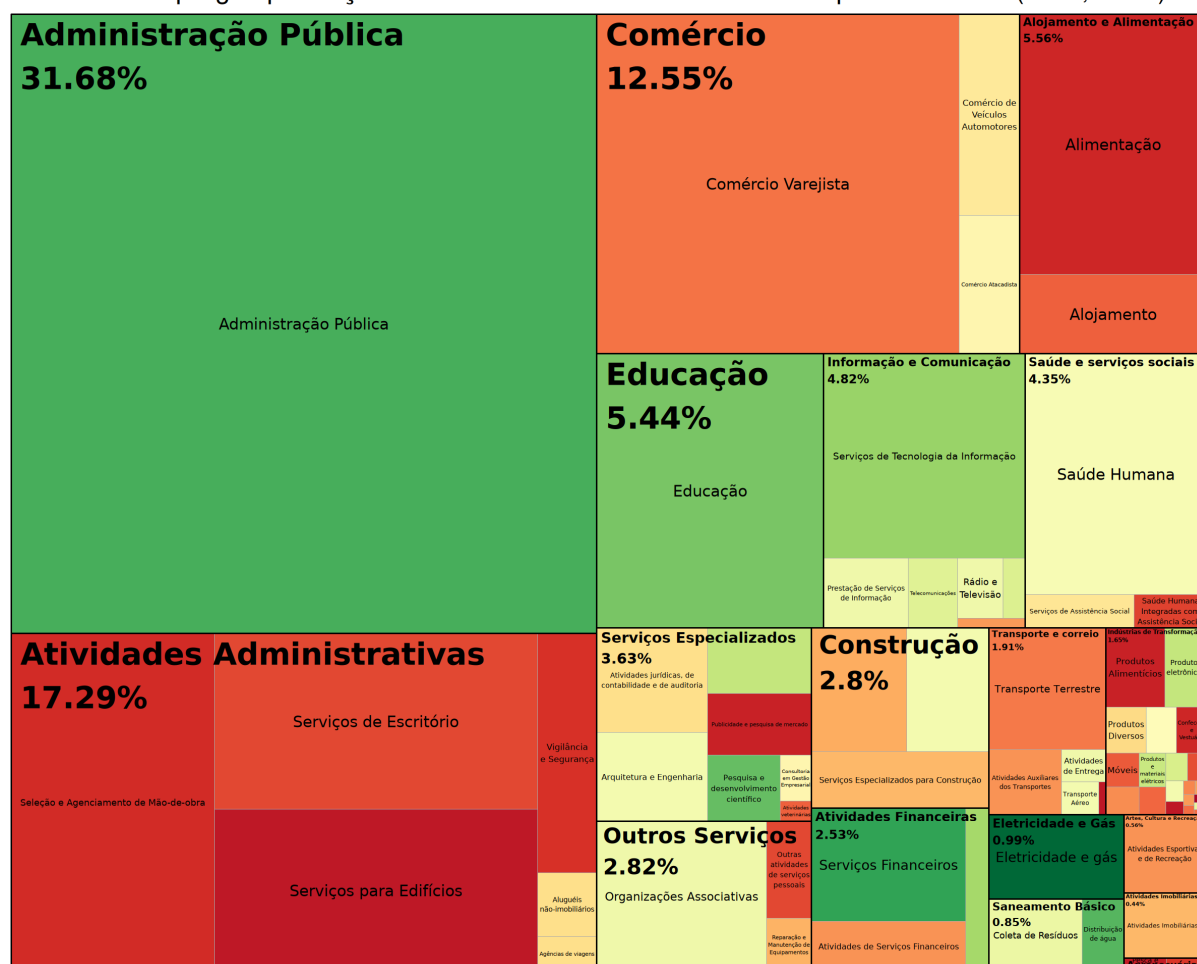
Característica essencial da sociedade de classes capitalista, a desigualdade é um reflexo da contínua expropriação dos trabalhadores, que os separa das condições de realização do trabalho. De acordo com Marx (2013, p. 786), “[tão] logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, *mas a reproduz em escala cada vez maior.*” Fontes (2010) alerta que a expropriação não se limita ao momento primitivo de instauração da propriedade privada, e deve ser sim entendida como um processo permanente de reposição das condições de exploração do trabalho, que varia em intensidade ao longo da história e se acentua particularmente no período contemporâneo. Para a autora, é constitutivo da relação-capital “lançar permanentemente a população em condições críticas, de intensa e exasperada disponibilidade ao mercado” (FONTES, 2010, p. 46). Isso é o que determina a reprodução contínua de dois polos, que opõem miséria e riqueza, e, portanto, uma profunda desigualdade sistêmica.

A desigualdade como característica sistêmica é, ademais, acentuada nas sociedades da periferia capitalista, como é o caso da brasileira. As economias subdesenvolvidas ou dependentes, segundo Marini (2013 [1973]), diferem das economias centrais por integrar-se desde seus primórdios ao comércio internacional, não sendo capazes de produzir, junto da acumulação, um mercado consumidor interno; ao invés disso, seu desenvolvimento implica a especialização em remeter valor ao exterior, reproduzindo, na unidade nacional, massas de trabalhadores pauperizados. Milton Santos (2010 [1971]) também realça as especificidades da urbanização periférica. Enquanto a industrialização promove uma urbanização orgânica e integrada nos países centrais, a urbanização periférica é um processo resultante da explosão demográfica, vinculado às necessidades da economia de exportação, que produz uma malha urbana desarticulada e com agudas concentrações demográficas, substrato para a reprodução de desigualdades econômicas e do subemprego.

Apesar de sistêmica, a desigualdade nas cidades brasileiras é uma realidade sistematicamente minimizada e ocultada. Em um estudo recente da Fundação Getúlio

Vargas (FGV), Florianópolis foi identificada como a capital com maior renda *per capita* do Brasil, cujo rendimento médio por habitante alcançou o equivalente a R\$ 4.215,00 mensais (NERI, 2023). Pulularam nos veículos de mídia empresarial bordões e elogios como “a capital mais rica do país”, “ô, povo rico!”, “Florianópolis, o paraíso da classe A”. Essas fórmulas não revelam apenas uma abordagem jornalística precipitada, mas uma intenção implícita de homogeneizar as diferenças econômicas que cindem a população, promovendo, ao mesmo tempo, a imagem de uma cidade pujante, de cidadãos prósperos e assertivos, cujo projeto de desenvolvimento é ponto pacífico. Podemos colocar essa imagem à prova através dos dados censitários.

Gráfico 1: Empregos por seção de atividade econômica em Florianópolis em 2021 (MTE, 2022)



O Gráfico 1 fornece uma visualização do número de empregos formais por seção de atividade econômica em 2021 para Florianópolis.⁶ No *treemap*, cada retângulo representa

⁶Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) são fornecidos pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (2022) e têm caráter censitário, mas englobam somente aqueles empregos com vínculo

uma seção da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) com suas respectivas divisões; a área do retângulo corresponde, em relação à área total da figura, à participação do número de empregos daquela atividade econômica no total de empregos formais. Além disso, a cor de cada divisão está inserida em um gradiente que vai do vermelho, ao amarelo, ao verde, e representada a média salarial em salários mínimos (SM) dos empregos de uma divisão de atividade econômica. A cor vermelha indica uma média salarial de 1,5SM; a cor amarela indica uma média salarial de 3SM; a cor verde, uma média de 10SM.

Há uma concentração expressiva de empregos formais de alta renda em Florianópolis, especialmente na Administração Pública (com média de 7,9SM), Educação (6,9SM), Informação e Comunicação (5,6SM), Atividades Financeiras (6,3SM) e Eletricidade e Gás (11,8SM). Juntos, os empregos de alta renda nessas seções de atividade econômica correspondem a 45,4% do total de empregos formais e 72,3% das rendas mensais totais. Do outro lado da balança, há uma concentração de empregos de baixa renda em Atividades Administrativas (média de 1,8SM), Comércio (2,3SM), Alojamento e Alimentação (1,8SM), Construção (2,8SM) e Transportes (2,4SM). Essas atividades econômicas correspondem a 41,2% do total de empregos e apenas 23,0% das rendas mensais. Cabe sublinhar que os dados da RAIS não englobam nem o lucro não acumulado e distribuído a empresários, que é uma parcela importante dos rendimentos, nem os empregos informais, que são indício, na maioria dos casos, da precarização das condições de trabalho.

A imagem de uma população próspera e unida afronta a realidade. Florianópolis tem alta renda *per capita* porque, em relação a outras capitais, concentra um contingente maior de empregados com altos salários, além de abrigar uma constelação de empresários de setores emergentes, como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Mesmo considerando apenas o mercado de trabalho formal, o quadro é o de uma brutal desigualdade econômica. A disparidade se aprofunda ao considerarmos que, no mesmo ano desse levantamento, a cesta básica em Florianópolis foi a segunda mais cara do Brasil,

estatutário ou celetista, portanto, os postos de trabalho formal. Para o presente trabalho, nos valem as informações originais da RAIS tratadas pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e disponibilizadas através da plataforma DataViva, <<https://dataviva.info>>.

atingindo R\$ 689,56, custo superado apenas pela de São Paulo, de R\$ 690,51 (DIEESE, 2022). Segundo estudo do DIEESE⁷, o valor do salário mínimo necessário naquele ano foi de R\$ 5.800,98, que é 5,3 vezes superior ao oficial, de R\$ 1.100,00.

Para Villaça (2011, p. 56), “a obscena desigualdade que existe na sociedade brasileira se manifesta na enorme segregação que se observa em nossas cidades”. A segregação, como manifestação urbana do aspecto irreconciliável da sociedade de classes, passa a ser agora o fio condutor de nossa análise. Veremos como a segregação não surge naturalmente, pelo contrário, é conscientemente produzida; afinal, atinge diferentemente os que por ela anseiam e os que a ela devem se conformar. “[A] segregação cria um ônus excepcional para os mais pobres e uma excepcional vantagem para os mais ricos.” (VILLAÇA, 2011, p. 56)

1.1 A produção histórica da segregação em Florianópolis

Em um estudo do IBGE (2016) que comparou grandes concentrações urbanas com menos de 1 milhão de habitantes, o Arranjo Populacional de Florianópolis saiu como campeão em número de pessoas que realizavam deslocamentos pendulares para estudo e trabalho. Havia 122.101 pessoas nessa situação em 2015, das quais 44,9% fizeram deslocamentos pendulares entre Florianópolis e São José, e 17,1% entre Florianópolis e Palhoça. Os movimentos pendulares são um dos resultados mais evidentes da segregação, que segmenta os locais de residência e emprego ou estudo.

Villaça (2011) argumenta que a segregação deve ser compreendida em uma dupla dimensão espacial-temporal. Ao se produzir o espaço urbano segregado, projeta-se uma distribuição dos locais de moradia, trabalho, compras, serviços e lazer que proporcione a redução dos tempos de deslocamento rotineiros para os que podem pagar pelos pontos melhor localizados. Isso significa uma ampliação dos tempos de deslocamento para as demais pessoas. Para Villaça (2011, p. 56), a seletividade dos investimentos estatais reforça essas diferenças ao conferir “escandalosa prioridade às obras voltadas para o

⁷O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, e utiliza uma metodologia própria para calcular o salário mínimo que seria necessário para satisfazer as necessidades do trabalhador e de sua família. Os valores são referentes a dezembro de 2021.

transporte privado individual, em detrimento do transporte coletivo público”, isto é, privilegia as camadas prósperas que detêm “dois, três ou mais automóveis por família, que os usam quase diariamente e para as mais variadas finalidades”. Poderíamos dizer, utilizando a categoria de Harvey (2019), que a segregação reduz, para as camadas prósperas, o espaço relativo entre as necessidades e suas satisfações, ao mesmo tempo que aumenta-o para as camadas empobrecidas. Villaça aponta que

“[ao] contrário do que se pensa, o tempo e o espaço urbanos não são obras da natureza, mas produtos do trabalho humano. No caso urbano, o tempo se manifesta fundamentalmente por meio do tempo gasto pelos moradores da cidade em seus deslocamentos espaciais. ... [Esse] tempo está intrinsecamente ligado ao espaço urbano produzido.” (VILLAÇA, 2011, pp. 56–57)

Sugai (2015) vai de acordo com esse raciocínio e defende uma importante tese: a segregação aguda na metrópole de Florianópolis não é algo “natural”, um resultado automático de sua geografia física, isto é, de sua condição de ilha com relevo acidentado, separada da região continental por duas baías. Trata-se, na verdade, de um produto social e histórico, cuja origem pode ser traçada às primeiras décadas do século passado.

1.1.1 As dinâmicas imobiliárias ao longo do século XX

Até o início do século XX, a vida e o trabalho dos habitantes de Florianópolis (ou Desterro, antes de 1894) se realizavam no mesmo espaço geográfico, no centro fundacional assim como nas freguesias isoladas. A integração rodoviária entre a ilha e o continente, cujo marco seria a construção da Ponte Hercílio Luz, em 1926, abriu o caminho para a segregação espacial ao possibilitar que fosse imposto à população de menor renda, trabalhadora, a separação de seu local de trabalho e de vida, sendo esse último deslocado progressivamente da área insular para a região continental (SUGAI, 2015). Como reforça a autora, o urbanismo sanitário no centro fundacional ainda iria contribuir para apagar a memória urbana dessas populações e modernizar essa paisagem, o que promoverá a valorização das áreas centrais. Desse modo, num mesmo movimento, o aquecimento da atividade imobiliária no Centro é correspondido pela concepção dos primeiros empreendimentos habitacionais populares na região continental para absorver o influxo crescente de trabalhadores.

O primeiro Plano Urbano, de 1950, traçou a importante ligação viária do Centro com o Norte da Ilha e quebrou o isolamento relativo das freguesias, o que contribuiu para integrar outras áreas do território na exploração imobiliária (SUGAI, 2015). Nas duas décadas seguintes, a construção de obras como a SC-401, a ponte Colombo Salles e o Aterro da Baía Sul, junto de grandes projetos como a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na Trindade e os edifícios da administração pública, reforçará o caráter de elite da região insular. Ao mesmo tempo, as cidades da região metropolitana — especialmente as maiores, São José, Palhoça e Biguaçu — foram conformadas como cidades-dormitório, absorvendo o movimento pendular de trabalhadores. Na ilha, aponta Sugai (2015), formam-se “amalgamas” das camadas de renda mais elevada, que combinam acesso rodoviário, serviços e moradia, nos quais estarão concentrados os investimentos públicos na urbanização. Desse modo, pode-se falar da *urbanização segregadora* de Florianópolis, a partir de metade do século XX, como um projeto potencializado pelos investimentos estatais em infraestrutura e arranjado segundo interesses privados dos nascentes capitais de incorporação.

Antes de avançar na análise das dinâmicas imobiliárias e suas especificidades em Florianópolis, é preciso introduzir o que entendemos, conceitualmente, como capital de incorporação.

O Capital possui uma íntima relação com o espaço urbano. Embora nenhum capital prescindia, evidentemente, de uma manifestação espacial, os capitais que atuam na esfera imobiliária são aqueles mais diretamente envolvidos na produção da cidade. Entre eles, há diferenças. Inicialmente, ocupam o centro do palco as figuras do proprietário fundiário e do construtor imobiliário — o capital que compra os materiais e a força de trabalho e executa as obras, vendendo a mercadoria imobiliária pronta —, o qual depende de crédito, isto é, de um capital prestamista ou portador de juros. Contudo, as características dessa mercadoria imobiliária — restrição monopólica do acesso à terra, fixidez, alto investimento e tempo de produção — levarão à formação de um capital específico, que interpõe-se entre o proprietário fundiário e o construtor, coloca em circulação o crédito e acelera a realização da mercadoria, tornando viável a exploração econômica nesse ramo (TOPALOV, 1974). É capital promotor ou, como se convencionou no Brasil, o incorporador imobiliário. Não se trata meramente de uma figura jurídica, mas de uma especialização específica do capital no processo de produção imobiliária, cujo controle ele assumirá.

Conceitualmente, Ribeiro (2015) entende o capital do incorporador como um capital de circulação — portanto, ligado e oposto ao capital produtivo do construtor, acelerando seu tempo de rotação — que exibe uma particularidade excepcional ao “[assumir] também o controle sobre uma condição que permite o surgimento de um *sobrelucro de localização*: a transformação do uso do solo” (RIBEIRO, 2015, p. 98, grifo nosso). Assim, o incorporador é capaz de apropriar-se não só de parte do excedente-valor do construtor, mas também de uma parte do excedente-valor que seria exigido como renda pelo proprietário da terra. Em condições históricas de ampla disponibilidade de crédito os incorporadores reúnem as características para se tornar forma dominante da produção imobiliária para mercado (RUFINO, 2012).

Os incorporadores, através do controle da produção imobiliária, passam a exercer domínio também sobre a configuração das cidades. Segundo Ribeiro (2015), a origem dessa forma histórica no Brasil remonta à década de 1940, quando a pequena-burguesia carioca encontra no desenvolvimento de imóveis um terreno fértil para seu dinheiro sobrando. Já nesse momento esses incorporadores criam produtos imobiliários cujas marcas seriam a elitização e a diferenciação social, direcionados à emergente classe média. Nas décadas seguintes, haverá um salto qualitativo à medida em que torna-se uma política de Estado o fomento ao capital de incorporação privado. A forma jurídica da incorporação (Lei 4.591/1964) surge em paralelo à primeira grande política de financiamento habitacional, isto é, junto ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e ao Banco Nacional da Habitação (BNH), que criam as condições de disponibilidade de crédito para a concentração desses capitais em vários centros urbanos, principalmente ao longo dos anos 1960 e 1970 (RUFINO, 2012). Como coloca Ribeiro (1991, p. 281, apud RUFINO, 2012, p. 43), com o surgimento do Sistema Financeiro da Habitação, “o incorporador passa a ser o vértice de três mercados: o de terra, o de construção e o de crédito”.

Campos (2009) observa que Florianópolis experimentou seu primeiro *boom* imobiliário durante 1970, impulsionado pelo SFH. A incorporação torna-se uma das atividades econômicas mais dinâmicas da região. Se, antes dessa década, Florianópolis era caracterizada por construções baixas, a partir de 1970 haverá sua sistemática substituição por habitações multifamiliares, e a criação de novos loteamentos. Muitos deles darão

origem a bairros, como Santa Mônica, Bom Abrigo, Campinas, Itaguaçu e Kobrasol⁸ (Campos, 2009, p. 100).

Além disso, há a consolidação de grandes capitais de incorporação locais. Campos (2009) explica que os capitais de incorporação na região tiveram duas origens distintas: alguns pequenos empreendedores, de ascendência alemã na maioria dos casos, partiram da condição de empregados na indústria da construção e conseguiram construir suas empresas a partir de baixo, graças às transferências do SFH, e constituíram incorporadoras que atuam até hoje, especialmente nos municípios da região conurbada de Florianópolis; os maiores capitais de incorporação partiram, entretanto, de famílias que já eram empresárias do ramo imobiliário ou comercial ou ainda de famílias tradicionais, proprietárias fundiárias, que enxergavam na incorporação imobiliária uma oportunidade de rentabilização de seu patrimônio — diríamos, ao permitir a extração de sobrelucros de localização. Algumas das maiores incorporadoras dos anos 1970 foram a Construtora Ceisa, a Emedaux e a Construtora A. Gonzaga. Essa última, empresa de Admar Gonzaga⁹, seria pioneira na construção de edifícios residenciais e comerciais de grande porte no estado, mas fecharia as portas em 1984. A Construtora Ceisa, de Newton Ramos,¹⁰ foi responsável pelo icônico Ceisa Center, no Centro, e continuou a atuar nas décadas seguintes. A Emedaux, de Miguel Daux e de seu filho Luís Elias Daux, atuou na construção até seu encerramento em 1980, quando os proprietários passaram para o ramo hoteleiro com o Florianópolis Palace Hotel (FLOPH) e o Hotel Águas Mornas.

A década de 1980 configura-se como um interregno das políticas de crédito público para a atividade imobiliária, e promove a quebra de muitas empresas, tanto em âmbito

⁸O Kobrasol, empreendimento da associação da Koerich, a Brasil Pinho e Cassol, tornaria-se o bairro mais importante e populoso de São José.

⁹O filho de Admar Gonzaga, Armando Luiz Gonzaga, ingressou na empresa do pai em 1967. Em 1968, seria o primeiro-diretor geral do Departamento Autônomo de Turismo, que tornaria-se posteriormente a Secretaria de Estado de Turismo de Santa Catarina. Entre outras ações como liderança empresarial do ramo turístico, ele presidiria a Comissão de Turismo da ACIF por 10 anos, tornando-se presidente da entidade (1995–1996). Seria depois convidado a assumir como representante da ACIF no Conselho Municipal de Turismo.

¹⁰Newton Ramos descende da tradicional família Ramos, grande proprietária fundiária do planalto catarinense e riquíssima pela pecuária e a exploração madeireira. Seus filhos, Antonio Carlos Castro Ramos e Newton Ramos Filho continuarão nos negócios da Ceisa, até seu fechamento, e fundarão posteriormente a incorporadora ACCR.

nacional quanto local. Segundo Rufino (2012), a desestruturação do SFH é a razão da desaceleração dos capitais de incorporação no período. Em Florianópolis, observa Campos (2009), a construção civil também passará por uma fase de “desativação” com a bancarrota de empresas maiores e a sua substituição por pequenos capitais. Em novos lançamentos, construções mais baixas e condomínios fechados passaram a preponderar sobre edifícios de alto gabarito. Um grande número de loteamentos é realizado nos municípios da região conurbada, e alguns também em Florianópolis, como o Saulo Ramos na Lagoa da Conceição, o Parque São Jorge e o Balneário dos Açores, que tornaram-se todos bairros de camadas de alta renda. Dois são especialmente emblemáticos: o empreendimento da Praia Brava, no Norte da Ilha, lançado em 1985 pela Construtora Ceisa, que contou com 140 lotes residenciais e 30 para a construção de prédios; e Jurerê Internacional, também no Norte da Ilha, pelo Grupo Habitasul do porto-alegrense Péricles de Freitas Druck¹¹, empreendimento que se tornaria o bairro mais elitizado da cidade.

É apenas no final da década de 1990 que, num momento das grandes transformações promovidas pela Reforma do Estado, um novo sistema de financiamento é instituído — o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), complementando o SFH. Um novo ambiente de disponibilidade de crédito público, somado a um ciclo importante de captações em bolsa de valores recria as condições para um período virtuoso de acumulação dos capitais de incorporação (FIX, 2010; RUFINO, 2012). É também nesse novo momento que emerge um pequeno grupo de colossais incorporadores, altamente capitalizados, que desprendem-se de suas bases regionais e passam a atuar em todo o território nacional.¹² São responsáveis por alguns dos novos fenômenos estudados nas metrópoles: desde

¹¹Segundo depoimento de seu parceiro de negócios Vilmar Mombach, Péricles de Freitas Druck, com “visão empreendedora”, fez sua fortuna nos anos 1970 ao se aproveitar do novo “sistema financeiro implantado pelo BNH, o Banco Nacional da Habitação, [prosperando] com a aquisição de novas empresas do ramo imobiliário” (PÉRICLES..., 2023). Andrea Druck, filha de Péricles Druck, foi membro do Conselho Consultivo da Associação FloripAmanhã entre 2008–2022. Além da filha, o empresário é ativamente representado por Carlos Berenhauser Leite, membro do Conselho de Administração da Habitasul S.A., que foi na FloripAmanhã membro do Conselho Consultivo (2012–2013), Diretor de Planejamento (2014–2015) e diretor administrativo (2016–2023).

¹²Em 2013, o grupo das maiores incorporadoras fundou a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC). Nada menos que 50% do mercado de incorporação do Brasil estava representado nas 19 empresas fundadoras: Cury, Cyrela, Direcional, Emccamp, Even, Eztec, Gafisa, HM, Homex, JHSF, MRV, Odebrecht, PDG, Rodobens, Rossi, Tecnisa, Trisul e Viver.

os sensacionais empreendimentos de altíssimo padrão, como o Parque da Cidade em São Paulo, até a “habitação social de mercado”, nos termos de Shimbo (2010), que caracterizou boa parte das contratações do Programa Minha Casa Minha Vida. Isso está refletido também numa específica orientação da política pública em âmbito nacional, que Royer (2009) sintetiza como “financeirização da política habitacional”. Para designar esse conjunto de transformações, adotamos a terminologia de *reestruturação imobiliária*, que, nas palavras de Lencioni (2014, p. 30), “implica na reestruturação do próprio capital investido no setor, na reestruturação de tudo que envolve a construção”.

Um novo *boom* imobiliário também se desenvolveu a partir dos anos 1990 em Florianópolis, momento em que surgem novas incorporadoras, atraídas pelos altos lucros da atividade: “Koerich, Koesa, J.A. Construções, Pioneira da Costa, Magno Martins, Hantei Engenharia, Meridiana, Hoepcke, Construtora Lumis e muitas outras” (CAMPOS, 2009, p. 154). Vejamos em que medida esse novo conjunto de capitais se transforma em função das novas dinâmicas de reestruturação imobiliária.

1.1.2 Reestruturação imobiliária com reforço da segregação

Uma análise mais abrangente dos fenômenos de reestruturação em Florianópolis desdobra-se em uma pesquisa maior, que, embora muito válida, foge do escopo deste trabalho. Aqui, buscamos apenas explorar qual é a reorganização empenhada pelos incorporadores locais em reação ao processo de reestruturação.

Do ponto de vista dos incorporadores locais, a reestruturação aparece, primeiramente, como a emergência de uma ameaça concorrencial representada por gigantescas incorporadoras com alta capitalização de mercado na Bolsa de Valores de São Paulo (atual B3, Brasil Bolsa Balcão), que passam a atuar em grande parte do território nacional, e que podem, potencialmente, disputar mercados locais. Mas a reestruturação também compreende um estímulo à modernização da legislação, e particularmente, dos instrumentos urbanísticos, que oferecem novas modalidades de intervenção urbana e de assim chamadas parcerias público-privadas, e que são uma oportunidade derrubar obstáculos próprios da dinâmica imobiliária, expandindo o mercado e contornando entraves legais. Iniciemos pela caracterização das incorporadoras locais.

Os capitais de base local e regional passam, em larga medida, à margem do processo de abertura de capital. Esse é o caso dos incorporadores de Florianópolis, cujos negócios

têm ainda hoje forte característica local ou regional, e apresentam muitas vezes o arranjo de uma empresa “de dono” ou de *holding* familiar, observou Campos (2009). A observação é ainda bastante válida, e está representada em algumas das principais incorporadoras da cidade: a ACCR, da família Ramos, legatária da Construtora Ceisa, responsável por diversos empreendimentos no Centro e na Trindade; a WKoerich, da família Koerich,¹³ sócia do Beiramar Shopping¹⁴ e dona da WKoerich, Zita e WOA, responsável por grande número de empreendimentos de alto padrão; a Magno Martins Engenharia, do empresário Aurélio Paladini, sócio de Samuel Ávila, responsável por empreendimentos como o CentroSul, o Top Vision e diversos hotéis e edifícios residenciais de alto padrão; as incorporações de Valério Gomes e familiares, entre as quais a Cidade Pedra Branca, em Palhoça, e o Passeio Primavera, na SC-401; a RCD Participações, de Ronaldo Couto Daux e irmãos, responsável pelo Hotel Majestic Palace e pelo edifício José Carlos Daux na Agrônômica, hoje sede da Engie, empresa multinacional de energia; a Dimas Construções, dos filhos do falecido Dimas Arnaldo da Silva, empresário de concessionárias de automóveis, que lança edifícios com a marca “D/”; a Santa Fe Engenharia, do araranguense Paulo Cezar Maciel da Silva, também empresário de concessionárias, responsável pelo Santa Mônica Shopping Center (hoje Shopping Villa Romana), além de hotéis no Norte da Ilha.¹⁵

¹³Os Koerich são uma importante família de empresários da região de Florianópolis. A família possui diversos negócios, entre os quais, várias incorporadoras: Zita, WOA e WKoerich. É representada na FloripAmanhã por meio de Ronaldo Koerich, membro do Conselho Consultivo entre 2008–2022 e Orlando Koerich Neto, membro do mesmo conselho entre 2020–2022.

¹⁴O Beiramar Shopping é um empreendimento em sociedade das famílias Cassol, Koerich e Scherer.

¹⁵Os *shoppings* Santa Mônica e Floripa merecem nota à parte, por ser grandes empreendimentos que envolvem fundos de investimento imobiliário (FII). Em 2006, seis meses antes da inauguração do Santa Mônica Shopping Center, 30% do empreendimento foi adquirido de Paulo Cezar Maciel da Silva pela Iguatemi S.A., que passou a administrá-lo, colocando sua bandeira. Em 2019, a participação do Iguatemi foi comprada pela distribuidora BRL Trust, de São Paulo, que integrou-a ao FII Vinci Shopping Centers, que é quando o empreendimento passa a se chamar Villa Romana Shopping. O Floripa Shopping foi inaugurado em 2006, sendo empreendimento, em sociedade, da incorporadora Skipton S.A., de Carlos Enrique Franco Amastha, empresário colombiano que atuou também na educação à distância e seria duas vezes prefeito de Palmas, Tocantins (2013–2018). Após os desdobramentos da Operação Moeda Verde Amastha venderia sua participação à administradora, Incorporadora de Shopping Center Florianópolis, que passaria a deter 89% do Floripa Shopping — os 11% restantes eram da VGomes Participações, do empresário João Vicente Gomes, que também atua na hotelaria. Em 2009, a incorporadora vendeu 38% do empreendimento para o Banco Ourinvest, que integrou-o ao FII Floripa Shopping, com subsequente

Em relação à concorrência concreta, vemos que, até a última década, a atuação das grandes incorporadoras nacionalizadas esteve restrita a empreendimentos periféricos na região conurbada de Florianópolis. Rover (2020) descreve os três empreendimentos da MRV Engenharia em Palhoça como conjuntos de até 4 andares com 12, 30 e 31 blocos, que totalizam 144, 480 e 496 unidades, respectivamente. A Rodobens realizou no mesmo município o Residencial Terra Nova, composto por 1274 unidades unifamiliares com plantas de 47, 59 ou 67 metros quadrados. Caracterizam-se, portanto, por empreendimentos típicos da habitação social de mercado, cuja localização se justifica pelo preço mais baixo do solo. Por outro lado, as maiores incorporadoras locais, segundo Campos (2009, p. 167), “não investem, ou muito poucas tendem a investir em construção de conjuntos habitacionais e em moradias com financiamentos governamentais para a população de baixa renda”.

Os empreendimentos de padrão mais alto são em geral iniciativas do empresariado local e se concentram em alguns poucos eixos da cidade de Florianópolis, como a Avenida Beira-Mar Norte e a SC-401, ou em bairros segregados, como Jurerê Internacional e a Cidade Pedra Branca, em Palhoça.¹⁶ Há diferenças, contudo, entre alguns aspectos dos negócios locais de incorporação imobiliária e os que já caracterizam empreendimentos “modernos” em grandes metrópoles, como os arranjos de governança e financiamento que envolvem gestores monetários e a adesão a padrões normativos internacionais como signo de sustentabilidade para os *stakeholders*. É significativo que, apesar da importância ideológica atribuída à noção de sustentabilidade na disputa pelo território em Florianópolis, haja apenas 10 empreendimentos com certificação *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED) na região metropolitana,¹⁷ e nenhum deles

distribuição pública das cotas.

¹⁶A Cidade Pedra Branca é empreendimento do empresário Valério Gomes Neto, filho de César Bastos Gomes, fundador da Portobello, a maior empresa de revestimentos cerâmicos do Brasil. Ao lado de seus irmãos, César Gomes Júnior e Eduardo Ramos Gomes, Valério é fundador de diversas empresas, entre as quais a Multilog S.A., uma das maiores operadores logísticas do país. Sua família já era proprietária da fazenda onde foi construída a Cidade Pedra Branca, um bairro diferenciado cujo projeto urbanístico foi encomendado ao escritório do dinamarquês Jan Gehl. O empreendimento é adjacente à comunidade Frei Damião, considerada a mais vulnerável da região.

¹⁷Até agosto de 2023, foram certificados 10 empreendimentos: 3 edifícios na Cidade Pedra Branca, Palhoça, o Centro Empresarial Office Park e o Primavera Office, ambos na SC-401 — todos os 5 empreendimentos de Valério Gomes e família; a concessionária da Volvo do grupo Dimas, no bairro

envolva grandes incorporadoras nacionalizadas, quando em São Paulo um terço dos empreendimentos corporativos de alto padrão é certificado, e no Rio de Janeiro, cerca de um quarto (GRAZZIANO, 2019, p. 176).

Ainda há a questão da reestruturação promovida no contexto dos novos arranjos de governança e de financiamento que envolvem Grandes Projetos Urbanos. Vainer et al. (2012, p. 14) explicam que, a partir da década de 1990, os Grandes Projetos Urbanos tornaram-se um dos principais expedientes das intervenções urbanas, à medida em que o planejamento normativo pelo Estado, de viés modernista e totalizante, perdeu importância e os agentes públicos adotaram “concepções competitivas, *market oriented* e *market friendly*” de gestão das cidades. Esses Grandes Projetos Urbanos apresentam, segundo Vainer et al. (2012), grande potencial disruptivo de arranjos institucionais e políticos, da paisagem urbana, da legislação e das dinâmicas imobiliárias, e têm envolvido novos agentes na produção do espaço urbano através das interfaces criadas com as finanças. Os projetos diferenciam-se dos planos por terem espacialidade delimitada e envolverem mais diretamente interesses privados, seja por demandar a contratação de obras ou por qualificar terrenos contíguos, explica Villaça (1999). O autor identificava já no “antediluviano” grande projeto do aterro do Saco de São Diogo (durante a gestão de Pereira Passos em São Paulo, 1902–1906) a intenção de valorização imobiliária que seria propiciada pelas novas conexões viárias.

Em Florianópolis, grandes projetos de intervenção, particularmente orientados pelo viés da integração rodoviária, são constitutivos da urbanização da cidade — considere-se o impacto dos aterros da Baía Norte, da Baía Sul e da Via Expressa Sul, que reforçaram a opção política por uma urbanização segregadora (SUGAI, 2015). É preciso diferenciá-los, no entanto, de Grandes Projetos Urbanos que envolvem “modernas” configurações de política, gestão e financiamento. Desde o Plano Diretor de 2014 a Prefeitura Municipal busca conquistar legitimidade para realizar novos grandes projetos, mas sua implantação é ainda alvo de polêmica entre a Prefeitura e as populações dos bairros. Pode-se afirmar que estão em fase de elaboração e que há uma clara intenção de intervenção urbana

Jardim Atlântico, região continental de Florianópolis; a empresa de *softwares* para construção AltoQi, no Centro; o restaurante Jeronimo Burger, no Villa Romana Shopping, Santa Mônica; A Creche Municipal Hassis, na Costeira do Pirajubaé; e o condomínio residencial do tenista Gustavo “Guga” Kuerten, no Campeche.

por meio deles, embora enfrentem desafios. Siqueira et al. (2021) assim entendem as 10 Áreas de Urbanização Especial já delimitadas, configuradas como “congeladas e de futuro incerto”. São áreas localizadas em regiões de baixa ocupação e infraestrutura viária pouco desenvolvida, mas contíguas às fronteiras do desenvolvimento imobiliário: a Planície do Campeche e o Norte da Ilha, às margens da SC-401, inscrita na Rota da Inovação. São regiões de grande interesse imobiliário por concentrarem as últimas glebas de grande extensão na ilha e, portanto, com apostas especulativas elevadas (SCHINKE, 2017).

Nas Áreas de Urbanização Especial também estão previstas Operações Urbanas Consorciadas (OUC), instrumento que envolve intervenção espacial intensa e também financiamento através de emissão de títulos mobiliários. Gomez (2022) analisa a OUC prevista para o bairro do Saco dos Limões, num importante nó viário entre o Centro, a Via Expressa, e os bairros contíguos à UFSC, Carvoeira, Pantanal e Trindade. Trata-se de outra área estratégica para a incorporação imobiliária: propunha-se a privatização de 30% da área pública do Aterro da Via Expressa Sul para os setores “institucional, empresarial e habitacional”, sendo o restante transformado em um dos “parques urbanos de maior qualidade no Brasil” (FLORIANÓPOLIS, 2014). Para o autor, há um grande potencial disruptivo da intervenção, alheia a sua inserção urbana.

“O próprio representante da equipe técnica entrevistado, ao dispor sobre as potencialidades de uma OUC para o bairro, reconhece as áreas de ocupação de baixa renda morro acima como um problema, mas não reconhece potencialidade alguma no âmbito dessas populações: a OUC não se daria no sentido de consertar esses problemas, mas sim *apesar* deles”. (GOMEZ, 2022, p. 230)

Pode-se afirmar, dado o exposto, que a metrópole de Florianópolis já experimenta alguns dos fenômenos do processo de reestruturação imobiliária, mas que esses se dão de modo diverso que nas grandes metrópoles. Por sua vez, os capitais de incorporação de base local buscam assimilar algumas das fórmulas de gestão e converter-se em capitais “modernos”. Ao modernizar-se, fazem frente aos concorrentes externos, que representam sempre uma ameaça em potencial. Mantêm intocada, entretanto, a diretriz geral das dinâmicas imobiliárias, que é a segregação.

1.2 *Determinações da ação coletiva dos incorporadores*

Apresentamos, no capítulo anterior, como a segregação socioespacial em Florianópolis é um produto histórico, resultado de dinâmicas imobiliárias dominadas por interesses de mercado. Os incorporadores, principais agentes privados que produzem o espaço urbano, fazem a escolha econômica pela segregação, em benefício de seus negócios. Para articular essa escolha no Estado e impor à sociedade seus interesses particulares, os empresários organizam-se para a ação política coletiva.

Nos capítulos 2 e 3, exploraremos a trajetória dos principais instrumentos da ação política de empresários, as associações. A pesquisa restringe-se a apenas uma das dimensões do associativismo recente: a ação política de entidades que identificamos como *associações voluntárias militantes*. Voluntárias porque são associações localizadas fora da estrutura de representação patronal oficial, e militantes porque vêm atuando energeticamente no engajamento de empresários nas pautas urbanas, e chegam mesmo a avocar-se o papel de elaborar o planejamento estratégico da cidade. Contudo, é preciso ressaltar que, dentro dos números impressionantes do associativismo, essas associações voluntárias militantes são um recorte restrito e dedicam-se a uma função modesta na divisão do trabalho político de defesa de interesses empresariais. Considerando apenas os instrumentos de ação política dos incorporadores locais, há desde sindicatos patronais, como o Sindicato da Indústria da Construção da Grande Florianópolis (SINDUSCON) e Sindicato da Habitação (SECOVI), entidades profissionais, como a Associação Catarinense de Engenheiros (ACE) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), associações multissetoriais, como a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF) e a Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis (AEMFLO), até outras associações voluntárias, como o importante Grupo de Líderes Empresariais de Santa Catarina (LIDE).

Neste capítulo, introduzimos algumas caracterizações importantes sobre a ação política dos incorporadores. Primeiro, faremos algumas considerações teóricas sobre a ação política de empresários, que justificam nossa ênfase sobre as associações. Depois, ponderamos sobre as formas de interação entre capitais e Estado e localizamos aquelas que interessam ao desenvolvimento da pesquisa. Por fim, mostramos que, por características peculiares de Florianópolis, a ação política de incorporadores não pode ser desvinculada daquilo que se entende por turismo.

1.2.1 Considerações teóricas sobre as associações

Para poder refletir sobre o papel das associações empresariais, partimos da ampliação da concepção de Estado para abarcar, nesse conceito, a ação política dos empresários.

Mendonça (1998) defende que, para se chegar a uma compreensão precisa do que é Estado, duas concepções precisam ser superadas. A primeira é legada das doutrinas jusnaturalistas, que concebem o Estado como um sujeito com agência própria, uma individualidade que paira acima da sociedade e das classes. Por elevar-se como representante do interesse universal, sem correspondência com interesses particulares de grupos sociais, esse Estado-sujeito exerce um poder de mando total sobre a sociedade, o que a torna “naturalmente impotente e totalmente submissa aos desígnios do Estado” (MENDONÇA, 1998, p. 17). Assim concebido, o Estado torna-se o lugar por excelência de conciliação e solução dos conflitos, o que se traduz, para as classes subalternizadas, na resignação da luta de classes e da transformação social. A concepção dominante sobre o Estado ainda é, em grande medida, a de um Estado-sujeito, portador de interesses universais, o que contrasta com o número sempre crescente de evidências de que ações estatais são movidas por interesses particulares, ou mesmo com o senso comum de que “todos os políticos são corruptos”. Para Mendonça (1998), contudo, também não se pode considerar o Estado simplesmente como objeto da classe proprietária, estabelecendo uma ligação imediata entre proprietários e Estado e identificando-o meramente como instrumento de violência de classe e de engodo ideológico. A concepção mecânica de Estado-objeto, adotada por vertentes economicistas do marxismo, perde a dimensão de complexidade das relações sociais que envolvem a sociedade e o Estado.

Para Mendonça (1998, p. 20), o Estado deve ser entendido como uma relação social, que incorpora em sua própria forma os conflitos sociais vigentes de uma formação social determinada, ou seja, é “a condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade”. Deve-se, portanto, fazer uma ampliação do conceito de Estado¹⁸ para englobar tanto a sociedade política — o “Estado em sentido restrito”, isto é, os aparelhos e agências do poder público — como a sociedade civil — o conjunto dos indivíduos organizados politicamente para conquistar hegemonia.

¹⁸Segundo a fórmula de Gramsci (1977, p. 763), “Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia encouraçada de coerção”.

Segundo Buci-Glucksmann (1978), a hegemonia diferencia-se de mero “*consensus*” (de Ralph Miliband) e de “ordem” (de Max Weber), na medida em que a hegemonia de uma classe avança uma perspectiva universalista, e não arbitrária, sobre toda a sociedade, isto é, apresenta-se como a representante de toda a sociedade. Uma classe se torna hegemônica se cumpre três tipos de condições: econômicas, ao ser capaz de dirigir a produção; políticas, ao apresentar seu programa de interesses como universal; e culturais, ao forjar uma visão de mundo (ideologia) para toda a sociedade. Tanto mais hegemônica uma classe, mais permite que as classes aliadas e inimigas se organizem politicamente, pois mais sólida é a unidade social que logrou construir com seu Estado. É a partir da sociedade civil, por meio da organização de grupos sociais em aparelhos privados, como as associações, que uma classe pode emplacar suas visões de mundo e exercer a dominação sobre as demais classes, momento em que essa classe torna-se hegemônica ou, ainda, torna-se Estado.

Fontes (2010, p. 288) fala em uma “ampliação seletiva” do Estado no Brasil ao longo do século XX, referindo-se à proliferação de associações de conteúdo estritamente empresarial na sociedade civil que foi concomitante à “retirada de poder das classes subalternas do interior do Estado”. Para a autora, a formação de uma rede dessas associações — inclusive as autodeclaradas filantrópicas, sem fins lucrativos, e as consideradas de interesse público — capilarizou a ação política dos empresários na sociedade e permitiu que eles articulassem seus interesses em políticas de Estado (FONTES, 2020). Isso amplificou, concomitantemente, a expropriação e a mercantilização de conquistas sociais, processos característicos do neoliberalismo.

Neste trabalho, entendemos as associações empresariais como aparelhos de hegemonia privados, por meio dos quais interesses particulares podem ser impostos à sociedade. Podemos compreender, assim, que não é uma contradição que as ações do poder público se encontrem alinhadas com interesses privados, ou mesmo que o Estado apoie e patrocine os projetos políticos empresariais. Ao contrário, a ação política de empresários intenciona precisamente articular interesses privados em políticas de Estado que os contemplem; políticas públicas que, muitas vezes, potencializam a mercantilização de bens coletivos e a expropriação de direitos de grandes parcelas da população, em particular do direito à cidade.

1.2.2 Formas de interação entre capitais e Estado

Segundo Mancuso (2007), a busca por benefícios privados nas interações entre Capital e Estado se apresenta sob diversas formas, que vão desde aquelas que procedem estritamente nos marcos da institucionalidade até as que assumem a forma degenerada.

“É o que acontece quando está em jogo a obtenção de vantagens ilícitas para ambas as partes; quando empresários concedem dinheiro e/ou outros benefícios aos tomadores de decisão, em troca de diversos tipos de recompensas ilegais. ... [A] análise da interação ilícita entre empresários e o setor público não precisa ser monopólio dos jornalistas. Os cientistas sociais podem tratar deste fenômeno em suas pesquisas.” (MANCUSO, 2007, p. 142)

Apesar de receber cobertura midiática desproporcional em relação a outras formas de interação entre capitais e Estado, a corrupção não deve ser descartada como uma forma possível (ainda que ilegal) de interação público-privada, que beneficia enormemente esse segundo elemento enquanto acarreta prejuízos sobretudo para o primeiro. Florianópolis possui exemplos notáveis. A grilagem de gigantescas terras públicas através do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC), durante a Ditadura Civil-Militar, foi brilhantemente exposta por Schinke (2017) em “O golpe da ‘Reforma Agrária’”. Em seu livro “Impunes: 2500 dias da Operação Moeda Verde”, Pamplona (2014) explora as descobertas da operação deflagrada pela Polícia Federal em 2007 que investigou o envolvimento de incorporadores e agentes públicos na fraude de licenças ambientais para aprovar empreendimentos imobiliários em terras da União e em Áreas de Proteção Permanente (APPs). Muitos dos empresários citados neste trabalho estiveram envolvidos nos casos investigados. O caso do empreendimento Jurerê Internacional merece um comentário.

Após vários anos emperrado no Tribunal Regional Federal da Quarta Região (TRF4), o Ministério Público Federal teve acesso aos processos e, em 2014, denunciou 48 suspeitos em uma operação criminosa que comprou as licenças ambientais do empreendimento Jurerê Internacional, que compreende *beach clubs*, o *resort* Il Campanario e o Jurerê Open Shopping. Em 2017, 16 pessoas e 7 empresas foram condenadas, e exigiu-se a demolição dos empreendimentos. Somente em 2019 o TRF4 concluiu o julgamento de recurso dos réus, mantendo a condenação dos principais empresários ligados ao Grupo Habitasul, Péricles Druck, Andrea Druck, e Carlos Leite; contudo, a punibilidade dos

condenados foi extinta por prescrição, e a apelação das demolições foi acatada. Embora venham enfrentando há duas décadas uma disputa judicial para operar normalmente, todos os empreendimentos estão hoje funcionando, sobre antigas áreas de restinga.

Esses exemplos ilustram como a ilegalidade é uma dimensão presente nas relações entre incorporadores e Estado, e vincula-se com as dinâmicas imobiliárias centrais. Contudo, essa não é a dimensão principal. Para Mancuso (2007, p. 142), “a parcela não-ilegal da interação público-privado também oferece um terreno fertilíssimo para a investigação acadêmica, um terreno muito mais acessível e que ainda permanece relativamente inexplorado.” De fato, as interações feitas em plena normalidade, conforme “a letra da lei”, são aquelas mais persistentes e numerosas. Elas são responsáveis por articular os projetos coletivos do empresariado dentro da sociedade política, e, certamente, aquelas que acarretam as maiores privatizações do patrimônio público e expropriação de direitos sociais. Sem perder de vista as formas degeneradas, enfatizaremos neste trabalho a dimensão “normal” das interações entre empresários e Estado.

1.2.3 A consolidação da aliança turismo-incorporação

Avancemos nossa caracterização dos objetivos políticos dos incorporadores em Florianópolis. Dois vetores têm orientado a ação coletiva desses empresários. Primeiro, as próprias dinâmicas imobiliárias criam impasses à acumulação, que devem ser resolvidos politicamente. Algumas das grandes pautas dos empresários são a regulação do mercado de terras e propriedades, o direcionamento de investimentos estatais, as diretrizes de planejamento urbano e até mesmo a participação mais ativa de empresários na formulação de políticas públicas, que exigem uma atuação contínua de aparelhamento junto ao Estado e de convencimento da sociedade civil. Segundo, num momento mais recente, soma-se à agenda política dos incorporadores a exigência de mudanças mais profundas da institucionalidade para ampliar mercados e protegê-los frente à concorrência externa. A pressão para se adotar modelos internacionais de gestão pública e de competitividade urbana (SIQUEIRA; LUCAS, 2023), bem como para se estabelecer novas configurações de assim chamadas parcerias público-privadas, pode ser um reflexo desse segundo movimento. Insistemos nesse ponto.

Em um ramo historicamente constituído por capitais dispersos, o empresariado da construção brasileiro sempre se organizou em âmbito local ou regional (CAMPOS, 2014).

Como mostra Campos (2014, pp. 174–177), a criação em 1957 da CBIC — a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, no contexto do Plano de Metas da administração Kubitschek — permitiu pela primeira vez a congregação nacional de interesses do ramo da construção leve (imobiliária) e da construção pesada (infraestruturas). A CBIC serviu a ambos os interesses, por exemplo, por meio do aparelhamento de seus quadros junto ao BNH, mas, quando houve pontos de conflito entre incorporadores e empreiteiros, os interesses destes últimos prevaleceram. A concentração e centralização de capitais de incorporação, que se inicia nos anos 1990, chega ao ápice ao longo da década de 2000 e resulta na criação de uma associação nacional em 2013, a ABRAIN. A nacionalização de um punhado das maiores incorporadoras representa um salto qualitativo da atuação do capital de incorporação privado no Brasil (RUFINO, 2020). A elite das incorporadoras se encontra hoje organizada e apta a defesa sistemática de interesses junto à sociedade civil e à sociedade política em âmbito nacional. Enquanto isso, capitais pequenos ou médios de base regional, que foram excluídos dos processos de nacionalização, continuaram atuando, em larga medida, em seus próprios mercados.

A competição por mercados coloca as incorporadoras locais em oposição à entrada de incorporadoras nacionalizadas. Sanfelici (2016, p. 8) defende, entretanto, que o processo de nacionalização “não conduz, necessariamente, à concorrência oligopólica”, ao passo que a expansão geográfica ainda representa um custo de logística elevado para as grandes incorporadoras. Disso resulta a predominância da política de parcerias entre os grandes capitais nacionalizados e os pequenos capitais de base regional, permitindo o acesso daqueles a estes mercados. Ao final do processo de concentração e centralização, o setor estava enfim constituído por um pequeno grupo de grandes incorporadoras “num extenso universo de pequenas empresas familiares” (SANFELICI, 2016, p. 17).

Ainda que haja parcerias, a ameaça concorrencial é real. É possível que a reação à concorrência externa se reflita nas inovações recentes da forma associativa dos empresários de incorporação de Florianópolis, bem como a mudança de ênfase para a internacionalização da cidade. Ao mesmo tempo, essas transformações são complementares às dinâmicas imobiliárias segregadoras fundadas na diferenciação dos produtos imobiliários.

Veremos em mais detalhes no capítulo 2 que, para levar a cabo seus objetivos políticos, o empresariado da incorporação pôde contar com alianças de outros ramos

empresariais, em especial com o chamado *trade* turístico. Graças a essa aliança, concretizou-se a invenção da noção de “vocação turística” de Florianópolis, e obteve-se sucesso na estratégia de mercantiliza o de Florianópolis que a posicionou como “cidade internacional”.¹⁹

Como vimos na se o 1.1, na história de Florianópolis há uma liga o próxima entre a atividade de incorpora o imobiliária e a atividade turística. Muitas vezes, uma mesma pessoa, junto ou não de seus familiares, envolve-se no negócio imobiliário e passa a atuar na defesa de pautas políticas características do turismo. Incorporadores acabam por atuar também em atividades como explora o comercial de salas e de hotéis, embora em geral mantenham a incorpora o como atividade principal. Além do mais, a administra o de hotéis e outros equipamentos comerciais   comumente terceirizada a outros capitais, como os de redes hoteleiras (SANTOS, 2012); no mesmo sentido, a mercantiliza o de novos projetos também pode ser repassada a empresas especializadas no *marketing* e promo o do turismo. Isso fica claro no depoimento do incorporador Aurélio Paladini, que desenvolve, entre outros empreendimentos, hotéis:

“A rentabilidade da hotelaria   menor do que a rentabilidade da produ o da incorpora o, que   o que a Magno Martins faz. Porém, como negócio, eu gostei, mesmo porque a hotelaria está ligada   constru o civil e hoje existem as operadoras hoteleiras que você pode contratar, como   o caso das redes Blue Tree e Accor.”
(PALADINI, 2004, apud SANTOS, 2012, p. 301)

A preferência pela incorpora o justifica-se porque a transforma o do uso do solo   uma atividade que proporciona elevados lucros (apropriados na forma de sobrelucros de localiza o), e geralmente parte da iniciativa de empresários e famílias que já acumularam grandes patrim nios e procuram rentabiliz -los. O incorporador det m um grande poder social. Ao ser capaz de direcionar, com autonomia, porões substanciais do excedente

¹⁹A Cidade Pedra Branca, em Palhoça, vangloria-se de adotar as tendências do Novo Urbanismo; o projeto Floripa2030 — que, como argumenta Aguiar (2015), serve de modelo para o Plano Diretor de Florianópolis de 2014 — adota como ideal de moderniza o urbana o *case 22@barcelona*, e aspira que a cidade seja uma Miami; o novo aeroporto de Florianópolis chama-se *Floripa Airport* e   gerido pela multinacional Zurich Airport. Exemplos da ressonância de tendências globais não faltam. Bem verdade, o mesmo poderia ser dito até para as cidades mais provinciais, onde as tendências globais integram a grandiloquência da moderniza o urbana, mesmo que o Estado e os agentes privados não tenham condi es de viabilizar projetos espetaculares e grandiosos.

econômico da sociedade para a realização de projetos imobiliários e urbanísticos privados, ele pode dirigir um conjunto mais amplo de capitais, que dependem dessas intervenções no urbano para realizar seus próprios negócios. Esse é especialmente o caso de empresários do chamado *trade* turístico, que envolve todas as atividades econômicas ancilares do ramo do turismo.

O lançamento de hotéis e centros de eventos são algumas das muitas interfaces econômicas que ligam os empresários da incorporação com o *trade* turístico. Os empresários do *trade* necessitam, afinal, de equipamentos urbanos adequados para hospedar seus clientes e realizar de eventos; além disso, locais com restaurantes premiados, casas noturnas, comércios de padrão elevado e outras atrações são diferenciais para a escolha de organizadores de eventos e para a captação de um turista de maior renda e, portanto, contribuem para realização de mais negócios.

Para Bertoli (2017, p. 198), ao passo que “o processo de crescimento urbano de Florianópolis se deu através dos interesses imobiliários em explorar o potencial urbano-turístico da ilha”, isso fez emergir um “binômio turismo-construção civil”. Segundo o autor,

“O que se pode constatar nos anos seguintes às décadas de 1960 e 1970 é a apresentação do binômio Turismo-Construção civil como os setores hegemônicos, pois são os seus representantes que passam a orientar a ideologia dominante da cidade, a qual encontra a sua expressão inicial na ideia do turismo como ‘vocalização natural de Florianópolis’” (BERTOLI, 2018, p. 83)

Caberia ponderar que, em Florianópolis, nem todo capital de incorporação se vincula diretamente com a atividade turística. Esse é o caso das incorporadoras que atuam na provisão de habitação nos outros municípios da região metropolitana; embora algumas dessas empresas já existam há décadas, fazem menor emprego de tecnologia e, em geral, realizam empreendimentos de padrão médio ou popular, voltados principalmente à habitação de trabalhadores (CAMPOS, 2009). Entendemos que sua atuação é complementar àquela das incorporadoras mais desenvolvidos, que realizam, principalmente na ilha, uma diversidade de tipologias arquitetônicas, desde a habitação de médio e alto padrão, até edifícios corporativos e empreendimentos propriamente turísticos, como hotéis, clubes e centros de eventos; é complementar justamente porque todos esses empreendimentos necessitam de trabalhadores, que, graças à dinâmica

imobiliária que potencializou a segregação, são obrigados muitas vezes a fazer o trajeto laboral pendular entre o continente e a ilha. Como veremos na seção 3, essa relação econômica de complementariedade ganha contornos políticos quando as associações empresariais passam a reivindicar que a sociedade chancela projetos de altíssimo padrão na ilha, ao mesmo tempo que direcione o crescimento urbano prioritariamente para o continente.

No plano político, a comunhão de interesses entre incorporadores e *trade* turístico revela-se notavelmente forte. Isso pode ser atribuído ao fato do *trade* turístico ter uma característica especial em relação a outros ramos: sua própria atividade econômica envolve mercantilizar projetos imobiliários — ou de cidade — e articulá-los politicamente. Isso ficará claro, como veremos no capítulo 2, no contexto do *marketing* de destinos para captação de eventos. Esse *métier* posiciona adequadamente o *trade* turístico para se profissionalizar na defesa política dos interesses de incorporadores, apresentando-os como projetos de interesse universal de uma cidade. Pensamos que isso explica o alto engajamento dos empresários do *trade* turístico nas pautas urbanas, que, como veremos, está expresso em seu papel de liderança nas associações empresariais. Sustentamos que essa é a razão dos novos fenômenos associativos do empresariado de Florianópolis que tiveram profunda importância nos processos políticos recentes, conforme veremos no capítulo 3.

Entendemos que se pode falar da consolidação de uma *aliança turismo-incorporação* em Florianópolis, calcada nas sinergias econômicas (ou até mesmo, na fusão) entre os capitais da incorporação e do turismo, e também na comunhão de objetivos políticos. Nessa aliança, os interesses de ambos os ramos de atividade encontram-se bem conciliados e acomodados, e sua defesa manifesta-se de modo particular: como a defesa de interesses turísticos da cidade, benéficos a todos os cidadãos. Passaremos, agora, à análise desses fenômenos associativos.

2 Turismo como motor da segregação socioespacial

Apresentamos, no primeiro capítulo, como se consolidou em Florianópolis uma aliança turismo-incorporação a partir da união de interesses econômicos e políticos do empresariado de incorporação imobiliária e do *trade* turístico. Neste capítulo aprofundaremos a análise sobre o surgimento de associações empresariais do turismo-incorporação e o modo específico pelo qual os interesses políticos desses dois ramos são soldados: a comunhão de interesse no desenvolvimento de um turismo de elite, diferenciado, que se baseia em uma configuração urbana segregada e desigual. Faz-se a escolha pelo turismo “de elite”, de eventos e negócios, ou voltado a *beach clubs* e campos de golfe, ao invés do turismo “de massas”, vinculado ao veraneio em pousadas ou segundas residências.

Embora neste capítulo nossa análise privilegie as reivindicações do turismo, a segregação continua sendo nosso fio condutor, à medida em que as dinâmicas imobiliárias segregadoras, que reafirmam a diferenciação social (a desigualdade), possibilitaram o surgimento de um turismo de alta renda. A invenção da noção de “vocação turística” da cidade, instrumentalizada pelos empresários do turismo para a agressiva mercantiliza o de Florianópolis no Brasil e no exterior, configurou-se como um potente “motor da segregac o” socioespacial, ao articular as demandas dos incorporadores — a amplia o do mercado através da diferencia o dos produtos imobiliários para camadas de alta renda — em verdadeiras prioridades dos investimentos estatais e das políticas públicas. Além disso, essa aliança foi bem-sucedida em seu projeto de conformar a gestão pública aos modelos de governança empresarial dominados por interesses privados. Entendemos que a a o das associa es voluntárias militantes foi o instrumento prioritário para concretizar essas transforma es.

2.1 A emergência das associa es do turismo-incorpora o

Até o início dos anos 1980, Florianópolis não possuia um ramo turístico desenvolvido. Januário (1997) oferece um quadro da situa o através da declara o de um empresário do ramo, que permaneceu an nimo:

“[Nos anos 1970] nós não tínhamos absolutamente nada. Então, o nosso turismo tem menos de vinte anos. E aqui nós tínhamos meia dúzia de hotéis no centro

da cidade que não tinham preocupação turística ... há vinte anos atrás, no Morro da Lagoa da Conceição, surgiu um hotel; em Canasvieiras tinha um hotel e só. E nenhum deles tinha sequer telefone. Então, nós mandávamos turistas para esses dois hotéis cegamente ... Nós mandávamos gente nos meses de janeiro, fevereiro e julho até se acomodar por uma noite nas maternidades e hospitais, esperando vagas nos hotéis da cidade ... Agências de viagens nós tínhamos duas, sendo que uma tinha matriz em Blumenau. Então, isso era o turismo que existia em Florianópolis: meia dúzia de hotéis no centro, esses dois na praia, e duas agências de viagens.” (autoria anônima, 1997, apud JANUÁRIO, 1997, pp. 61–62)

A insatisfação com a falta de medidas de apoio pela Prefeitura Municipal e a necessidade de uma articulação conjunta dos serviços para aproveitar a crescente demanda de turistas impele o empresariado a organizar-se.

As primeiras associações foram de participação exclusiva de empresários, seja na forma de entidades vinculadas à estrutura corporativa,²⁰ seja em entidades de caráter extracorporativo (JANUÁRIO, 1997). Esse foi o caso do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis (SHRBS-FLN), sindicato patronal pioneiro dos empresários hoteleiros, cuja fundação, de 1978, foi lograda após três anos de articulação de importantes lideranças, entre as quais Estanislau Bresolin.²¹ O SHRBS-FLN foi porta-voz das principais demandas dos empresários hoteleiros. Uma particularmente insistente é a exigência de construção de um Centro de Convenções em

²⁰Diniz (2002, p. 246) explica que “[a] estrutura corporativa, criada por Vargas nos anos 30, é formada pelos sindicatos por ramo de atividade e de base local, pelas federações representando as indústrias de um dado estado e pela confederação, representando o conjunto da indústria nacional. O imposto compulsório, a unicidade sindical, a hierarquia entre os vários níveis da representação empresarial e a tutela do Estado são as principais características desta estrutura. A estrutura extracorporativa é formada pelas associações civis voluntárias, setoriais e de abrangência nacional, que, embora implantadas desde o início do processo de industrialização, expandiram-se notavelmente durante os surtos desenvolvimentistas dos anos 50 e do período do Milagre Econômico dos governos militares, entre meados dos anos 60 e 70.”

²¹Estanislau Emílio Bresolin foi empresário hoteleiro, dono do Ivoram Palace Hotel, construído em 1972, e também uma das mais reconhecidas lideranças empresariais do turismo em Santa Catarina. Além da ABAV-SC e do SHRBS-FLN, fundou a Federação de Hotéis, Restaurantes e Similares de Santa Catarina (FHORESC), dirigindo as entidades até o fim de sua vida. Seria ainda vice-presidente da Confederação Nacional do Turismo (CNTur), além de conselheiro titular do Conselho Nacional de Turismo, órgão do Ministério do Turismo. Foi membro do Conselho Consultivo da Associação FloripAmanhã de 2020 até 2022, quando faleceu vítima de complicações do Covid-19.

Florianópolis, fundamental para a elevação do fluxo turístico ao longo do ano. Com o tempo o sindicato passou a castigar publicamente a omissão da Prefeitura Municipal em desenrolar o equipamento. Isso fica nítido em um artigo de 1995 intitulado “Caso de Polícia”, assinado por Tarcísio Schmitt,²² então presidente do SHRBS-FLN: “O poder público, que é quem mais arrecada com o turismo, precisa dar condições necessárias para que a ilha receba — e bem —, o turista!” (SCHMITT, 1995, apud JANUÁRIO, 1997, p. 69)

Estanislau Bresolin também contribuiu, em 1975, para a criação da seção catarinense da Associação Brasileira de Agentes de Viagens (ABAV/SC), que desenvolveria ações de caráter econômico e agitação política. Em 1989, foi articulada, por meio da ABAV/SC, a representação corporativa do segmento, o Sindicato das Empresas de Turismo de Santa Catarina (SINDETUR/SC). Depois da fundação do SINDETUR/SC, a ABAV/SC passou a se dedicar integralmente às pautas extracorporativas, como a defesa de uma Lei Nacional do Turismo e a formação de uma bancada parlamentar própria (JANUÁRIO, 1997).

Ao lado das entidades de participação exclusiva dos empresários do turismo, Januário (1997) sublinha a invenção de um tipo de “estrutura ampliada” de representação dos interesses desses empresários, que incluirá as agências públicas. Esses organismos ampliados, no entendimento de Januário (1997), permitirão que os empresários do turismo controlem as informações do ramo, constituindo espaços de informações privilegiadas, e, simultaneamente, exerçam pressões diretas sobre as agências públicas, pautando-as segundo seus interesses.

O primeiro a surgir, em 1979, foi o Conselho Permanente de Turismo da ACIF (CPT-ACIF), num modelo de fórum empresarial que serviria como um órgão consultivo da ACIF. O CPT-ACIF incluía, além das entidades privadas do turismo, representantes do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte de Florianópolis (SETUR) e da Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR), futura agência estadual de turismo. Para Januário, esse modelo consolidou a “unidade de representação de interesses empresariais do turismo ... junto ao poder público em

²²Tarcísio Schmitt foi dono do Costa Norte Ponta das Canas, e envolveu-se ativamente na organização do setor hoteleiro em Florianópolis. Foi membro do Conselho Consultivo da Associação FloripAmanhã entre 2008-2019. Faleceu em 2020, vítima da Covid-19.

níveis local e estadual” (JANUÁRIO, 1997, pp. 90–91). O autor identifica, entre os principais temas tratados pela CPT-ACIF, o desenvolvimento da Marina e do Porto Turístico, a exigência de construção de um Centro de Convenções, a internacionalização do Aeroporto Hercílio Luz e a oferta de formação profissionalizante para trabalhadores do ramo. Januário (1997) observa que, apesar de sua importância e papel pioneiro, o CPT-ACIF teve seu período de atividade concentrado em dois momentos, 1979 e 1984–1985, e permaneceu desativado entre esses períodos. O Conselho iria imprimir na ACIF a marca dos empresários desse ramo, o que se evidenciará quando Armando Gonzaga, à época em que foi presidente da associação (1995–1996), jactou-se do “turismo [ser] hoje a mola mestra da economia da cidade” (GONZAGA, 1995, apud JANUÁRIO, 1997, p. 91).

O êxito da experiência associativa do CPT-ACIF exerceu grande influência sobre a ação política dos empresários do turismo. Ao mesmo tempo em que amplificavam as reivindicações por investimentos públicos pela Prefeitura Municipal e o Governo do Estado, passaram a exigir autonomia empresarial na gestão dos negócios turísticos. É no contexto favorável a esse segundo aspecto, durante a administração de Esperidião Amin na Prefeitura Municipal (1989–1990), que surgirá uma nova entidade: a Fundação Pró-turismo de Florianópolis (PROTUR).

2.1.1 Fundação Pró-turismo de Florianópolis

No Estatuto da PROTUR, criada em 1989, estavam declarados como fundadores associações empresariais — ACIF, CDL, SINDUSCON, ABAV/SC, SHRBS-FLN —, entidades públicas — SETUR, SANTUR e Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo —, e, significativamente, grupos empresariais de comunicação e empresas ligadas a importantes lideranças da incorporação, turismo e hotelaria. Na Tabela 2, associamos as empresas listadas no Estatuto de fundação da PROTUR (segundo Januário, 1997) com as pessoas-chave.

Tabela 2: Empresários envolvidos na fundação da PROTUR (1989)

empresa	pessoa-chave
Catarinense de Refrigerantes	Alaor Francisco Tissot
INPLAC	Fernando Marcondes de Mattos
Jurerê Praia Hotel	Péricles Druck, Carlos Berenhauser Leite
Eugênio Raulino Koerich	Antônio Obet Koerich

empresa	peessoa-chave
Usati Portobello	Eduardo Ramos Gomes
Agência Propague	Roberto Costa
Agência Artplan	Ricardo Dalcanale Bornhausen
Ceisa	Newton Ramos
Cota	Joci José Martins
Pedrita	Paulo Gil Alves
Planel	Neider Francisco Panosso
Casas da Água	José Nitro da Silva
Engecal	João Ambrósio Alves
Castelmar Hotelaria	Renato Nunes Ghizoni, José Carlos Chaussard Neto
Max Wilhelm Refrigerantes	Werner Greuel
Rede Sagres	José Amilton de Oliveira
Hotuil (Hotel Diplomata)	Ferrucio Del Bene
Souza Cruz Cigarros	Ricardo Valls
Supercados Imperatriz	Tiago Vidal Lohn
Amauri Peças e Veículos	Amauri da Silva
A Barateira	Artur Alex Müller
Santa Rita Eletro	Francisco Xavier Lemos
Makenji	Mário Kenji
Cassol	Adroaldo Cassol
Sulcatarinense	José Carlos Portella Nunes
TV Barriga Verde	Saul Brandalise Júnior
O Estado	José Matusalém de Carvalho Comelli
RBS TV, Zero Hora	Nelson Pacheco Sirotsky
RCE	Manoel Dilor de Freitas
SCC	Roberto Rogério do Amaral, Mário Petrelli

Muitos dos empresários que fundaram a PROTUR exerceram o papel de lideranças de seus ramos. Entre seus presidentes e vice-presidentes, na Tabela 3, podemos verificar que as personalidades centrais da entidade continuarão a se destacar, nas décadas seguintes, tanto nos negócios como no associativismo. Essa concentração de lideranças tornou a PROTUR “um centro de poder da rede de representação empresarial” (JANUÁRIO, 1997, p. 99). O autor reitera que a organização interna da PROTUR resultou de uma inversão do papel das agências públicas: não mais a representação empresarial era interna às agências e secretarias; agora, as próprias agências e secretarias públicas foram introduzidas na

representação empresarial. Isso permitiu aos empresários exercer significativa influência nessas agências, e, por consequência, tornaram-se capazes de ditar a política do turismo.

Tabela 3: vresidentes e vice-presidentes da PROTUR (1989–1996). Fonte: Januário (1997).

ano	presidente	vice-presidente
1989–1990	Fernando Marcondes de Mattos	Alaor Francisco Tissot
1991–1992	Alaor Francisco Tissot	Eduardo Ramos Gomes
1993–1994	Alaor Francisco Tissot	Carlos Berenhauser Leite
1995–1996	Carlos Berenhauser Leite	Rogério Caldema

Nesse mesmo molde, os empresários envolvidos na PROTUR organizaram, ainda, outra entidade: o Fórum Permanente do Turismo, que data de 1994. Januário (1997) assinala que, em sua primeira configuração, terá Fernando Marcondes de Mattos²³ como presidente e Anita Pires²⁴ como secretária-executiva. O Conselho Executivo do Fórum seria composto por entidades empresariais — CDL, ACIF, PROTUR, SEBRAE — e um conjunto ampliado de entidades públicas — BRDE, SANTUR, Prefeitura Municipal, UFSC, IBAMA e FATMA —, além da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO), Associação dos Municípios da Grande Florianópolis e a Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo (ABRAJET/SC). Trata-se de um instrumento de defesa de interesses empresariais que complementa a PROTUR e aprofunda o modelo de “estrutura ampliada”, já comprovadamente eficaz. No Fórum, as demandas permanecem orbitando temas caros aos empresários do turismo-incorporação: policiamento; recursos humanos para o turismo; melhora da infraestrutura urbana, das praias e das áreas de proteção ambiental; internacionalização do Aeroporto Hercílio Luz; construção de novos equipamentos, como trapiches, píers, marinas e o Centro de Convenções; combate ao parcelamento do solo e a obras clandestinas; e, significativamente, o enquadramento do aluguel de temporada de casas e apartamentos nos critérios do turismo organizado

²³Marcondes de Mattos deixou a presidência da PROTUR para assumir, a convite do governador Jorge Bornhausen, a Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda, cargo que exerceu entre 1991–1992.

²⁴Anita Pires é empresária do turismo, sócia da consultoria Pires Inteligência em Turismo junto de suas filhas, Jeanine Pires e Juliana Pires. É liderança empresarial notável nas associações empresariais do *trade* turístico. Foi presidente da Associação FloripAmanhã em dois momentos, de 2006–2008 e de 2015–2017.

(JANUÁRIO, 1997).

2.1.2 A experiência do associativismo militante

A PROTUR não se restringiu ao papel de um órgão de ressonância e defesa de interesses junto ao poder público. Passará a executar ações práticas de promoção ao turismo, entre as quais cursos de capacitação turística, treinamento de comunicação multilíngue para taxistas, e até mesmo a criação de uma rádio amadora, “Rádio Clube Litoral” (JANUÁRIO, 1997). Uma de suas principais ações foi estruturar, em diversas mídias, uma campanha sistemática de promoção da imagem de Florianópolis como “polo turístico internacional”, voltada tanto ao público nacional quanto a fontes emissoras de turistas no estrangeiro. Em razão disso, a fundação da PROTUR é identificada por Lenzi et. al (2023) como um marco na mudança de narrativas sobre a cidade, que deu início a uma agressiva mercantilização de Florianópolis e de suas imagens, com a exaltação da participação direta do empresariado em oposição à atuação do poder público. No entanto, ponderam os autores, empresários também ocupavam cargos públicos, evidenciando uma imbricação entre empresários e Estado, ao invés de cisão (LENZI et al., 2023, p. 15).

Essa imbricação é particularmente evidente na fundação da PROTUR. Considerado por Januário (1997) o principal idealizador da entidade, o empresário Fernando Marcondes de Mattos exercia, em 1989, o cargo de Secretário de Projetos Especiais do Prefeito Municipal, Esperidião Amin. Junto do Prefeito e do arquiteto André Schmitt,²⁵ Marcondes assinou uma série de artigos nos jornais *O Estado* e *Diário Catarinense* denunciando a “falência do Estado” e o esgotamento do “modelo da cidade pendurada nas tetas dos poderes públicos”, apontando a urgência de se “[aceitar] fazer do turismo — vocação natural do município — a sua atividade econômica básica” (MATTOS, 1989, apud LENZI, 2016, p. 146). A solução é adiantada pelo mesmo empresário: a PROTUR

²⁵O arquiteto André Schmitt foi responsável, entre outras criações, pelo projeto do Costão do Santinho Resort, empreendimento de Marcondes de Mattos, pelo plano de urbanização da Praia Brava e pelo prédio administrativo da Portobello S.A. Em 1986, foi vencedor, em equipe, do concurso promovido pela Prefeitura Municipal e pelo IAB/SC para o “Parque Metropolitano Dias Velho — aterro da Baía Sul”, projeto que seria retomado em 2023 pela Associação FloripAmanhã como principal modelo a ser adotado na “revitalização” do espaço. André Schmitt foi membro do Conselho Consultivo da FloripAmanhã de 2012 até seu falecimento, em 2019.

e o modelo institucional que preconiza seriam os meios necessários para dar “autonomia ao progresso da cidade, sem as amarras do serviço público” (COMO..., 1989, apud LENZI, 2016, p. 145).

O aprofundamento da mercantilização de Florianópolis a partir dos anos 1990 só pode ser compreendido como resultado da ação política dos empresários do turismo-incorporação articulada na sociedade civil e no Estado. Por um lado, os empresários fabricavam o amplo consenso sobre a vocação turística de Florianópolis através das associações e do controle da mídia empresarial. Por outro, arregimentavam as agências públicas e representantes da Prefeitura dentro de seus próprios instrumentos de formulação política, a PROTUR e o Fórum Permanente do Turismo; além disso, a PROTUR legitimou-se ela mesma como instância ampliada do Estado ao ser reconhecida pela Prefeitura como entidade de Utilidade Pública, através da Lei Municipal 3.554/1991. Uma associação de Utilidade Pública, segundo a redação da Lei Municipal 1.115/1972, deve ter como “fim exclusivo servir desinteressadamente à coletividade”, o que contradiz a clara ligação da PROTUR a interesses econômicos do empresariado do turismo-incorporação.

A PROTUR empoderou o empresariado para definir e executar, com autonomia, a política do turismo do Município, e o fez amparada no Estado. A invenção de Florianópolis como cidade turística (LENZI, 2016) pôde ser concretizada por meio do associativismo e da ação coordenada dos empresários do turismo-incorporação.

2.2 O problema da sazonalidade e sua solução

Tanto a PROTUR como o Fórum Permanente do Turismo retomaram as reivindicações de promoção ao turismo de veraneio, exigindo infraestrutura, flexibilização dos horários comerciais e policiamento. Mas suas ações visavam, sobretudo, a redução da sazonalidade turística. A sazonalidade sempre foi uma questão central para os empresários. Desde os anos 1970 vinha se intensificando o turismo de lazer voltado ao “sol e mar”, concentrado nos meses de Alta Temporada, janeiro e fevereiro. Na década de 1990, esse já tinha se consolidado como um turismo “de massas”, que vinha associado de uma expansão urbana desenfreada nos balneários do Norte da Ilha (SANTOS, 2012). A dependência do turismo de veraneio é um problema para os capitais porque a realização de suas mercadorias passa a ser condicionada por fatores extraeconômicos: temperaturas altas e ausência de chuva.

Como coloca Santos (2012),

“A sazonalidade é um fantasma que, ainda hoje, assombra todos os meios de hospedagem localizados nas partes balneárias da ilha. Essa oscilação de demanda, com períodos de alta e baixa estação, afetam drasticamente as empresas turísticas e o comércio em geral.” (SANTOS, 2012, p. 296)

Os empresários do turismo já vinham há décadas pressionando para que o Estado criasse as condições para se desenvolver a atividade turística ao longo do ano. Com a PROTUR e o Fórum Permanente do Turismo, torna-se estridente a demanda pela entrega do Centro de Convenções e de legislação favorável à construção de marinas e campos de golfe (JANUÁRIO, 1997). A ação dessas associações trará resultados; enfim, a solução para o problema da sazonalidade é encontrada na fórmula do turismo de eventos e negócios.

Em meados da década de 1990 o quadro do turismo e da hotelaria começa a se transformar. Se antes as mudanças eram “lentas e endógenas”, passam a ser “rápidas e ditadas de fora para dentro, acompanhando o fluxo de turistas” (SANTOS, 2012, p. 297). Em 1995, ingressam na região as redes hoteleiras, tanto internacionais, como a francesa Accor (dona das marcas Ibis, Mercure, Novotel e Sofitel), quanto nacionais, como a Blue Tree e a Slaviero. Antes, os hotéis eram geridos por seus proprietários, muitas vezes pela própria família. A chegada de operadores permitirá que incorporadores lancem hotéis e terceirizem sua administração. Além disso, os hotéis passam a adaptar suas estruturas para receber pequenos eventos, antecipando uma mudança no perfil do turista.

Em 1998 inaugura-se, enfim, o Centro de Convenções de Florianópolis, CentroSul, após décadas de reivindicação dos empresários por um equipamento destinado a grandes eventos. O CentroSul foi realizado no modelo de “parceria público-privada”. Construído sobre terras da União, o terreno público foi cedido pela Prefeitura Municipal ao consórcio privado liderado por Aurélio Paladini, da Magno Martins Engenharia, e Mário Kenji, da varejista Makenji. A exploração comercial do empreendimento, em regime de concessão, é exercida pelo mesmo grupo até hoje. A fundação do CentroSul é entendida por Santos (2012) como um divisor de águas na estrutura do turismo em Florianópolis por destravar a realização de grandes eventos, intensificando os fluxos turísticos para esse fim. Segundo Santos (2012, p. 297), “[essa] nova realidade ampliou a ocupação dos hotéis do Centro, bem como a sua abrangência, considerando que a atividade turística vigente até então,

além de sazonal, concentrava-se nos balneários.”

Diversos equipamentos para grande eventos vieram na sequência, como o Centro de Cultura e Eventos da UFSC, o Centro Multiuso de São José, o Centro de Eventos da FIESC e o Centro de Eventos da Associação Catarinense de Medicina. Mais recentemente, em 2015, foi inaugurado o Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, com 17 mil metros quadrados, por iniciativa do Governo Estadual. Em 2020, esse equipamento foi incluído no Programa de Parcerias e Investimentos de Santa Catarina, encarregado da privatização de patrimônios públicos, para ser concedido à exploração privada.



Figura 1: Costão do Santinho Resort. Fonte: Costão do Santinho/Divulgação.

Merece comentário à parte o Complexo Turístico Costão do Santinho, no Norte da Ilha, empreendimento de Fernando Marcondes de Mattos. O complexo começou a ser construído em 1991 e cresceu ao longo dos anos, contando hoje com 200 mil metros quadrados de estrutura e 700 mil de áreas de preservação. É o *resort* voltado a eventos mais importante do Brasil, sendo vencedor praticamente invicto de premiações. Ainda em 2002 e 2003, o Costão do Santinho venceu duas vezes o Prêmio Caio Jacaré de Ouro na categoria Hotel com Centro de Convenções.²⁶ Entre 2004 a 2022, venceu 17 vezes a

²⁶O Jacaré de Ouro e o Jacaré de Prata integram a premiação chamada de Prêmio Caio, produto da *Revista Eventos*, realizado pelo Grupo Conecta Eventos. É a única premiação no Brasil que seleciona

premiação Jacaré de Ouro Hotel Resort, ficando com o Jacaré de Prata apenas em dois anos, 2008 e 2013, quando perdeu para o Hotel Transamerica Ilha de Comandatuba em Una, Bahia. Além disso Rubens Régis, diretor comercial do Costão do Santinho, foi duas vezes vencedor, em 2012 e 2017, na categoria Hotelaria (Hotéis & Resorts), do Grand Prix Prêmio Caio, considerado o “Oscar dos eventos”. Em 2017, Marcondes inaugurou mais um centro de eventos, o Açores Espaço Eventos, para 4 mil pessoas.

Essas intervenções contribuíram para formar em Florianópolis um *cluster*²⁷ do turismo de eventos (LINS, 2000; 2007). Luca (2014) entende que isso se deve a diversos fatores, como os programas de formação de profissionais para o turismo, a multiplicação dos equipamentos construídos e dos fornecedores, bem como às políticas públicas de promoção do turismo nas esferas federal, estadual e municipal. O autor aponta que uma contribuição particularmente importante foi a atuação sinérgica dos agentes do ramo: consultorias, representantes comerciais, fornecedores de serviços como o *catering* (alimentação) e a montagem de stands, agentes de viagens, companhias aéreas e serviços de hotelaria alinharam-se entre si e com novos projetos de incorporação, como os hotéis, edifícios empresariais e centros de convenções. Apoiando-se em um estudo da FGV de 2011, Luca afirma que

“[a] economia da cidade foi beneficiada por este novo cenário, já que o turista de negócios gasta em média R\$ 249,78 por dia (com táxi, hotel, refeições, lembranças etc.), enquanto um turista de temporada, o de verão, gasta em média R\$ 120,00 por dia, buscando alternativas mais baratas de alimentação, transporte e hospedagem.”
(LUCA, 2014, p. 269)

A emergência desse novo segmento e sua ascensão à posição de atividade mais dinâmica do ramo turístico é uma das peças-chave da transformação do turismo em Florianópolis, que também se refletiu no associativismo. É nesse contexto de modificação da estrutura do

empresas e profissionais que se destacam no ramo dos Eventos e Turismo. A premiação iniciou em 2000 e ocorre anualmente desde então. Há diversas categorias para os diferentes segmentos, sendo a premiação de maior reconhecimento o Grand Prix Prêmio Caio.

²⁷Lins (2007, p. 109) explica que “um *cluster* desse gênero corresponde a uma constelação de empresas atuando em hospedagem, alimentação, lazer e organização de viagens, entremeados com instituições públicas e privadas e com diversas atividades subsidiárias, tudo em situação de proximidade e ostentando as respectivas atuações ‘cimentadas’ pela existência localizada de atrativo(s) turístico(s) capaz(es) de magnetizar fluxos de visitantes.”

turismo que é criado o *Convention & Visitors Bureau* de Florianópolis, ou simplesmente Florianópolis CVB.²⁸

2.2.1 Florianópolis *Convention & Visitors Bureau*

O *Convention* foi uma iniciativa dos mesmos empresários que compunham o Fórum Permanente do Turismo e a PROTUR, e sucedeu diretamente esta última, herdando seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública. Isso garantiu ao Florianópolis CVB cadeiras em conselhos, fóruns e secretarias da Prefeitura Municipal.

O Florianópolis CVB foi apresentado ao público em 1999 pelo presidente da PROTUR, Hamilton Peluso, junto da Prefeita Municipal, Angela Amin. A empresária hoteleira Carmen Maria Peters²⁹, de Balneário Camboriú, foi convidada para presidir a recém fundada entidade, e ficaria no cargo até 2008. A Tabela 4 apresenta a lista de presidentes e vice-presidentes do Conselho de Administração do Florianópolis CVB.³⁰ A entidade assumiu como tarefa principal a captação de eventos nacionais e internacionais para Florianópolis, particularmente de fluxos turísticos com origem na Argentina, Paraguai, Uruguai e, mais recentemente, Chile. Em 2005, ainda como presidente, Carmen Maria Peters apresentou a visão do Florianópolis CVB sobre o papel da entidade como aglutinador de forças para a mudança no perfil do turismo:

“Em quatro meses, boa parte da infra-estrutura da cidade ficava exaurida e até

²⁸Chamaremos a entidade simplesmente de Florianópolis CVB, dado que ela passa por muitas mudanças de nome. Segundo Luca (2014, p. 266), a fundação ocorre efetivamente em 1997, mas é registrada apenas em 1999. A entidade sucede diretamente a PROTUR, mantendo o CNPJ e mudando de nome para Fundação Florianópolis *Convention & Visitors Bureau*. A própria entidade reconhece sua data de fundação como 2003, quando é reorganizada sob novo CNPJ, passando a se chamar Florianópolis *Convention & Visitors Bureau* — o registro oficial é de 2004. Com a criação da Federação Catarinense dos CVB, em 2004, passa a se chamar Florianópolis e Região *Convention & Visitors Bureau*. Em 2022, torna-se Destino Floripa & Região.

²⁹Carmen Maria Peters é empresária hoteleira. Junto de seu marido, o incorporador Roland Horst Peters, falecido em 2009, desenvolveu o empreendimento Hotel Plaza Camboriú, em Balneário Camboriú. Em 1995, comprou o Baía Norte Palace Hotel, em Florianópolis (SANTOS, 2012, p. 290). Em 2015, esse empreendimento passou a ser administrado pela Rede Slaviero, e Carmen Maria Peters passou a administrar exclusivamente seu hotel em Balneário Camboriú. A empresária foi membro do Conselho Fiscal da Associação FloripAmanhã entre 2007–2013.

³⁰Alguns dados das vice-presidências não puderam ser levantados. Isso ocorreu ou pela falta de registros (2006–2007, 2020–2021), ou porque o cargo não estava formalmente estabelecido (1999–2003).

incapaz de atender toda a demanda, enquanto nos demais oito meses do ano registrava-se uma desmobilização quase total. ... Tal panorama tem mudado muito nestes dois últimos anos, quando Florianópolis ganhou seu tão sonhado Centro de Convenções. ... A grande meta, absolutamente viável, de fazer de Florianópolis um pólo de eventos no âmbito do Mercosul, aproveitando também sua invejável posição geográfica, tem que considerar, necessariamente, a vontade coletiva, que está se concretizando e se encontra materializada no Florianópolis *Convention & Visitors Bureau*”. (PETERS, 2005)

Tabela 4: Presidentes e vice-presidentes do Florianópolis CVB (1999–2023)

ano	presidente	vice-presidente
1999–2003	Carmen Maria Peters	-
2004–2005	Carmen Maria Peters	Luciano Pereira e Oliveira
2006–2007	Carmen Maria Peters	-
2008–2009	Joseli A. U. “Jô” Cintra	Eugênio David Cordeiro Neto
2010–2011	Eugênio David Cordeiro Neto	Vilmar Zunino
2012–2013	Eugênio David Cordeiro Neto	Vilmar Zunino
2014–2015	Marco Aurélio Floriani	Ricardo Murilo Pereira
2016–2017	Marco Aurélio Floriani	Humberto Freccia Netto
2018–2019	Humberto Freccia Netto	Marcelo Bohrer
2020–2021	Humberto Freccia Netto	-
2022–2023	Lucas Schweitzer	Mário Costa Jr.

O *Convention & Visitors Bureau* (CVB) é um modelo entidade associativa criada nos Estados Unidos, que tem o papel de executar ações para a promoção do turismo de uma localidade, por meio de produção e divulgação de materiais publicitários do destino, de prestação de informações a turistas e agências de turismo, e de intermediação de venda dos produtos e serviços turísticos. A origem dos *Conventions & Visitors Bureaux* (CVBx) pode ser traçada à fundação, em 1897 nos Estados Unidos, da *Detroit Convention and Businessmen’s League*, que unia os empresários do turismo da cidade. Nas palavras de seu idealizador, o jornalista publicitário Milton Carmichel, “[os] empresários precisam entender que concorrente não é inimigo, precisam aprender a colocar o *desenvolvimento da cidade* antes mesmo do crescimento de seus próprios negócios” (CARMICHEL, 1896, apud SCHULER; CÉSAR, 2014, p. 236). O modelo associativo se espalha, e em 1914 funda-se a *International Association of Convention Bureaux*, que representa inicialmente

18 cidades, todas nos Estados Unidos. O modelo começa a ser replicado em outros países do mundo, e chegará ao Brasil em 1983, com a fundação do São Paulo CVB. Em 2002, a associação internacional passa a se chamar *Destination Marketing Association International*, congregando filiados de mais de 600 destinos em 20 países (SCHULER; CÉSAR, 2014). A versão estadunidense do CVB é também chamada, atualmente, de *Destination Marketing Organization*, nome que exprime de modo preciso seu propósito.

O CVB possibilita a seus associados acesso a contatos e informações que aceleram as vendas, e constitui-se como instrumento de união dos empresários para construção de uma imagem coletiva e vendável do destino. Como destaca Anita Pires:

“Quando um *Convention* ou um organizador busca a captação [de eventos] sozinho, o resultado não é o mesmo. Quando atuam em conjunto, a visibilidade e a credibilidade é muito maior, conseguimos construir apoios mais efetivos na busca do evento e fortalecimento do destino.” (PIRES, 2012, apud LUCA, 2014, p. 152)

Schuler e César (2014) argumentam que um elemento comum aos CVBx é sua abrangência, sendo representantes do conjunto do ramo turístico de um destino, contando com associados “do setor hoteleiro, de locais para eventos, além de empresas de serviços de apoio a eventos, agenciamento e alimentação”, o que os diferencia das associações de classe privadas específicas de cada um dos segmentos do ramo turístico (SCHULER; CÉSAR, 2014, p. 232). Assim, os CVBx consistem na união de esforços dos empresários do turismo — visando objetivos comuns acima das relações de concorrência — para o *marketing* do destino.

No Brasil, são financiados pelas contribuições de associados e da taxa de turismo facultativa, sendo essa uma taxa cobrada pelo empresário hoteleiro do hóspede, que é faturada junto à diária do hotel. Nos Estados Unidos, sua equivalente é a *hotel room tax*, que se constitui na principal forma de financiamento dos CVBx, sendo de recolhimento compulsório; no Brasil, por outro lado, a taxa é facultativa, cabendo a escolha ao hóspede. A “contribuição turismo representa em média 41% do total da receita dos CVBx brasileiros contra 34% das mensalidades/anuidades dos associados e 14% de verbas públicas” (SCHULER; CÉSAR, 2014, p. 234). Os autores apontam que os empresários hoteleiros são frequentemente dispensados do pagamento de contribuições associativas, pois já apoiam os CVBx com a taxa de turismo. A participação da hotelaria predomina sobre todas as demais categorias do setor nos CVBx brasileiros.

Schuler e César (2014) ressaltam o envolvimento do Estado já na fundação da São Paulo CVB. À época, a Companhia Paulista de Turismo S.A. — órgão oficial de turismo da cidade — era comandada pelo empresário João Dória Jr. (que veio a ser Governador de São Paulo), uma das lideranças do processo. Sob inspiração do CVB paulista seriam fundados CVBx em outras cidades brasileiras, totalizando 14 até 1999, quando foi formalizado o Fórum Brasileiro de CVBx (FBCVB).

2.2.2 A cidade no mapa dos eventos internacionais

Em 2003, o turismo no Brasil sofre uma mudança de rumos significativa: ao mesmo tempo em que foi criado o Ministério do Turismo, a Embratur (Instituto Brasileiro do Turismo) passou a atuar junto da FBCVB e foi direcionada prioritariamente para o *marketing* e comercialização de destinos brasileiros no cenário internacional. Diversos diretores de CVBx foram convocados de suas cidades para compor o quadro da autarquia, sob a presidência de Eduardo Sanovicz, que fora diretor executivo da São Paulo CVB entre 1997 e 2000. A FBCVB também passou a integrar o Conselho Nacional de Turismo. Para Schuler e César (2014, p. 241), pôde-se assim “concretizar uma efetiva aliança entre as duas organizações”, a partir da qual há uma proliferação nacional dos CVBx, somando 105 entidades em 2007. Eles se articularam em federações estaduais e suplantaram o FBCVB com a fundação da Confederação Brasileira dos CVBx (CBCVB), que é hoje sua entidade oficial.

Entre os novos quadros da reestruturação da Embratur em 2003 estava Jeanine Pires, ex-diretora executiva do Recife CVB e do Maceió CVB, e filha de Anita Pires. Jeanine Pires torna-se presidente da Embratur em 2006, substituindo Sanovicz,³¹ e permanece no cargo até 2010. A revista *Panrotas* observa que Pires “inaugurou o novo modelo de atuação da Embratur, que, com a criação do Ministério do Turismo, passou a se dedicar à

³¹Eduardo Sanovicz deixaria a Embratur em 2006 para concorrer à direção da *International Congress and Convention Association* (ICCA), do qual era vice-presidente desde 2001, mas não é eleito. Assume em 2006 como diretor da Reed Exhibitions Alcantara Machado, maior promotora de feiras de negócios do Brasil. Em 2012, seria convidado para se tornar o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR), fundada no mesmo ano pela Avianca, Azul, Gol, Tam (atual Latam Brasil) e Trip (posteriormente incorporada à Azul). Sanovicz permaneceu na presidência da ABEAR até 2023, quando faleceu vítima de câncer.

promoção e apoio à comercialização do Brasil no Exterior” (JEANINE..., 2010). Jeanine Pires seria integrada em 2009 ao Comitê Executivo do Ministério do Turismo para elaborar o planejamento estratégico do turismo para a Copa do Mundo FIFA de 2014, no Rio de Janeiro; no mesmo contexto assumiria, em 2012, como secretária-executiva do Ministério da Cultura. Em 2013, deixa o Ministério e volta a atuar na consultoria Pires Inteligência em Turismo,³² junto de sua mãe, Anita Pires.

A reestruturação da Embratur provocou uma sensível mudança na trajetória do turismo no Brasil, que refletiu-se no número de captações de eventos. Como observa Luca,

“[o] primeiro programa que entrou em ação foi justamente aquele de apoio a captação e promoção de eventos internacionais. O objetivo principal não é apenas trazer os eventos para o Brasil, mas diversificar as cidades que os recebem e trabalhar para prolongar a permanência deste turista no país, de forma a ampliar o volume de dívidas (*sic*) gerado, beneficiando as economias e sociedades locais.” (LUCA, 2014, p. 147)

O Gráfico 2 apresenta os dados de captação de congressos e eventos internacionais da *International Congress and Convention Association* (ICCA), para o Brasil e para Florianópolis, que integram o *Ranking ICCA*. Os *Ranking ICCA* são publicações exclusivas, distribuídas apenas para os CVBx associados, ou seja, não são acessíveis normalmente pelas Secretarias de Turismo municipais, que têm de recorrer às associações privadas para obter as informações e acompanhar o sucesso de suas políticas.³³ Esse privilégio de informação dos CVBx pode ampliar sua ingerência sobre as políticas de promoção de turismo das agências públicas.

Luca (2014, p. 27) assinala que a publicação anual é uma das mais respeitadas no setor em todo o mundo, e “serve como um medidor de desempenho dos países e cidades no segmento”. A ocupação de posições elevadas no *ranking* é fator de distinção, e passa

³²Jeanine Pires ainda foi Secretária de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas entre 2015 e 2016. Em maio de 2023, foi convidada a representar o estado no novo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o “Conselhão”.

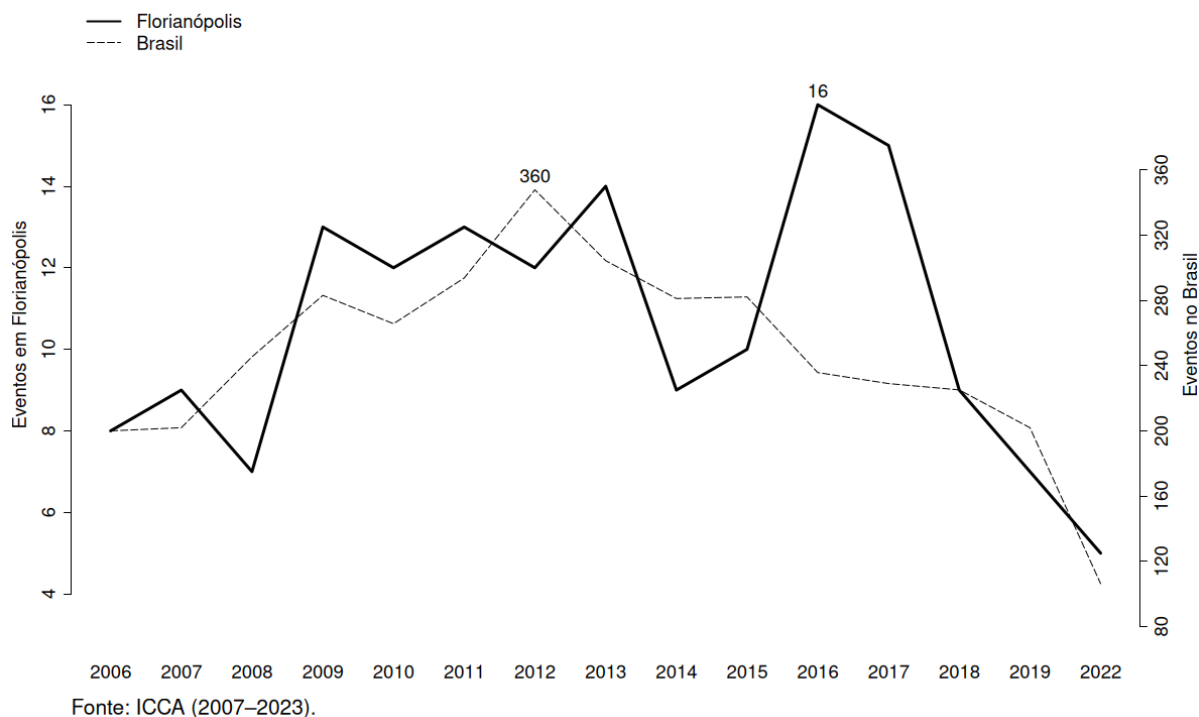
³³Conseguimos compilar a série somente porque a *Revista Mercado e Eventos* publicou os dados de Florianópolis, ano após ano, em seu portal, e algumas das publicações oficiais estavam disponíveis em sites como o da ABEOC-SC.

a ser desejável num contexto de mercantilização de um destino e de país como um todo. Para captar mais eventos, as associações privadas e Estado agem em sinergia. Luca explica como o processo se desenrola:

“Para captar um evento internacional associativo, o primeiro passo é identificar, entre as associações profissionais brasileiras, quais podem apresentar a candidatura de uma cidade brasileira na entidade mundial ou global ao qual é associada. A partir daí, a Embratur procura a entidade ou o *convention bureau*, para começar o processo de captação. Com a ampliação do trabalho, os *convention bureaux* e mesmo as entidades já passam a procurar a Embratur em processos de captação iniciados por eles.” (LUCA, 2014, p. 147)

Para ser contabilizados no *Ranking*, os eventos devem preencher, segundo Luca (2014, p. 27), critérios bastante estritos: devem ser organizados em períodos regulares; devem estar no mínimo em sua terceira edição; cada umas das três edições anteriores deve ser sediada em países distintos; e devem atrair, no mínimo, 50 participantes. Por enquadrar apenas eventos de organização complexa e internacionalizada, explica Luca (2014), os eventos “padrão ICCA” tornaram-se uma das métricas principais para avaliação do dinamismo turístico de um destino e para comparação entre destinos, embora sejam uma fração pequena dos eventos totais realizados.

Gráfico 2: Eventos internacionais captados no Brasil e em Florianópolis (2006–2022)



No Gráfico 2, as séries para Brasil e Florianópolis são sobrepostas, permitindo a comparação proporcional entre as duas escalas. A série de Florianópolis inicia no ano de 2006, quando a cidade capta oito eventos e consegue entrar no *Ranking ICCA*, e vai até o último dado, publicado em 2023.³⁴ Podemos notar que, apesar de retrações em alguns anos, Florianópolis tem melhor desempenho relativo que o resto do Brasil no período 2006–2016. A política de estímulo à captações de eventos internacionais no Brasil, operada com a reestruturação da Embratur, foi bem-sucedida até o ano de 2012, quando são captados 360 eventos, número que conferiu ao Brasil o sétimo lugar no *ranking* mundial. A partir de 2012, o número de captações reduz ano após ano, até atingir o mínimo da série com 110 eventos em 2022. Por outro lado, observa-se o crescimento da captação de eventos em Florianópolis até o ano de 2016, ano em que são realizados 16 eventos internacionais. Portanto, o dinamismo perdura por quatro anos a mais que no resto do Brasil. A partir de 2016, entretanto, a política de captação de eventos internacionais em Florianópolis perde tração e segue a trajetória do resto do país, até chegar a 5 eventos em 2022, a “nota de corte” para entrar no *Ranking ICCA*.

³⁴Em função da pandemia de Covid-19, não houve publicação do *Ranking ICCA* dos anos de 2020 e 2021.

2.2.3 A opção pelo turismo de elite

A experiência organizativa da PROTUR, que avocou-se o papel de formular e executar políticas de promoção ao turismo, foi um passo além com o Florianópolis CVB: a atuação da entidade colocou Florianópolis no mapa dos eventos internacionais. No período 2006–2022, foram realizados na cidade 159 eventos internacionais, aproximadamente 1 evento “padrão ICCA” a cada 5 semanas, o que configurou Florianópolis como verdadeiro “caso de sucesso” do ramo. Isso garantiu um assento permanente entre os 10 destinos brasileiros mais procurados, e posicionou-a até mesmo no pódio do *ranking*, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro — apesar de seu tamanho e expressão econômica modestos se comparados aos de cidades como Porto Alegre, Salvador e Recife.

A sistematização dos dados da ICCA revela-se importante pois indica a consolidação do segmento do turismo de eventos na cidade e o sucesso de articulação dos diversos empresários com o Florianópolis CVB e as agências públicas.³⁵ Se Florianópolis já se destacava em outros segmentos — “ecoturismo, turismo LGBT, turismo de festas, turismo de luxo, turismo gastronômico” (LENZI, 2016, p. 127) e turismo sexual (FÁVERI, 2014) —, o segmento de eventos passa a ser o dinamizador de toda a atividade turística com o crescimento da importância das captações de congressos e feiras de negócios.

Isso é importante porque há uma ligação estreita entre *turismo de eventos* e grandes projetos de incorporação, como centros empresariais, centros de eventos e hotéis. Essa é uma pauta histórica das associações, cabe reforçar, por duas razões. Primeiro, os eventos não são concentrados na temporada, o que permite a geração contínua de caixa para os incorporadores e para o *trade* turístico ao longo do ano; segundo, o turista de eventos é um turista de elite, como revela estudo de 2011:

“64,30% dos turistas que foram para Florianópolis para participar de eventos são do sexo masculino e 35,70% do feminino. A maioria é casada (66,20%) e com

³⁵Na verdade, o número de eventos internacionais é um dos poucos parâmetros no qual podemos nos apoiar para confirmar a consolidação do segmento de eventos — o que reforça a hipótese sobre o controle do turismo pelo CVB, por meio do privilégio de informações. Como alerta Pires (2015, pp. 57–59), “[há] uma precariedade de dados [sobre eventos], não há registros confiáveis, pois quando são realizados, a metodologia aplicada é alterada ano a ano. ... No que concerne ao número de eventos nacionais na cidade e ao número total de eventos, não há informação, ou seja, nenhum dos atores envolvidos no Turismo de Negócios e Eventos, tais como o *Convention Bureau*, a Secretaria Municipal de Turismo e a SANTUR, possui este tipo de dado.”

faixa etária entre 35 a 54 anos (63,10%). Os que trabalham na iniciativa privada e possuem curso superior representam 47,30%. Entre os brasileiros, a renda varia entre R\$ 4.591 e R\$ 7.140. Entre os estrangeiros, é entre 8 e 10 mil dólares.” (PESQUISA..., 2011)³⁶

O *turismo de lazer* está associado, por outro lado, à hospedagem em pousadas e à locação de segundas residências, ou casas de praia, dos próprios moradores (SANTOS, 2012). O turista de lazer, como vimos, não gasta tanto (LUCA, 2014). Além disso, a sazonalidade do turismo de lazer, concentrado nos meses de temporada, dá origem a gritantes problemas de mobilidade e saneamento, que são prejudiciais à economia como um todo, e, paradoxalmente, ao próprio turismo. A rejeição ao turismo “de massa” é uma grande bandeira das associações empresariais. Anita Pires não mede palavras:

“Temos clareza que precisamos trazer para cá um turismo de qualidade. Que turismo é esse? É um turismo de pessoas que respeitam o meio ambiente, que têm dinheiro para gastar, que vão ao restaurante, que frequentam o CIC, que vão ao teatro e que fazem investimentos aqui. E não pessoas que vêm só para deixar o lixo e criar problemas de trânsito.” (PIRES, 2008, apud LENZI, 2016, p. 129)

Podemos, enfim, adiantar algumas conclusões. A invenção do turismo de eventos é o resultado de uma pauta histórica das associações, que é levantada desde os tempos do Conselho Permanente de Turismo da ACIF, e foi assumida como tarefa prática pela PROTUR e pelo Florianópolis CVB. Essa pauta soldou interesses de incorporadores com o *trade* turístico, na medida em que seus negócios passaram a operar em sinergia e foram beneficiados pela emergência de um turismo de elite, de feiras de negócios e eventos.

Do ponto de vista do *trade* turístico, isso reforça uma opção clara em relação ao projeto de cidade: *o desenvolvimento urbano tem de segregar*, pois Florianópolis deve ser um destino exclusivo e diferenciado para um turista de alta renda. Para os incorporadores, que atuaram sempre na produção da segregação, um projeto de

³⁶O “Estudo de perfil e impacto econômico dos eventos nacionais e internacionais realizados em Florianópolis” foi encomendado em 2009 à Fundação Getúlio Vargas pelo Floripa CVB, e sua publicação data de 2011. Tivemos acesso apenas a um resumo do estudo (FGV, 2011). Trata-se do primeiro estudo do tipo na cidade, que teve grande repercussão na mídia e também em trabalhos acadêmicos, incluindo Luca (2014).

cidade com essas características é uma decorrência de sua racionalidade econômica de expandir mercados, desenvolver produtos diferenciados e vencer os obstáculos próprios das dinâmicas imobiliárias; ao proporcionar oportunidades de internacionalização, flexibilização de amarras burocráticas e estabelecimento de “parcerias público-privadas”, esse projeto de cidade também promove uma modernização que faz frente à ameaças concorrenciais do setor. Por fim, o projeto de cidade segregador ainda encontra eco nos anseios de algumas frações de empregados de alta renda, de setores estabelecidos e emergentes, que buscam ver realizado em Florianópolis o sonho xenofóbico do “paraíso da classe A”.

Florianópolis ainda não tem museus importantes,³⁷ nem infraestrutura nos seus parques naturais; não tem nem mesmo sistemas urbanos adequados para o período de temporada, auge do turismo de verão, o que se confirma ano após ano com a falência dos sistemas urbanos. Mas tem o aeroporto internacional *hi-tech* favorito das pesquisas, tem campos de golfe, *beach clubs* e o melhor *resort* do Brasil.

³⁷Talvez venha suprir essa falta o projeto do Museu de Arte Digital e Inovação (MADI), com projeto de Rodrigo Ohtake, que integra a proposta de “revitalizar” o Aterro da Baía Sul como grande marco turístico.

3 A hegemonia de empresários na política urbana

Vimos como a experiência de associativismo dos empresários do turismo-incorporação, materializado primeiramente na PROTUR e no Fórum Permanente do Turismo, desembocou na criação do Florianópolis *Convention & Visitors Bureau*, uma entidade cujo propósito específico é mercantilizar Florianópolis no Brasil e no exterior. A concepção da ideia de *vocação turística* da cidade como algo natural ou imanente foi uma missão bem-sucedida, como também o foi a hegemonização dessa ideia no debate público de seus cidadãos e lideranças políticas. Isso resultou na consolidação da aliança turismo-incorporação e no reforço da opção por um desenvolvimento urbano segregador.

Contudo, uma parte do acúmulo político do associativismo militante da PROTUR não foi completamente transmitida ao Florianópolis CVB, que é afinal uma entidade marcadamente setorial, com uma pauta de reivindicações mais restrita. Referimo-nos ao papel de direção social que a PROTUR exerceu, ao aglutinar e coordenar as reivindicações de um conjunto mais amplo de setores empresariais. O retorno de *associações voluntárias militantes* de tipo amplo resgata essa experiência de associativismo.

Fundada e dirigida pelos mesmos empresários do turismo-incorporação que participaram da criação da PROTUR, a FloripAmanhã, a mais representativa das novas associações, terá uma ação política que vai além de uma pauta de reivindicações específica do turismo. Pregando um modelo de governança para a cidade com participação ativa de empresários, a FloripAmanhã irá desenvolver ações voltadas a temas tão abrangentes como o planejamento urbano, o ordenamento náutico, o planejamento do uso dos recursos hídricos e do saneamento, o manejo das áreas de proteção ambiental, o projeto e a gestão dos espaços públicos e até mesmo o planejamento da infraestrutura em parceria com outros municípios da Região Metropolitana.

Neste capítulo, demonstramos como esse “novo” associativismo dá continuidade aos acúmulos políticos anteriores do empresariado, ao manter a forma específica das experiências associativas: a de participação crescente da sociedade civil (empresarial) nas decisões de Estado, almejando mesmo a participação irrestrita. Não se pode chegar à conclusão errônea de que os empresários opõem-se ao poder público. O que buscam é imprimir os interesses privados nas ações do Executivo e articulá-los na formulação e aplicação das leis. Contando com apoio contínuo das sucessivas administrações eleitas, *os empresários do turismo-incorporação agem como Estado*.

Embora se apresentem como representantes dos interesses de todos os cidadãos de Florianópolis, a ação política desses empresários revela-se direcionada à concretização de interesses particulares, que se opõem à concretização do direito à cidade para parcela significativa da população. Isso porque esses interesses estão consubstanciados em um projeto de cidade exclusivista, que aspira transformar Florianópolis — particularmente, a ilha — num paraíso de elite, segregado do grosso do crescimento urbano, isto é, das massas trabalhadoras, que são condenadas à periferia da Região Metropolitana.

3.1 A Associação FloripAmanhã

A Associação FloripAmanhã foi fundada em 17 de agosto de 2005, e tem sua sede atual no Sapiens Parque, em Canasvieiras. Ao longo de seus 18 anos de existência, mantém um núcleo de membros com participação orgânica relativamente amplo. Das 111 pessoas que em algum momento já atuaram como diretores ou conselheiros da associação, 21 membros somam mais de 10 anos de contribuição. Oito membros participam da FloripAmanhã por 15 anos ou mais: Alaor Francisco Tissot, Ney Walmor Hubener, Fernando Marcondes de Mattos, João Eduardo Amaral Moritz, Anita Pires, Ronaldo Koerich, Roberto Costa e Otávio Ferrari Filho. A Tabela 5 apresenta o quadro de presidentes e vice-presidentes da associação.

Tabela 5: Presidentes e vice-presidentes da associação FloripAmanhã

ano	presidente	vice-presidente
2005	Alaor Francisco Tissot	André Freysleben Ferreira
2006	Anita Pires	Elizenia Prado “Zena” Becker
2007	Anita Pires	Elizenia Prado “Zena” Becker
2008	Anita Pires	Elizenia Prado “Zena” Becker
2009	Elizenia Prado “Zena” Becker	Otávio Ferrari Filho
2010	Elizenia Prado “Zena” Becker	Otávio Ferrari Filho
2011	Elizenia Prado “Zena” Becker	Otávio Ferrari Filho
2012	Elizenia Prado “Zena” Becker	Anita Pires
2013	Elizenia Prado “Zena” Becker	Anita Pires
2014	Elizenia Prado “Zena” Becker	Anita Pires
2015	Anita Pires	Joseli A. U. “Jô” Cintra
2016	Anita Pires	Thiago Silva Schutz
2017	Anita Pires	Thiago Silva Schutz

ano	presidente	vice-presidente
2018	Anita Pires	Salomão Mattos Sobrinho
2019	Anita Pires	Salomão Mattos Sobrinho
2020	Anita Pires	Salomão Mattos Sobrinho
2021	Anita Pires	Salomão Mattos Sobrinho
2022	Jaime de Souza	Salomão Mattos Sobrinho
2023	Jaime de Souza	Salomão Mattos Sobrinho

A recondução múltipla dos incumbentes, perceptível na Tabela 5, é um indício da unidade programática da FloripAmanhã. De fato, por ocasião de comemoração de seus 10 anos, Alaor Francisco Tissot reconheceu, de forma categórica, o fio condutor de sua trajetória:

“A FloripAmanhã tinha e tem a finalidade maior em seus princípios o turismo, em todas as suas variáveis. ... Há dez anos criou-se o FloripAmanhã, tendo a sua frente novamente os mesmo criadores da Comissão de Turismo da ACIF, da PROTUR, do Convention, Fernando Marcondes, Roberto Costa, Alaor Tissot, juntamente com entidades de turismo da cidade. ... Continuamos atrás dos mesmos sonhos de dez anos.” (FLORIPAMANHÃ, 2015, p. 4)

3.1.1 Nova associação, mesmas lideranças

Muitos dos membros da FloripAmanhã desenvolveram suas trajetórias de vida em torno da atividade econômica da aliança turismo-incorporação. Além disso, assumiram protagonismo na organização da ação política desses ramos, inclusive dentro de esferas estatais, destacando-se como lideranças empresariais nos âmbitos local, regional e nacional. O caso da empresária Anita Pires, que presidiu o FloripAmanhã por 10 anos inteiros, é representativo.

Segundo Machado (2018), Anita Pires entrou em 1963 para o Curso de Serviço Social na UFSC. Foi militante da Juventude Estudantil Católica e vice-presidente da União Catarinense dos Estudantes. Em 1964, foi presa pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e passou três meses encarcerada. Em 1967, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MBD) e, em 1988, concorreu pelo partido à Prefeitura de Florianópolis, perdendo para Esperidião Amin (PDS). Concorreu também pelo PMDB a Vice-Prefeita de Florianópolis em 1982 e 1996, Deputada Federal em 1986, e Deputada

Estadual em 1990. Foi Secretária Adjunta de Planejamento do Estado de Santa Catarina entre 1988–1989, durante o governo de Pedro Ivo Campos (PMDB). Foi novamente Secretária Adjunta entre 1995–1999, durante o governo de Paulo Afonso Evangelista Vieira (PMDB). Mais uma vez, entre 2002–2006, durante o governo de Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Em 2006, quando da recondução de Luiz Henrique da Silveira, Anita Pires foi pela quarta vez convidada para a Secretaria de Planejamento. Em 2006, Anita Pires tornou-se presidente da Associação FloripAmanhã, e em 2008, deixou o cargo para assumir a presidência da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), a convite de Luiz Henrique da Silveira.

Ao lado de seu trânsito na Administração Pública, Anita Pires também se destacou como liderança do associativismo empresarial. Em 1994, foi secretária-executiva do Fórum Permanente do Turismo de Florianópolis. Em 2004, foi eleita presidente da Associação Brasileira de Empresas de Eventos, seção Santa Catarina (ABEOC-SC), e de 2011–2014, foi presidente nacional da ABEOC Brasil. Foi vice-presidente da Federação de Entidades Organizadoras de Congressos e Afins da América Latina (COCAL), entidade à qual a ABEOC Brasil é associada. Em 2012, assumiu a vice-presidência do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), entidade máxima do chamado terceiro setor no Brasil, que também administra o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Em 2014, foi vice-presidente de articulação política do ForEVENTOS, Fórum de Entidades do Setor de Eventos, que congrega 17 associações nacionais do segmento. Foi consultora especializada da União Nacional das Entidades de Destinos (UneDestinos), entidade criada em 2015 com representantes dos CVBx brasileiros, empresas e consultorias do *trade* turístico. Venceu três vezes o Grand Prix Prêmio Caio em 2013, 2015 e 2016, tornando-se *hors-concours*, posição de prestígio máximo da premiação que lhe confere um assento em seu Conselho Diretor. É titular da Academia Brasileira de Eventos e Turismo, sócia da Academia Brasileira de Letras. Desde 2021, integra o *Hall of Leaders EIC (Events Industry Council)*, a principal homenagem internacional do segmento de eventos para empresários com impacto global.

Anita Pires é presidente, desde 1993, da Pires Inteligência em Turismo, agência de consultoria de turismo com ênfase em eventos e *marketing* de destinos. Anita tem como sócias suas filhas, Juliana Pires e Jeanine Pires (ex-presidente da Embratur, responsável

pela guinada da autarquia em direção à comercialização do Brasil no exterior). A empresa tem parcerias com a FloripAmanhã, a COCAL, a UneDestinos, a ABEOC e os CBVx de São Paulo e Florianópolis. A Pires Inteligência em Turismo tem como cliente notável o Costão do Santinho, e atua desde 1994 como principal representante comercial e captadora de eventos do premiado *resort*.

A extensa trajetória de Anita Pires, dentro e fora do Estado, é testemunho insuspeito de sua capacitação como um dos principais quadros empresariais do segmento de turismo de eventos no país, que dispõe de conexões nas várias escalas e, particularmente, *expertise* na promoção turística de Florianópolis. Outras grandes lideranças empresariais compõem o núcleo orgânico de membros da FloripAmanhã. Para começar, há Fernando Marcondes de Mattos, dono do Costão do Santinho, que no âmbito local é o grande idealizador do associativismo militante dos empresários do turismo, que se materializou inicialmente na PROTUR. Dirigentes daquela associação também voltaram a atuar na FloripAmanhã: Alaor Tissot, Roberto Costa³⁸, Carlos Leite³⁹ e Hamilton Peluso⁴⁰. Há, portanto, uma clara concentração de lideranças empresariais da aliança turismo-incorporação na

³⁸Roberto Costa é empresário e publicitário, dono da Agência Propague, e importante liderança empresarial em Florianópolis. No início dos anos 1990, articulou o “Amigos de Florianópolis”, movimento que exigia a entrega dos equipamentos turísticos pelo poder público e que criticava duramente os opositores. É quando surge a alcunha de “contra” para se referir a estudantes, professores e ambientalistas. De acordo com uma de suas peças publicitárias, “Em Florianópolis, o obscurantismo conspira contra a indústria do lazer e contra a modernidade ... Fique a favor da cidade contra os que são do contra: contra a Marina, contra o Centro de Convenções, contra os hotéis da orla, contra a Beira-Mar Sul, contra o Centro Desportivo do SESI, contra o Pólo de Informática” (Agência Propague, c. 1991, apud BOPPRÉ, 2022, p. 120). Roberto Costa é hoje presidente do Floripa Sustentável. Na FloripAmanhã, foi membro do Conselho Consultivo (2008–2022).

³⁹Carlos Berenhauser Leite foi diretor por 18 anos da Habitasul S.A., empresa responsável por Jurerê Internacional, e hoje integra seu Conselho de Administração. Foi Conselheiro Municipal de Habitação de Interesse Social, Conselheiro Municipal de Saneamento e membro do Conselho da Cidade de Florianópolis. É diretor de desenvolvimento urbano do Sinduscon Grande Florianópolis. Na FloripAmanhã, foi membro do Conselho Consultivo (2012–2013), diretor de planejamento (2014–2015) e diretor administrativo (2016–2023).

⁴⁰Hamilton Peluso foi Superintendente-geral da PROTUR entre 1989–1993 e titular do Conselho Fiscal da mesma entidade até 1995. Também foi supervisor do Centro de Assistência Gerencial (CEAG/SC), entidade que seria transformada, em 1991, no SEBRAE/SC, do qual Peluso é membro orgânico e assumiu muitas vezes como conselheiro fiscal, incluindo na gestão 2019–2023. Na FloripAmanhã, Hamilton Peluso foi Diretor Financeiro (2007–2009), membro do Conselho Consultivo (2018–2019) e diretor financeiro adjunto (2020–2023).

FloripAmanhã.

3.1.2 Diversidade para produzir consenso

Diferentemente das experiências associativas anteriores, entretanto, a FloripAmanhã organiza também indivíduos voluntários e de origens não diretamente vinculadas ao turismo. Esse é o caso de Jaime de Souza⁴¹, atual presidente da associação, e Salomão Mattos Sobrinho,⁴² atual vice-presidente, cujas carreiras foram desenvolvidas na administração pública. No mesmo sentido, outra importante liderança é Elizenia Prado “Zena” Becker⁴³, pequena empresária do ramo imobiliário que é conhecida por sua trajetória no voluntariado.

Há também relações da FloripAmanhã com outras instituições, entre as quais as universidades. Da UFSC partem membros como Ivo Sostizzo,⁴⁴ Professor do

⁴¹Jaime de Souza, advogado, foi Secretário de Administração e Desenvolvimento Urbano de São José e Procurador-Geral desse município. Foi Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, presidente do Conselho de Estado do Meio Ambiente e do Conselho de Estado de Recursos Hídricos. Jaime de Souza foi também o Procurador-Geral do Município de Florianópolis (2005–2012).

⁴²Salomão Mattos Sobrinho foi Vereador da Câmara Municipal de Florianópolis, eleito diversas vezes pelo PDS (1982, 1988, 1992, 1996). Foi Secretário Executivo Municipal de Serviços Públicos de Dário Berger (PMDB) e Secretário Municipal de Mobilidade de Gean Loureiro (PMDB). Na FloripAmanhã, foi Coordenador do Grupo de Trabalho de Revitalização de Espaços Urbanos e Meio Ambiente (2016–2021), e vice-presidente (2018–2023). Esteve à frente de diversos projetos que envolveram os espaços públicos da cidade, como o Programa Adote uma Praça e, mais recentemente, o projeto de “revitalização” do Aterro da Baía Sul.

⁴³Elizenia Prado “Zena” Becker atua desde 1985 como voluntária na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e foi presidente da entidade em quatro gestões, entre 1990–1994 e 1998–2002. É também membro do Conselho Consultivo do filantrópico Instituto Guga Kuerten. À frente da FloripAmanhã, Elizenia Becker dirigiu importantes projetos da associação, em especial a elaboração da Agenda Estratégica Floripa2030 e a articulação de suas propostas no Plano Diretor de Florianópolis 2014. A empresária foi coordenadora-geral do Movimento Floripa Sustentável e do Fórum de Turismo da Grande Florianópolis (FORTUR), e coordenou também a Comissão de Mobilidade do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Florianópolis (COMDES), responsável pelo projeto da Alça Viária, três iniciativas da Associação FloripAmanhã. Por sua experiência acumulada, também foi convidada a cumprir papéis na administração pública. Em 2015, durante a gestão de César Souza Júnior (PSD), deixou a presidência da FloripAmanhã para assumir a Secretaria Municipal de Turismo. Em 2022, na gestão de Topázio Neto (PSD), torna-se Assessora de Relações Institucionais da Prefeitura Municipal e Coordenadora de Projetos Especiais. Em 2023, foi feita Coordenadora-Geral do Programa de Parcerias Público-Privadas e Concessões de Florianópolis.

⁴⁴Ivo Sostizzo foi também técnico do IPUF. É o atual coordenador do Relatório Anual de Progresso

Departamento de Geociências, Teodoro Vahl,⁴⁵ Professor do Departamento de Administração, Cesar Floriano dos Santos,⁴⁶ do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, e até mesmo o notável ex-Reitor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz.⁴⁷ A FloripAmanhã também é parceira do Departamento de Engenharia e Gestão (EGC)⁴⁸ da UFSC.

Bertoli (2017) entende que a estratégia de congregar setores aparentemente mais diversos foi o que permitiu à FloripAmanhã assumir o papel de protagonista da defesa de políticas empresariais para Florianópolis, ao mobilizar referenciais técnicos, jurídicos e morais para legitimar sua atuação na sociedade. Para o autor, a associação tornou-se um porta-voz do que chama de “bloco hegemônico metropolitano”, isto é, a configuração histórica em que uma fração capitalista torna-se dominante em uma cidade. Ao afirmar-se como engajados, diversos, e tecnicamente competentes, os empresários da FloripAmanhã

dos Indicadores (RAPI), diagnóstico anual de Florianópolis lançado pela associação em 2017 e coordenado pela Rede Ver a Cidade/“Veracidade”, que se baseia na metodologia do Programa de Cidades Emergentes e Sustentáveis, do BID. Na FloripAmanhã, Ivo Sostizzo foi Coordenador do Grupo de Trabalho de Gestão Pública (2016–2019), membro do Conselho Consultivo (2020–2021), Coordenador do Grupo de Trabalho Ver a Cidade/“Veracidade” (2020–2021) e Suplente do Conselho Fiscal (2022–2023).

⁴⁵Teodoro Rogério Vahl foi um dos fundadores da FloripAmanhã, além de ter sido diretor administrativo (2005–2006) e Titular do Conselho Fiscal (2007–2009).

⁴⁶Cesar Floriano dos Santos, arquiteto de projetos como a Revitalização do Largo da Alfândega, no Centro de Florianópolis, e o Parque Linear do Córrego Grande, coordenou a elaboração de propostas de lei a partir do Fórum Criatividade e Imagem da Cidade, que pelas diretrizes da Agenda Floripa2030. Foi membro do Conselho Consultivo da FloripAmanhã (2018–2022).

⁴⁷Rodolfo Joaquim Pinto da Luz é professor do Direito e foi três vezes Reitor da UFSC, em 1984–1988, 1996–2000 e 2000–2004. Além disso, foi Secretário de Educação Superior do MEC, presidente da ANDIFES, presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), Secretário de Educação de Florianópolis (2005–2016), presidente da Fundação Catarinense de Cultura, membro do Conselho de Cultura de Santa Catarina e presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). Foi membro do Conselho Consultivo da FloripAmanhã (2020–2022).

⁴⁸O Departamento de Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC) foi criado como instância institucional na UFSC em 2008 para oferecer disciplinas para Cursos de Graduação como “Criatividade e Inovação”, “Marketing Pessoal e Empreendedorismo”, e até mesmo “Destino Turístico Inteligente e Inovador”. Partiu do núcleo de professores que se concentrava no Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento (PPGEGC), formalizado em 2004, que foi um desdobramento do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP) para buscar “uma nova abordagem do conhecimento” (PPGEGC, 2023). Destacam-se professores como Hans Michael Van Bellen e Clarissa Stefani Teixeira, membros da Rede Ver a Cidade/“Veracidade”, e, também, Rogerio Cid Bastos.

foram felizes, até o momento, em produzir o consenso sobre sua legitimidade como representantes dos interesses coletivos da cidade. Essa estratégia estava clara desde sua fundação. Como coloca Fernando Marcondes de Mattos,

“Nos seus cenários, a FloripAmanhã teve plena consciência de que deveria ter um papel conciliador entre duas correntes antagônicas: a corrente dos que defendem a preservação do patrimônio ambiental de forma radical e irracional; e a corrente dos que querem desenvolvimento econômico a qualquer custo.” (FLORIPAMANHÃ, 2015, p. 2)

A ênfase no papel conciliador, flexível à adesão de segmentos de perfis diversos, pode ser o que motiva a FloripAmanhã a lançar, em 2017, o Movimento Floripa Sustentável. Coordenado desde então pelos membros da FloripAmanhã, ou mesmo diretamente, por meio da associação, o Floripa Sustentável permanece fortemente alinhado com os projetos da aliança turismo-incorporação. Não surpreende que tenha como um de seus fundadores Vinicius Lummertz⁴⁹, ex-Ministro do Turismo. Ademais, integrará em sua diretoria incorporadores, agora de modo mais decidido que a FloripAmanhã, ao garantir assentos ao Sinduscon.



Figura 2: Logomarcas da Agenda Floripa2030 e do Movimento Floripa Sustentável.

⁴⁹Vinicius Renê Lummertz Silva é uma importante liderança empresarial do turismo no Brasil. Natural de Rio do Sul (SC), foi superintendente do CEAG/SC e diretor do SEBRAE/SC (1989–1998), assumindo depois a presidência da ACIF (1997–2000). No Governo de Luiz Henrique da Silveira, foi Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como Secretário de Estado de Articulação Internacional. Idealizou e foi o primeiro presidente da SC Parcerias S.A. Foi Secretário de Turismo, Esporte e Cultura de Florianópolis (2011-2012). Foi Secretário Nacional de Políticas do Ministério do Turismo (2012–2015) e presidente da Embratur (2015–2018). Saiu da autarquia para assumir como Ministro do Turismo de Michel Temer.

Ao mesmo tempo que desenvolve ações similares à FloripAmanhã, buscando modelos e soluções internacionais para o planejamento urbano, para os espaços públicos e para a administração pública, o Movimento Floripa Sustentável vem cumprindo um papel mais incisivo de agitação política: publica manifestos, lança campanhas pela privatização e concessão de serviços e patrimônios públicos, vai à mídia exigir punição para as greves de trabalhadores, desautoriza parlamentares opositoristas, promove reuniões com a Prefeitura Municipal para a apresentação de propostas, entre outras ações sensacionalistas. Em relação às ações táticas da Floripa Sustentável e da FloripAmanhã, Boppré (2022, p. 32) observa que “[o] primeiro [tem a tática de] beligerar, bater e agredir e o segundo [de] propor, hegemonizar. São na prática braços orgânicos da mesma política.”

Entendemos, portanto, que a “marca”⁵⁰ Floripa Sustentável cumpre um papel importante — o de exigir, claramente, a coerção — para a hegemonia da aliança turismo-incorporação. Nesse sentido, estamos de acordo com Bertoli (2017; 2018), que compreende que esse grupo de empresários consolidou-se como dominante. Seguindo os mesmos passos do associativismo militante da PROTUR, a aliança turismo-incorporação foi capaz de retomar seu lugar de direção social. Segundo Bertoli,

“é preciso atentar para a conexão existente entre capitalistas e rentistas do solo urbano com outras frações de classe, em especial para aquelas responsáveis pela produção de ideologias. Existe algum elo que é responsável por unir os interesses de uma classe com a outra? No caso de Florianópolis, o papel dos técnicos, profissionais liberais e em especial professores universitários que trabalharam em cima de propostas como a ‘Rota da Inovação’ e o ‘Floripa2030’ podem ser considerados esse elo.” (BERTOLI, 2018, p. 97)

⁵⁰A separação em marcas, cada qual com papéis especializados e complementares, é uma solução comum para as organizações políticas, quando se deseja blindar as siglas principais de possíveis “respingos do trabalho sujo”. É o caso, por exemplo, da relação entre o Estudantes pela Liberdade (EPL) e o Movimento Brasil Livre (MBL), responsável por assumir tarefas de agitação estridente e, por vezes, instrumentalizar a violência. O MBL foi “uma marca criada pelo EPL para participar das manifestações de rua sem comprometer as organizações estadunidenses”, responsáveis por financiar as entidades e que, pela “legislação da receita americana”, eram “impedidas de doar recursos para ativistas políticos” (CASIMIRO, 2018, p. 402).

3.1.3 A convergência com o emergente ramo das TIC

A participação de professores na FloripAmanhã não pode ser explicada apenas pela busca de legitimação dos projetos políticos: está também relacionada com o papel prometeico de professores universitários na emergência do ramo econômico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em Florianópolis, que se tornou economicamente relevante nos últimos anos.

A aproximação entre as universidades brasileiras e empresas tem origens antigas, mas há um estreitamento a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2003), e, particularmente, de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2012). Segundo Leher (2010), o Estado promove a conversão do professor em professor-empresendedor, que passa a se ocupar do estabelecimento de parcerias com empresas e com a transformação das pesquisas universitárias em produtos comercializáveis. A Lei de Inovação (Lei 10.973/2004) dinamizou essa conversão e o empresariamento da universidade ao oferecer incentivos financeiros e profissionais para professores assumirem um *éthos* empreendedor. Há também o entrelaçamento de universidades com as propostas de criação de Parques Tecnológicos, que contribuiu para o estreitamento do papel da Ciência e Tecnologia às demandas de mercado (NASCIMENTO, 2023).

É nesse contexto que professores com destacado perfil empreendedor unem-se à FloripAmanhã. É o caso de Carlos Alberto Schneider⁵¹, Professor da Engenharia Mecânica da UFSC, que foi responsável por implantar, em 1984, a Fundação CERTI (Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras), a qual dirigiu por muitos anos, além de ser um dos principais proponentes do Polo Tecnológico de Florianópolis; Otávio Ferrari Filho⁵², Professor Titular de Engenharia de Produção na UFSC e entusiasta

⁵¹Carlos Alberto Schneider foi membro do Conselho Consultivo da FloripAmanhã entre 2012–2022.

⁵²Para além da carreira acadêmica, Otávio Ferrari Filho foi membro do CREA-SC, ACE, da Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Jurerê, SEINFLO, e ACIF, na qual foi diretor da Regional de Canasvieiras (2005–2009). Segundo Marmitt (2017, p. 185), “foi chefe de gabinete de planejamento da CELESC de 1971–1975, e diretor técnico da TELESC de 1985–1987”, o que demonstra também uma inserção em empresas públicas de grande importância na história urbana de Florianópolis. Na FloripAmanhã, Otávio Ferrari Filho foi vice-presidente (2009–2011), presidente do Conselho Consultivo (2012–2013), membro do Conselho Consultivo (2014–2019), Coordenador do Grupo de Trabalho de Inovação (2018–2021), suplente do Conselho Fiscal (2020–2021) e titular do Conselho Fiscal (2022–2023).

da “inovação” e da participação da sociedade civil; e Sérgio Luiz Gargioni,⁵³ também Professor da Engenharia Mecânica. Além deles, é importante destacar o papel do engenheiro José Eduardo Fiates,⁵⁴ fundador e diretor-executivo do Sapiens Parque (2002–2019).

O ramo das TIC tem uma trajetória em Florianópolis que já acumula três décadas, e se articula também com as dinâmicas imobiliárias. Rizzo (2013) mostra como no início dos anos 1990 foram desenvolvidas propostas para implantação de três parques tecnológicos: o Parque Alfa, no Saco Grande, que foi realizado; e os que não vieram à luz, o Parque Beta, no Campeche, e o Parque Gama, em São José. O Parque Tecnológico Beta era uma proposta ambiciosa, que projetava uma população de 450 mil pessoas apenas na Planície do Campeche, explorando uma porção do território que até então havia sido pouco privilegiada pelas dinâmicas imobiliárias. Rizzo (2013) entende que a resposta da população, materializada em intensa rejeição pelo Movimento Campeche Qualidade de Vida, foi um fator determinante para que essa proposta empresarial fosse frustrada. A tréplica dos empresários foi a instalação do Parque Tecnológico Sapiens Parque, em 2002, em Canasvieiras, no Norte da Ilha.

A emergência econômica do ramo de TIC veio associada a um forte componente ideológico segundo o qual a tecnologia (ou a bastardizada inovação) seria a parceira do “progresso” e do “desenvolvimento”, desejável, portanto, para todos os cidadãos. Sabe-se, hoje, que a expansão das TIC trouxe um progresso circunscrito a certos setores, e para muitos outros trouxe, ao contrário, a intensa precarização das condições de trabalho, sendo a plataforma de fenômenos como a uberização (ANTUNES, 2020). De todo modo, as TIC ofereciam no princípio a promessa real de fixação de profissionais qualificados e de altos salários, que encontrou perfeita consonância com as dinâmicas imobiliárias

⁵³Sérgio Luiz Gargioni foi membro do Conselho Consultivo da FloripAmanhã entre 2020–2022.

⁵⁴José Eduardo Fiates é engenheiro mecânico formado pela UFSC. Além do Sapiens Parque, passou também pela Fundação CERTI, na qual foi Superintendente-Geral (2015–2020), e atuou também em sua incubadora tecnológica, o Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas (CELTA), onde foi diretor (1994–2000), Superintendente de Negócios (1999–2006) e Superintendente de Ciência, Tecnologia e Inovação (2006–2015). Foi também presidente (2003–2007) e vice-presidente (1999–2003) da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC). É conselheiro do SEBRAE/SC desde 1995 e do SEBRAE Nacional desde 1999. Foi membro do Conselho Consultivo da FloripAmanhã entre 2016–2022.

que privilegiavam a diferenciação de produtos imobiliários, e, portanto, a segregação. Além disso, cada vez mais o termo tecnologia passou a ser entendido como sinônimo de “soluções digitais”, que traziam consigo as ideias de liberalização dos fluxos de pessoas e de cosmopolitismo próprio da *internet*. Esse aspecto das TIC ressoava, mais um vez, a internacionalização buscada no âmbito do turismo. “Dois é companhia, três é festa”.

O ramo de TIC e sua promessa de fixação de empregados de altos salários pôde, assim, convergir com o projeto político avançado pela aliança turismo-incorporação. Para Lenzi et al. (2023), a tecnologia integrou-se ao turismo como “vocação” de Florianópolis. Bertoli (2018) atribui até mesmo um papel mais profundo da convergência entre TIC e a aliança turismo-incorpora o:

“A crise em que se encontrava os setores do turismo e constru o civil de Florianópolis, muito ligados aos balneários do norte da ilha, encontram a sua soluço definitiva no projeto apelidado pelo governo do estado de ‘Rota da Inova o’, cuja proposta na sua totalidade só foi concebida em 2013, mas teve como marco a cria o do Sapiens Park S.A. em 2002.” (BERTOLI, 2018, p. 87)

No nosso entendimento, a convergência com as TIC   um fen meno importante, mas não parece ser o central para explicar as transforma es políticas da aliança turismo-incorpora o. A emergência das TIC não foi um fator “disruptivo” da cidade tal como se projetava nas propostas de parques tecnológicos; a Rota da Inova o — que liga o Floripa Airport ao Sapiens Parque —, está inscrita no eixo Centro–Norte da Ilha, que já era o eixo privilegiado das dinâmicas imobiliárias, mesmo que se considere seu papel de refor -lo. Perguntamo-nos se, ademais, o “*hype*” ao redor da imagem de “Ilha do Silício” e a promo o de eventos de “tecnologia” e “empreendedorismo” não poderia ser melhor relacionado   estratégia de mercantiliza o da cidade, própria do *métier* turístico, do que às atividades econômicas próprias das empresas de tecnologia da informa o, muitas das quais não possuem nem sede física e desenvolvem atividades   distância?

  importante sublinhar, além disso, como os incorporadores não perderam tempo para abraçar a ideia da “inova o”. O “cora o da Rota da Inova o”, o Centro de Inova o da ACATE,   localizado no Passeio Primavera, do incorporador Valério Gomes. Vejamos o caso do hubCG, do empresário Fernando Marcondes de Mattos, que, embora mais recente,   emblemático. Em 2020, Marcondes, junto de outros sócios, lançou com um investimento inicial de R\$ 300 milhões o *hubCG* — de “Costão Games”. O empreendimento   adjacente

ao Costão do Santinho *resort*, reposicionado, agora, como a extremidade norte da Rota da Inovação. Segundo seu documento orientador (*whitepaper*), tem “o propósito de ser o maior empreendimento do segmento de games da América Latina”, e aproveita por já nascer “integrado à Rota de Inovação de Florianópolis, sobretudo junto a atores do ecossistema, como o Sapiens Parque, UFSC, CERTI/CELTA, ACATE, além de outras empresas e instituições” (HUBCG, 2021).

Feitas essas ressalvas, podemos concluir que as TIC convergiram com os projetos desenvolvidos pela aliança turismo-incorporação, o que se refletiu na participação ativa de diversos profissionais daquele ramo nas *associações voluntárias militantes*. Essa participação contribuiu para tornar a FloripAmanhã, em particular uma entidade mais “diversa” e capaz de uma atuação capilarizada sobre diversos segmentos sociais, ligados às TIC e às universidades. Ademais, legitimou novos adjetivos para Florianópolis, como “tecnológica”, “inovadora”, “criativa”, mas manteve com zelo o principal: “segregada”.

3.2 *Os projetos de cidade e de gestão pública*

Vimos, na seção anterior, como a FloripAmanhã foi uma invenção de conhecidos empresários da cidade, que recuperaram os acúmulos políticos de experiências associativas anteriores, o PROTUR e o Fórum Permanente do Turismo. Seu núcleo orgânico é dominado por quadros da aliança turismo-incorporação e, ademais, concentra alguns dos principais quadros empresariais do ramo turístico de todo o país. Esse grupo recebeu de braços abertos novos segmentos empresariais que contribuíram para conferir-lhe diversidade e ação capilarizada, o que permitiu fabricar o consenso de que a FloripAmanhã é representante legítima dos interesses de todos os cidadãos de Florianópolis. Toda essa confluência de elementos na FloripAmanhã permitiu que a associação assumisse um papel protagônico na hegemonização dos interesses empresariais na sociedade civil, assumindo a direção de setores mais amplos da sociedade, e desenvolvesse uma ação política altamente qualificada junto ao Estado. Conforme coloca Boppré:

“Florianópolis alcançou a partir dos anos 80 até os dias atuais um estágio de qualidade superior na forma política organizativa de expressivo segmento empresarial ... [As] relações [entre empresariado e Estado] migraram de ‘pauta de reivindicações’ voltada ao poder público local para um nível superior, ou

seja, estabelecimento de relações orgânicas e de influência direta no poder local constituído.” (BOPPRÉ, 2022, p. 156)

Nesta seção, trataremos de seus projetos políticos, mostrando como há, desde o início, uma unidade em torno do projeto de cidade segregada, que reafirma a diferenciação social (a desigualdade) como central para desenvolver-se a “vocação” turística de Florianópolis. Ao lado disso, mostramos como a experiência de participação ativa de empresários dá um salto qualitativo com a FloripAmanhã, que almeja mesmo a participação irrestrita nas decisões do poder público, exigindo que este se conforme a um modelo de governança por empresários.

Iniciamos com a análise do documento “Floripa2030: Agenda Estratégica”, o *master plan* da FloripAmanhã para Florianópolis e sua Região Metropolitana, que foi aproveitado, quase que integralmente, na elaboração do Plano Diretor Municipal de 2014 (AGUIAR, 2015; BERTOLI, 2018). Em sequência, tratamos das novas estruturas ampliadas, caixas de ressonância do interesse empresarial no Estado (JANUÁRIO, 1997), e apresentamos uma linha do tempo das principais ações da FloripAmanhã, mostrando como há ainda muito a se investigar sobre a penetração no Estado e na sociedade civil dos projetos políticos da aliança turismo-incorporação.

3.2.1 A relação entre ilha e continente

Em 2015, parlamentares da Assembleia Legislativa de Santa Catarina organizaram uma sessão especial para homenagear os 10 anos de fundação da Associação FloripAmanhã. O empresário Roberto Costa foi o escolhido para fazer o pronunciamento em nome dos homenageados. Na ocasião, avaliou a trajetória da associação e destacou, entre seus projetos, aquele que considerava central:

“Pessoalmente, considero que um dos mais importantes foi o plano Floripa2030 — e poucas cidades brasileiras têm um planejamento em longo prazo —, elaborado com a participação de 84 entidades da Grande Florianópolis, representando diversos segmentos da sociedade. Ele foi o primeiro planejamento feito para Florianópolis desde a década de 60, quando o arquiteto Luiz Felipe Gama d’Eça coordenou um plano que propunha a expansão da cidade para o sul da ilha (durante a administração do prefeito Acácio Garibaldi Santiago). Esse plano foi desconsiderado por alguns prefeitos, mas hoje serve como balizador para outros

planos de governo, incluindo o novo Plano Diretor do município.” (ALESC, 2015, p. 3)

O “Floripa2030: Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região” (FLORIPAMANHÃ, 2016), lançado em 2008, é um *master plan* que inclui análises, definição de diretrizes e propostas de ação para o município de Florianópolis e sua relação com os municípios da Região Metropolitana. Trata-se de um documento estratégico, orientado por um conjunto particular de proposições políticas ditas “consensuadas” na sociedade civil. Recebeu orientação da Fundação Centro de Estudos e Planejamento Ambiental (CEPA), uma consultoria privada argentina, e privilegia a metodologia de Planejamento Estratégico Urbano *SWOT* (do inglês “Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças”). As dissertações de Aguiar (2015) e Bertoli (2017) exploram a fundo o projeto e a problemática de seu discurso, que reafirma que, para progredir e enriquecer, Florianópolis deve desenvolver sua “vocação” turística. Refletimos aqui, com base nesses trabalhos, sobre um aspecto central do projeto: a relação entre a ilha e o continente.

A preocupação que transparece, em todo o documento, é tomar uma ação “responsável” e “sustentável” diante da expectativa de crescimento demográfico. O Floripa2030 traça três cenários possíveis para o desenvolvimento urbano da metrópole (FLORIPAMANHÃ, 2016, pp. 36–39). Vejamos:

1. “Cenário Vancouver-Sydney”: neste cenário, o crescimento populacional é direcionado integralmente ao continente e, tal qual as “belas cidades” no Canadá e Austrália, mantém-se a ilha “dentro do limite de sua capacidade antrópica razoável” para garantir “máxima qualidade turística e ambiental”. Há 15 “forças e oportunidades” e 8 “fraquezas e ameaças”. Segundo o documento, isso “preserva a paisagem”, “qualifica o território”, “facilita a mobilidade pública” ao viabilizar “o transporte público no continente ... [e] o transporte individual na ilha”, “favorece novos setores criativos na economia”, e “consolida a marca Florianópolis como destino turístico de qualidade”. Seria uma oportunidade para firmar um “pacto metropolitano”, embora ameace promover um “processo de elitização da ilha”.
2. “Cenário Rio-Cingapura”: neste, há máximo crescimento populacional na ilha, que se transforma numa “metrópole globalizada”. Tal qual a capital fluminense e a cidade-estado do sudeste asiático, que são, não obstante, “grandes cidades,

com aspecto muito belo”, Florianópolis enfrentaria “situações de alta densidade e conflitos sociais”. Há 11 “forças e oportunidades” e 21 “fraquezas e ameaças”. É um “cenário assustador”: “mudança drástica em todos os sentidos”, “alto custo ecológico e econômico”, “perda da referência da paisagem natural”, “aumento de congestionamento” e “dispersão da estrutura turística”. Oportuniza, porém, a “democratização dos espaços” e a “nova multiculturalidade globalizada”. Curiosamente, a “periferização no continente” é uma ameaça. O cenário dificulta um “pacto metropolitano”.

3. Cenário considerado improvável: neste, há baixo crescimento e dispersão na ocupação territorial, o que vai contra as projeções demográficas e seria, portanto, “pouco factível”. Não há exemplos internacionais. No cenário, “domina a vontade de atender os desejos de muitos setores de habitantes locais, no sentido de propiciar padrões de baixa ocupação do solo e baixa densidade”. Há 6 “forças e oportunidades”, e 18 “fraquezas e ameaças”. Promoveria a “periferização da ilha toda”, a “expansão espontânea no continente” e “aumento da segregação social”, e resultaria em “dificultar a urbanidade” e “inibir a inovação”. Por outro lado “oportuniza a autoconstrução”, o “sonho da casa individual” e “sustenta a relação de vizinhança”. “Não favorece o pacto social”.

Por fim, o documento avança uma síntese, “o cenário desejado”. Na ilha, deve-se zelar por um crescimento urbano “moderado”, que privilegie a ocupação adensada e “polinuclear”, bem como o “turismo com valor agregado, crescendo antes em qualidade que em quantidade”. Para tanto, o grosso do aumento populacional deve ser direcionado para o continente, com base em “investimentos em infraestrutura e habitação social”, em especial o “transporte público de massa”. Esse cenário oportuniza um “pacto metropolitano”, tem 15 “forças e oportunidades”, e nenhuma “fraqueza ou ameaça”. Chega a ser cômico como o cenário síntese se aproxima do cenário de “máxima qualidade turística e ambiental”, e expia todos os seus pecados ao acrescentar o adjetivo “moderado”. No que consiste o “pacto metropolitano”? Numa clara divisão de funções: a ilha que deve acolher intervenções do tipo “enclaves urbanos”, empreendimentos de alto gabarito, tecnológicos, sustentáveis e altamente segregados, rodeados pela natureza exuberante; já o continente deve acolher a população trabalhadora, absorvendo os investimentos em habitação de interesse social e no transporte público, subentende-se, para que trabalhadores possam se

deslocar até os empreendimentos na ilha.



Figura 3: Estudo do projeto Jurerê Internacional 2050. Fonte: Divulgação/Habitasul.

A preocupação com a sustentabilidade “ambiental”, tão central na agitação política da FloripAmanhã, revela-se enviesada. Está direcionada para o emprego de soluções arquitetônicas tecnológicas — por exemplo, que minimizam o ganho térmico ou reaproveitam a água das chuvas —, ao invés de oferecer uma perspectiva ecológica de relação entre ser humano e natureza. No fundo, a sustentabilidade está moldada pela matriz do projeto político da FloripAmanhã, que é a opção pela urbanização segregadora. Em razão disso, condena seletivamente o prejuízo para a natureza e para os sistemas urbanos resultantes do parcelamento excessivo do solo que ocorreu em bairros como Ingleses, ao mesmo tempo que reconhece como modelos de sustentabilidade empreendimentos como o Costão do Santinho Resort ou o projeto Jurerê Internacional 2050, da Habitasul. Em relação à defesa das “Reservas de Biosfera Urbana”, um dos eixos de estruturação do Floripa2030, Aguiar revela esse viés em uma análise aguçada:

“A proposta de se aumentar de 53,6% para 79% na ILHA (*sic*) o contingente de área de preservação, guarda em sua aparente boa intenção duas perversidades: ... a necessidade de reordenar o zoneamento de 25,4% das terras, na sua maioria ocupada irregularmente, gerando assim um custo financeiro e social de desapropriação, realocação de um grande contingente de pessoas, que na sua maioria estão localizadas nas encostas e em outras áreas vulneráveis social e ambientalmente. Remanejando assim, aqueles que não possuem alternativas para continuar morando

na ilha para o continente, onde poderiam recompor suas residências, mas jamais o tecido social quebrado no processo, como já foi proposto para a comunidade da Ponta do Leal, Papaquara, Vila União, Queimada, Monte Cristo, Chico Mendes, dentre outras histórias similares da cidade.” (AGUIAR, 2015, p. 49)

Aguiar (2015) também mostrou como o Floripa2030 foi a base para o Plano Diretor de 2014, que esteve vigente até 2023. Em 2009, após finalizar a coleta de acúmulos em audiências públicas com participação mais ampla da sociedade civil — que integrou, verdadeiramente, associações comunitárias —, a Prefeitura Municipal contratou a própria Fundação CEPA para elaborar uma proposta técnica para o Plano Diretor. Frustrando os acúmulos da participação comunitária, a proposta de Plano Diretor foi fortemente embasada no documento Floripa2030. Não obstante sucessivos desgastes políticos e a judicialização do processo ao longo dos anos seguintes, as propostas do Floripa2030 foram integradas ao Plano Diretor promulgado em 2014 (AGUIAR, 2015; BERTOLI, 2017). Segundo a própria FloripAmanhã, em seu estudo subsequente Avanços e Influências da Agenda Floripa2030 no Contexto de 2016, “81% das proposições do Floripa2030 se fazem presentes no PDP/2010 [Plano Diretor Participativo de Florianópolis de 2010].” (FLORIPAMANHÃ, 2016, p. 5) O estudo também considerou que o Plano Diretor de 2014 convergiu em 46% com o Floripa2030, o Plano de Mobilidade (PLAMUS), de 2015, convergiu em 65%, e o Plano de Ação Florianópolis Sustentável (ICES), de 2015, em 67%.

Em 2023, por ocasião de comemoração de seus 18 anos, a Associação FloripAmanhã publicou um *follow-up* da Agenda Floripa2030: trata-se do documento “Agenda Floripa 2030, 2040, 2050”. O documento tem um teor muito diferente da Floripa2030, que reunia as características de um documento estratégico e que anunciava seus projetos (ainda que, por vezes, de modo implícito). Ao invés disso, a nova Agenda assemelha-se mais aos compêndios de orientações metodológicas, para diagnóstico e de gestão produzidos no interior de organizações multilaterais, com propostas de ação genéricas e pouco objetivas. De fato, a semelhança vai além da forma, pois declara orientar-se pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU; descreve vantagens de metodologias como o Planejamento Estratégico Urbano e o Planejamento de Revitalização Urbana, incentivados pelo BID; e realiza diagnósticos voltados à produção de indicadores, referindo-se a relatórios como o “Perspectivas Ambientais da OCDE para 2030”. O documento também toma como exemplo experiências internacionais. Como modelo de

planejamento urbano, identifica o de Nova Iorque, que promoveu parques à beira-mar e “revitalizou” a *High Line*, uma ferrovia elevada desativada, ao transformá-la num parque urbano que é hoje ponto turístico supostamente tão popular quanto a Estátua da Liberdade.

Ao tratar de Florianópolis, o documento elege como principais instrumentos de diagnóstico os 197 Indicadores de Sustentabilidade da Cidade publicados através do Relatório Anual de Progresso de Indicadores (RAPI), que se baseia na metodologia do Programa de Cidades Emergentes e Sustentáveis, do BID. O RAPI foi lançado pela FloripAmanhã em 2017 e é publicado anualmente pela Rede Ver a Cidade Floripa (“Veracidade”), que segue sendo coordenada pela FloripAmanhã. Em relação ao projeto político para a cidade, oferece apenas diretrizes: declara a aspiração de modelar Florianópolis a luz das ideias das “Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis” (CHIS ou “*Humane Smart Cities*”), apontando como eixos estratégicos a “sustentabilidade socioambiental”, a “sustentabilidade urbana” e a “sustentabilidade fiscal e de governança pública”. Soma às diretrizes a intenção de ver realizados “projetos estruturantes” alinhados com o RAPI, e dá como exemplos bem-sucedidos o Floripa Airport e o Marina Parque da Beira-Mar Norte.

3.2.2 Cidade segregada, governança empresarial

A Associação FloripAmanhã é uma defensora vigorosa da maior participação de empresários nas discussões públicas e na estruturação de projetos para a cidade. Essa reivindicação aparece travestida, porém, de defesa da participação ampla da “sociedade civil”, como se essa expressasse plenamente a diversidade de interesses e personagens políticas da infraestrutura social. Na verdade, há uma participação muito assimétrica de aparelhos de hegemonia empresariais e aparelhos de hegemonia dos trabalhadores — ou mesmo, sua inexistência, visto que esses interesses aparecem por vezes diluídos nas associações comunitárias. Graças a essa assimetria, a maior participação da sociedade civil na política implica maior participação de empresários nas decisões de Estado. A FloripAmanhã deleita-se em manter uma elevada posição moral com a defesa da participação. Nas palavras de Elizenia Becker:

“A FloripAmanhã vai continuar promovendo a cultura de planejamento e de desenvolvimento urbano integrado na região, estimulando as vocações regionais e

a sustentabilidade. E o grande desafio para extrair o melhor dessas vocações é aliar políticas públicas e protagonismo social. Com o engajamento da sociedade o esforço de todos será potencializado.” (FLORIPAMANHÃ, 2015, p. 1)

Tabela 6: Participação da Associação FloripAmanhã em conselhos e fóruns

entidade	início da participação
Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis (COMDES)	03/2009
Conselho Municipal de Inovação (CMI)	09/2012
Fórum de Turismo de Florianópolis	01/2014
Conselho de Desenvolvimento do Norte da Ilha (CODENI)	09/2015
Conselho da Cidade	03/2018
Conselho de Desenvolvimento do Centro (CODECEN)	06/2019
Conselho de Desenvolvimento do Continente (CODECON)	07/2019
Conselho Comunitário de Segurança do Centro (CONSEG)	03/2020
Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)	01/2021
Conselho Municipal de Educação (CME)	03/2021
Conselho de Alimentação Escolar (CAE)	05/2021
Conselho de Desenvolvimento do Sul (CODESUL)	09/2021

Nesse sentido, foi de importância central para a associação ter recuperado a experiência das “estruturas ampliadas” (JANUÁRIO, 1997), isto é, entidades em que as agências e secretarias públicas são integradas a uma estrutura de representação de interesses empresariais, que potencializam a articulação de objetivos políticos particulares no Estado. Como se pode ver na Tabela 6, a FloripAmanhã integra-se a um conjunto abrangente de fóruns e conselhos ligados diretamente à formulação de políticas públicas.

Duas entidades têm papel destacado: o Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis (COMDES) e o Fórum de Turismo de Florianópolis (FORTUR), ambos fundados por iniciativa da FloripAmanhã. O FORTUR é uma reedição do Fórum Permanente de Turismo da década de 1990, e, sem equívocos, declara ter como objetivo “discutir o planejamento turístico da cidade em conjunto com o poder público” (FLORIPAMANHÃ, 2015, p. 34). O COMDES, por sua vez, é integrado por associações empresariais de toda a Região Metropolitana, além de entidades como a ABEOC/SC. Foi responsável por articular a Lei 636/2014, que instituiu a Região Metropolitana de Florianópolis, e também teve papel destacado na concretização do projeto da Alça de

Contorno da BR-101, além de outros projetos de infraestrutura e mobilidade. Um fórum com esse perfil possibilita a concretização do ambicionado “pacto metropolitano” do Floripa2030.

O que associações buscam com essa inversão de papel das agências públicas? Reiteremos novamente esse ponto. Os empresários não se opõem ao Estado. Opõem-se a conviver no mesmo espaço que a população trabalhadora, que já vem sendo deslocada para o continente há muitas décadas. E a razão é econômica, ainda que possa coincidir, hipoteticamente falando, com um sentimento de ojeriza aos pobres. Os incorporadores e empresários do turismo fizeram a opção por desenvolver seus negócios na ilha por meio da diferenciação dos produtos imobiliários para moradores e turistas de elite, e excluíram desse espaço, assim, os trabalhadores. Nenhum projeto político antipopular como esse pode se sustentar apenas por meio de reivindicações cordiais: deve lutar para hegemonizar a sociedade civil e política, impondo derrota a qualquer projeto alternativo. Até então, os empresários têm vencido, e o projeto de cidade que prevalece é o de “paraíso da classe A”.

Tabela 7: Principais ações da Associação FloripAmanhã (2005–2023)

ano	ação
2006	Lança a campanha “Viva Bem Floripa”
2007	Realiza o Seminário “Floripa 2030”
2007	Publica <i>Florianópolis e os florianopolitanos: quem somos e o que queremos ser</i>
2007	Realiza a “II Oficina de Desenho Urbano sobre a Orla”
2007	Realiza a pesquisa <i>Uso e conservação da água na visão da população de Florianópolis</i>
2007	Lança o Programa Adote Uma Praça
2008	Publica <i>Floripa2030: Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região</i>
2008	Realiza oficinas de discussão da Floripa2030
2008	Realiza o “Seminário Internacional de Reservas da Biosfera em Ambiente Urbano”
2008	Publica <i>Floripa de Frente pro Mar: Resgate da Orla</i>
2008	Realiza o “Fórum de Revitalização do Centro Histórico”
2008	Lança o projeto “Corredor Cultural”, para promover restauração de edifícios históricos
2009	Realiza o “Fórum Criatividade e Imagem da Cidade”
2009	Realiza o “Seminário Paisagem de Florianópolis: presente e futuro”
2009	Lança e integra-se ao Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis (COMDES)
2010	Integra-se ao Grupo Interinstitucional para Gestão dos Resíduos Sólidos (GIRS)

ano	ação
2010	Realiza a pesquisa <i>Estudo sobre atividades no Mercado Público</i>
2011	Realiza a oficina “Planejamento Urbano de Florianópolis”, para “fortalecer o IPUF”
2011	Publica <i>Manifesto de Planejamento Regional Sustentável</i> ⁵⁵
2011	Lança o Programa Água e Educação
2011	Lança o Programa Recicla Bem Floripa
2011	Publica <i>Manual de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos</i>
2011	Organiza o Movimento Floripa Te Quero Bem
2012	Publica <i>Estudos sobre o Plano Diretor</i>
2012	Articula a aprovação da Lei Municipal de Inovação
2012	Lança a campanha “Alça do contorno, já!”
2012	Publica <i>Desafios de Florianópolis</i>
2013	Realiza o seminário “De olho no futuro: como estará Florianópolis daqui a 25 anos?”
2013	Realiza a oficina “Construindo uma visão de futuro para Florianópolis”
2013	Publica <i>Estudo Complementar para Implementação do Plano de Ordenamento Náutico</i>
2014	Organiza protesto contra “greve abusiva” dos trabalhadores do transporte coletivo
2014	Articula a conquista do Selo de Cidade Criatividade UNESCO da Gastronomia
2014	Lança e integra-se ao Fórum de Turismo da Grande Florianópolis (FORTUR)
2014	Recepciona jornalistas de congresso técnico sobre a Copa do Mundo FIFA
2014	Realiza debate sobre o Novo Terminal do Aeroporto, na FIESC
2014	Publica <i>Cartilha Evento Seguro</i> , com apoio da ABEOC e do Florianópolis CVB
2014	Articula a aprovação da lei que cria a Região Metropolitana da Grande Florianópolis
2015	Lança o Grupo de Trabalho de Revitalização de Espaços Públicos e Meio Ambiente (GT Revit)
2015	Promove o projeto “Distrito Criativo Centro Sapiens”
2015	Realiza “Seminário Identidade Cultural da Gastronomia”
2015	Realiza “Oficina Criativa Design + Gastronomia + Artesanato”
2015	Publica <i>Almanaque 10 anos do Floripa Amanhã</i>
2016	Publica <i>Floripa Rumo a 2030</i>
2017	Organiza o Movimento Floripa Sustentável
2017	Lança e integra-se à Rede de Monitoramento Cidadão de Florianópolis — Rede Ver a Cidade (“Veracidade”)
2017	Passa a publicar, anualmente, a pesquisa <i>Relatório Anual de Progresso de Indicadores</i> (RAPI)

⁵⁵Entre os objetivos centrais do manifesto estava o de “Recriar o órgão municipal IPUF com uma nova estrutura e diferente denominação, com foco no planejamento e pesquisa” (FLORIPAMANHÃ, 2015, p. 11). Na reforma administrativa municipal de janeiro de 2023, criou-se a Secretaria Municipal de Planejamento e Inteligência Urbana (SMPIU).

ano	ação
2017	Realiza o “I Encontro sobre Revitalização de Espaços Urbanos e Meio Ambiente de Florianópolis”
2017	Realiza o <i>Seminário Gestão Pública e Governança Contemporânea</i>
2017	Realiza <i>Oficina Ponte Viva</i> , sobre a reforma da Ponte Hercílio Luz
2018	Realiza o evento “Cidade para as pessoas”
2018	Realiza o evento “Semana Lixo Zero”
2018	Participa da “II Conferência Municipal de Saneamento em Florianópolis”
2018	Realiza o “II Encontro sobre Adoção de Espaços Urbanos e Meio ambiente”
2019	Realiza seminário da Rede Ver a Cidade
2019	Lança Campanha “Por uma nova SC-401”
2019	Realiza “Workshop Ressacada: entorno do novo aeroporto”
2019	Realiza o evento “Baile Místico”, relacionado às obras de Franklin Cascaes e Meyer Filho
2019	Lança campanha contra a PEC estadual 2/2019, que tornaria obrigatória a aprovação da ALESC para PPPs e Concessões
2020	Realiza “Náutica Floripa: Seminário de Conscientização dos Transportes Marítimos e Mobilidade Urbana”
2020	Integra-se ao Movimento ODS Santa Catarina
2020	Publica <i>Manifesto Rede da Economia Criativa</i>
2020	Articula sabatina com candidatos à Prefeitura Municipal
2021	Faz a transmissão virtual “Desenvolvimento do Turismo em Florianópolis”
2021	Faz a transmissão virtual “Causos e Histórias do Mercado Público de Florianópolis”
2021	Promove projeto Distrito Criativo Estreitar, para o Estreito
2021	Sedia o “Encontro Internacional de Territórios Criativos”
2021	Apresenta projeto arquitetônico do Parque Urbano e Marina Beira-Mar
2021	Realiza evento de plantio coletivo de mudas no Jardim Atlântico
2021	Emite nota oficial contra as paralisações dos servidores públicos municipais
2022	Publica <i>Relatório Cidades Criativas UNESCO</i>
2022	Participa de evento mundial da UNESCO sobre economia criativa
2022	Realiza “Fórum de Gestão de Espaços Públicos”
2023	Realiza “Fórum sobre a Revitalização do Aterro da Baía Sul”
2023	Realiza workshop “Praça XV ao Mar”
2023	Publica <i>Agenda FLORIPA 2030/2040/2050: Uma Visão Estratégica para o Futuro de Florianópolis</i>

Na Tabela 7, apresentamos, por fim, uma linha do tempo não exaustiva dos principais projetos e ações desenvolvidos ao longo dos últimos 18 anos da FloripAmanhã. Através deles se pode identificar a pretensão de direção social dos empresários da aliança

turismo-incorporação. É impossível tratar de todos em uma pesquisa exploratória, como o presente trabalho. Pensamos que, considerando sua influência na cidade e nos rumos do desenvolvimento urbano, justifica-se uma série de pesquisas específicas e aprofundadas. De fato, se este trabalho buscou oferecer um quadro onde podem ser compreendidas, ainda há uma urgente síntese crítica a se estabelecer sobre o conjunto de ações, projetos e entidades do empresariado de Florianópolis.

Conclusão

Neste trabalho, apresentamos os resultados de nossa análise sobre a influência de aparelhos de ação coletiva do empresariado (aparelhos de hegemonia) nos rumos do desenvolvimento urbano de Florianópolis e de sua Região Metropolitana. Para realizá-lo, recorreremos às técnicas de levantamento bibliográfico e documental, identificando personagens políticas, empreendimentos e ações que se relacionaram às dinâmicas imobiliárias da metrópole. Pudemos compreender que os principais agentes são empresários do turismo e da incorporação imobiliária, e que se articulam em torno de um projeto de cidade que associa o desenvolvimento econômico à segregação socioespacial. A estratégia de segregar, além disso, encontra acolhimento nos setores econômicos que se beneficiam com a segregação, a qual diminui para os mesmos setores os tempos de deslocamento e privilegia seu padrão de usufruto elitizado da cidade.

No capítulo 1, mostramos como a urbanização de Florianópolis esteve, desde o início do século XX, associada a dinâmicas imobiliárias segregadoras impulsionadas por capitais de incorporação, principais agentes produtores do espaço urbano. Após um período de desativações, os incorporadores encontravam-se, ao final do século, numa situação favorável de ampliação das condições de crédito e maior abertura para influenciar o direcionamento de políticas públicas; ao mesmo tempo, começavam a ser ameaçados pela concorrência de grandes incorporadoras nacionalizadas. Os incorporadores locais — especialmente as maiores empresas, que atuam principalmente na ilha — reafirmam sua aposta na diferenciação de produtos imobiliários, e entram assim em comunhão de interesses políticos com empresários do turismo, com quem já cultivavam sinergias econômicas.

No segundo capítulo retratamos a emergência das associações de turismo-incorporação nos fins da década de 1980, identificando como a preocupação central dos empresários de turismo, desde as décadas anteriores, era encontrar uma solução para o problema da sazonalidade que prejudicava os negócios. A experiência do *associativismo voluntário militante*, representada na PROTUR, permitiu que esses empresários fizessem conquistas significativas, como a entrega do Centro de Convenções CentroSul, e, posteriormente, o posicionamento de Florianópolis como destino turístico internacional. Isso proporcionou o desenvolvimento de uma alternativa ao turismo popular de veraneio: o turismo de elite, voltado a eventos e feiras de negócios, bem como ao lazer vinculado a produtos imobiliários

diferenciados, como *beach clubs* e campos de golfe.

No capítulo 3, apresentamos os resultados de nossa investigação sobre os recentes fenômenos associativos do empresariado em Florianópolis, observando com mais profundidade a trajetória da Associação FloripAmanhã. Fundada pelos mesmos empresários que orbitavam a PROTUR, a FloripAmanhã irá aglutinar segmentos sociais mais amplos, como professores universitários e empresários de TIC, que permitirão a ela apresentar-se como legítima representante dos interesses coletivos dos cidadãos de Florianópolis. De fato, assume o papel de direção da sociedade. Seu projeto, entretanto, revela-se antitético em relação aos interesses dos trabalhadores, pois está estruturado em torno da segregação socioespacial que os exclui da ilha e condena-os ao continente, amplificando os problemas sociais da periferização, da seletividade de investimentos públicos e dos movimentos pendulares entre residência e emprego. Consolidada, a aliança turismo-incorporação recuperou a experiência do associativismo voluntário militante e pôde avançar seu projeto para Florianópolis: uma cidade segregada, “paraíso da classe A”, que resulta na expropriação dos trabalhadores do direito à cidade.

Podemos afirmar com segurança, portanto, que as associações empresariais, e particularmente o associativismo voluntário militante, vêm cumprindo um importante papel na definição dos rumos do desenvolvimento urbano de Florianópolis e de sua Região Metropolitana, ao afirmar um projeto de cidade segregador que esteve refletido nas dinâmicas imobiliárias privadas e em sucessivas políticas públicas. É essa grande capacidade organizativa na sociedade civil, apoiada em quadros empresariais de reconhecida trajetória, que lhes permitiu aproveitar oportunidades econômicas e impor projetos antipopulares à sociedade, garantindo, para si mesmos e para os segmentos sociais prósperos, os melhores frutos da cidade segregada.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, André Ruas de. *Analisando Floripa 2030: um modelo hegemônico de cidade*. Dissertação (Mestrado em História da Arquitetura), PGAU-USFC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA (ALESC). Ata da 045ª Sessão Especial da 1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura realizada em 12 de novembro de 2015, em comemoração aos dez anos da Fundação da Associação Floripamanhã. *Diário da ALESC*, número 6.928, 02/12/2015.
- ALVARISTO, Sidiane dos Santos; SANTOS, Maria Teresa dos; KOHLER, Iliane; CASTRO, Zulamar Maria Bittencourt. *Memória do Fórum da Cidade: uma década de luta pelo direito à cidade em Florianópolis 2001-2011*. Florianópolis, PPGSS/UFSC Publicações, 2022.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo, 2020.
- BALTHAZAR, Ana Paula dos Santos. *SESI: ação sócio-política do empresariado industrial junto aos trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.
- BERTELLI, Edilane. *Consensos e dissensos da indústria da construção civil: os rumos da representação política empresarial na ‘Ilha da Magia’*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.
- BERTOLI, João Luis Abrantes. *Blocos hegemônicos metropolitanos: a relação entre o público e o privado na (re)produção do espaço urbano de Florianópolis (2005-2016)*. Dissertação (Mestrado em Economia), PPGECO-UFSC, Florianópolis, 2017.
- _____. Cidade, Estado e Sociedade Civil: reflexões sobre a participação popular no planejamento urbano em Florianópolis. *Revista do Núcleo de Economia Catarinense NECAT*, 7(14), 2018.
- BOPPRÉ, Afrânio Tadeu. *A contradição em processo: impasses e perspectivas de concepções de cidade em Florianópolis*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci y el Estado*. Cidade do México, Siglo XXI Editores, 1978.
- BURGOS, Raúl. Planejamento participativo: a saga da participação social no processo de elaboração do Plano Diretor de Florianópolis (1993-2013-2017). In: PERES, Lino Fernando Bragança. (Org.). *Confrontos na Cidade: luta pelo plano diretor nos 20 anos do Estatuto da Cidade*. Livro digital. Florianópolis: Arquitetura & Urbanismo/UFSC, pp. 493–524, 2022.
- CAMPOS, Edson Telê. *A expansão urbana na região metropolitana de Florianópolis e a dinâmica da indústria da construção civil*. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *“Estranhas Catedrais”*: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964–1988. Niterói, Eduff, 2014.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Expressão Popular, 2018.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos*. Banco de dados. Acesso em 10/11/23, disponível em <<https://www.dieese.org.br/cesta/>>.
- DINIZ, Eli. Empresariado e estratégias de desenvolvimento. *Lua Nova*, São Paulo, n. 55–56, 2002.
- FÁVERI, Marlene de. “Welcome to Floripa”: A Copa do Mundo na Ilha da Magia: apologia ao turismo sexual. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 13, pp. 05–38, 2014.
- FIX, Mariana. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese (doutorado em Ciência Econômica) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2011.

- FLORIPAMANHÃ. *Floripa2030: Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região*. Publicação digital, 2016 [2008], disponível em <https://materiais.floripamanha.org/floripa2030>, acesso em 01/08/2023.
- _____. *Almanaque FloripAmanhã 10 anos: Para fazer do futuro de Floripa nosso melhor presente*. Edição do autor, Florianópolis, 2015.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. EPSJV/UFRJ, 2010.
- _____. Capitalismo filantrópico? - Múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. *Marx e o Marxismo*, Niterói, v. 8, n. 14, pp. 15–35, 2020.
- GOMEZ, Renan Santos. *Do gabinete à gaveta: operações urbanas consorciadas em Florianópolis (2010–2014)*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo), IAU-USP, 2022.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana*. Turim, Einaudi, 1977.
- GRAZZIANO, Raphael. *Virtualidades e contradições no espaço sob padrões globais: LEED e arquitetura corporativa em São Paulo*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2019.
- HARVEY, David. *Spaces of global capitalism: a theory of uneven geographical development*. Londres, Verso, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 2016.
- _____. *Região de Influência das Cidades de 2018*. Rio de Janeiro, IBGE, 2020.
- _____. *População no último censo [2022]*. Rio de Janeiro, IBGE, 2023.
- JANUÁRIO, Sérgio Saturnino. *Organização, ação e representação de interesses do empresariado do setor turístico em Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.
- LEHER, Roberto. Educação no Governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: PASSARINHO, Paulo et al. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003–2010*. Rio de Janeiro, Garamond Universitária, 2010. pp. 369–412.
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação imobiliária: uma análise dos processos de concentração e centralização do capital no setor imobiliário. *EURE (Santiago)*. Santiago (Chile), v. 40, n. 120, pp. 29–47, 2014.
- LENZI, Maria Helena. *A invenção de Florianópolis como cidade turística: discursos, paisagens e relações de poder*. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- LENZI, Maria Helena; GONÇALVES, Tiago Cargnin; ANDRADE, Gustavo Pires de. De 'Sol e Mar' a 'Ilha do Silício': narrativas midiáticas na promoção de Florianópolis (1975–2020). *Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais*, v. 25, n. 1, 2023.
- LINS, Hoyêdo Nunes. Florianópolis, *cluster* turístico?. *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 11, n. 2, pp. 57–70, 2000.
- _____. Interações, aprendizagem e desenvolvimento: ensaio sobre o turismo em Florianópolis. *Turismo - Visão e Ação*, v. 9, n. 1, pp. 107–120, 2007.
- LUCA, V. F. *A geografia das feiras de negócios em Santa Catarina: origem, evolução e dinâmica das transformações*. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- MACHADO, Gabriel Simon. Violência política de gênero: um estudo sobre a trajetória de Anita Pires. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA SEÇÃO SANTA CATARINA (ANPUH-SC). *Anais do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-SC*. Joinville (SC), UNIVILLE, 2018.

- MANCUSO, Wagner Pralon. O Empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, 2007.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo, Expressão Popular, 2013 [1973].
- MARMITT, Rogeli Lúcia. *Organização e ação política do empresariado na região metropolitana de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- MARX, Karl. *O Capital* - Livro I - O processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo, 2013 [1867].
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro, Laboratório Dimensões da História (LDH-UFF), 1998.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO (MTE). *Microdados RAIS e CAGED*. Banco de dados. Acesso em 10/11/23, disponível em <<ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/microdados/>>.
- NERI, Marcelo Côrtes. *Mapa da Riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV Social, 2023.
- PAMPLONA, Patricia. *IMPUNES: 2500 dias da Operação Moeda Verde*. Florianópolis, edição da autora, 2014.
- PERES, Lino Fernando Bragança. (Org.). *Confrontos na Cidade: luta pelo plano diretor nos 20 anos do Estatuto da Cidade*. Livro digital. Florianópolis: Arquitetura & Urbanismo/UFSC, 2022.
- PETERS, Carmen Maria. Mensagem da Presidente. *Portal do Florianópolis Convention & Visitors Bureau***, 2005.
- PROCHNOV, Norberto de Jesus. *Panorama do sistema de representação de interesses do empresariado, na microrregião de Florianópolis: enfoque da organização e das demandas (1985–1995)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA, GESTÃO E MÍDIA DO CONHECIMENTO (PPGEGC). *Histórico*. Página na internet, disponível em <https://ppgegc.paginas.ufsc.br/historico/>, acesso em 10/11/2023.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015.
- RIZZO, Paulo Marcos Borges. *O planejamento urbano no contexto da globalização: caso do Plano Diretor do Campeche em Florianópolis, SC*. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- ROVER, Leonardo. *A dinâmica da construção civil no município de Palhoça*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.
- ROYER, Luciana de Oliveira. *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2009.
- RUFINO, Beatriz. *Incorporação da MetrÓpole: centralização do capital no imobiliário e nova produção do espaço em Fortaleza*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2012.
- _____. União de gigantes da construção: A Associação Brasileira de Incorporadoras (ABRAINC) como ator político na financeirização da produção imobiliária. In: FREITAS, Sara; PINHO, Carlos Eduardo Santos. *Empresariado e poder político no Brasil: uma perspectiva multidimensional*. São Paulo, Alameda, 2020.
- SANFELICI, Daniel. Centralização do capital no setor imobiliário e reconfiguração das metrópoles. *Mercator*, Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 7–21, 2016.
- SANTOS, Fabíola Martins. *Geografia das redes hoteleiras: mundo, Brasil e Santa Catarina*. Tese

- (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização Desigual*. São Paulo, Edusp, 2010 [1971].
- SCHINKE, Gert. *O golpe da “Reforma Agrária”*: fraude milionária na entrega de terras em Santa Catarina. Florianópolis, Editora Insular, 2.ed., 2017.
- SCHULER, V. L.; CÉSAR, P. A. B. Conventions & Visitors Bureaux e sua formação no Brasil. Caxias do Sul, *Revista Rosa dos Ventos*, v. 6, n. 2, pp. 229–246, 2014.
- SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação Social, Habitação de Mercado*: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2010.
- SIQUEIRA, Marina Toneli; CHAVES, L. S.; GONÇALVES, A. L. S. O desafio da participação popular no planejamento urbano brasileiro: o caso do Plano Diretor de Florianópolis. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico*, Belo Horizonte, n. 11, pp. 37–61, 2020.
- SIQUEIRA, Marina Toneli; SCHLEDER, C. S. E. L.; MAGNANTI, I. Áreas de urbanização especial: as possibilidades e os entraves na implementação de novos instrumentos de planejamento urbano em Florianópolis. *Geosul*, v. 36, pp. 186–212, 2021.
- SIQUEIRA, Marina Toneli; LUCAS, A. T. Nem tudo o que reluz é ouro: Florianópolis e o urbanismo competitivo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 25, n. 57, pp. 419–442, 2023.
- SUBSTITUTIVO GLOBAL E POPULAR AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 1911/22 DE PLANO DIRETOR DA PREFEITURA. *Proposta Popular para o Plano Diretor de Florianópolis* (página da internet). Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://planodiretor.libertar.org/s/planodiretorpopular/page/proposta>. Acesso em 13 de março de 2023.
- SUGAI, Maria Inês. *Segregação silenciosa*: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970–2000). Florianópolis, EdUFSC, 2015.
- TOPALOV, Christian. *Les promoteurs immobiliers*: Contribution à l’analyse de la production capitaliste du logement en France. Paris (França), Mouton, 1974.
- VAINER, Carlos; OLIVEIRA, Fabricio Leal de; LIMA JUNIOR, Pedro de Novais. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. In: OLIVEIRA, F. L. et al. (Orgs.). *Grandes projetos metropolitanos*. Rio de Janeiro, Letra Capital, pp. 11–23, 2012.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensos. Petrópolis, Vozes, 8.ed., 2013.
- VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição à história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, C.; SCHIFFER, S. (Orgs.). *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo, Edusp, 1999. pp. 171–243.
- _____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 71, pp. 37–58, 2011.

Fontes selecionadas

- ABEOC: quem somos. *Associação Brasileira de Empresas de Eventos*, sem data, disponível em <<https://abeoc.org.br/quem-somos/>>, acesso em 01/10/2023.
- ACERVO Prêmio Caio - Personalidades. *Prêmio Caio*, sem data, disponível em <https://www.premiocaio.com.br/acervo_resultado.aspx?>>, acesso em 01/10/2023.
- ACERVO Prêmio Caio - Resultado da Busca: Costão do Santinho. *Prêmio Caio*, sem data, disponível em <https://www.premiocaio.com.br/acervo_resultado.aspx?>>, acesso em 01/10/2023.
- ACERVO Prêmio Caio - Vencedores Grand Prix. *Prêmio Caio*, sem data, disponível em <https://www.premiocaio.com.br/acervo_resultado.aspx?>>, acesso em 01/10/2023.
- ACIF: Histórico. *Associação Comercial e Industrial de Florianópolis*, sem data, disponível em <<https://www.acif.org.br/a-acif/historico/>>, acesso em 01/10/2023.
- AÇORES Espaço Eventos é a nova empresa do Costão do Santinho Resort & Spa. *Pires Inteligência em Destinos e Eventos*, 09/05/2017, disponível em <<https://piresiturismo.com.br/acoeres-espaco-eventos/>>, acesso em 01/10/2023.
- AEROPORTO Internacional de Florianópolis é reconhecido por oferecer a melhor experiência aos passageiros. *Floripa Airport*, 22/09/2023, disponível em <<https://floripa-airport.com/noticias/102125-aeroporto-internacional-de-florianopolis-e-reconhecido-por-oferecer-a-melhor-experiencia-aos-passageiros>>, acesso em 01/10/2023.
- ALAGOAS tem representante no novo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável do Governo Federal. *Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal*, 10/05/2023, disponível em <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/conselhao/alagoas-tem-representante-no-novo-conselho-de-desenvolvimento-economico-social-sustentavel-do-governo-federal>>, acesso em 01/10/2023.
- ALMOÇO-DEBATE com Vinícius Lummertz, Ministro do Turismo. *LIDE/SC*, 23/10/2018, disponível em <<https://lidesc.com.br/eventos/almoco-debate--vinicius-lummertz-ministro-do-turismo.html>>, acesso em 01/10/2023.
- ANITA Pires toma posse como diretora da Academia Brasileira de Eventos e Turismo. *Pires Inteligência em Destinos e Eventos*, sem data, disponível em <<https://piresdestinoseventos.com.br/anita-pires-toma-posse-como-diretora-da-academia-brasileira-de-eventos-e-turismo/>>, acesso em 01/10/2023.
- ARMANDO Luiz Gonzaga. *Associação Comercial e Industrial de Florianópolis*, sem data, disponível em <<https://www.acif.org.br/a-acif/12123-2/>>, acesso em 01/10/2023.
- ARQUITETO e urbanista André Schmitt morre em Florianópolis. *Archdaily Brasil*, 13/09/2019, disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/924778/arquiteto-e-urbanista-andre-schmitt-morre-em-florianopolis>>, acesso em 01/10/2023.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS (ACIF). *Líder Capital n. 33. Florianópolis, ACIF, ano 3, n. 33.*. Documento digital, 2010.
- BANCO OURINVEST SA. *Floripa Shopping Fundo de Investimento Imobiliário*. Documento digital, 2009-07-08.
- BOATOS sobre a venda de controle da Portobello afetam ações. *Portal do Senado Federal*, 22/02/2006, disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/457744/complemento_1.htm>, acesso em 01/10/2023.
- BRASIL cai de sétimo para nono lugar no ranking da ICCA de 2013. *Mercado e Eventos*, 12/05/2014, disponível em <<https://www.mercadoeventos.com.br/feiras-e-eventos/brasil-cai-de-setimo-para-nono-lugar-no-ranking-da-icca-de-2013/>>, acesso em 01/10/2023.
- BRASIL cai uma posição e é 10º no ranking Icca. *Panrotas*, 11/05/2015, disponível em

<https://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/eventos/2015/05/brasil-cai-uma-posicao-e-e-10o-no-ranking-icca_114018.html#:~:text=A%20International%20Congress%20and%20Convention,pasado%2C%20com%20291%20eventos%20catalogados.>, acesso em 01/10/2023.

BRASIL ocupa o 7º lugar como país que mais recebe eventos internacionais. *Portal Eventos*, 15/05/2009, disponível em <<https://www.portaleventos.com.br/news/Brasil-ocupa-o-7o-lugar-como-pais-que-mais-recebe-eventos-internacionais>>, acesso em 01/10/2023.

CAPITAL catarinense conhece o perfil do turista de eventos. *Ministério do Turismo*, 17/03/2011, disponível em <<http://antigo.turismo.gov.br/2020/17-ultimas-noticias/1540-capital-catarinense-conhece-o-perfil-do-turista-de-eventos.html>>, acesso em 01/10/2023.

CARLOS Berenhauser Leite. *LinkedIn*, 10/10/2023, disponível em <<https://www.linkedin.com/in/carlosberenhauserleite>>, acesso em 01/10/2023.

CENTRO de Eventos Luiz Henrique da Silveira dá primeiro passo para a concessão. *FloripAmanhã*, 16/08/2022, disponível em <<https://floripamanha.org/2022/08/centro-de-eventos-luiz-henrique-da-silveira-da-primeiro-passo-para-a-concessao/>>, acesso em 01/10/2023.

COM custo de R\$ 86 mi, novo centro de eventos é aberto em Florianópolis. *O Globo*, 26/11/2015, disponível em <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/11/com-custo-de-r-86-mi-novo-centro-de-eventos-e-aberto-em-florianopolis.html>>, acesso em 01/10/2023.

CONHEÇA o Centro de Cultura e Eventos Reitor Luiz Carlos Cancelier de Olivo. *Universidade Federal de Santa Catarina*, sem data, disponível em <<https://dceven.ufsc.br/centro-de-cultura-e-eventos/conheca-o-centro-de-cultura-e-eventos/>>, acesso em 01/10/2023.

CONHEÇA o Condomínio Terra Nova em Palhoça. *Brognoli Imóveis*, 05/08/2022, disponível em <<https://www.brognoli.com.br/blog/condominio-terra-nova-palhoca/>>, acesso em 01/10/2023.

CONHEÇA o legado do nosso grande arquiteto André Schmitt. *Portobello Archtrends*, 13/09/2019, disponível em <<https://blog.archtrends.com/conheca-o-legado-do-nosso-grande-arquiteto-andre-schmitt/#comment-10966>>, acesso em 01/10/2023.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO EM SANTA CATARINA. *Relatório de Auditoria n. 174479*. Documento digital, 2006-07-25.

CURITIBA (PR) é um dos 20 destinos mais procurados para eventos. *Hotelier News*, 19/04/2007, disponível em <<https://www.hoteliernews.com.br/curitiba-pr-e-um-dos-20-destinos-mais-procurados-para-eventos/>>, acesso em 01/10/2023.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS. *Decreto n. 122/98 — Regulamenta a implantação do Conselho Municipal de Turismo*. Documento digital, 1998.

EDUARDO Sanovicz – Cadeira 12. *Academia Brasileira de Turismo e Eventos*, sem data, disponível em <<https://academiaeventosturismo.org.br/academico/eduardo-sanovicz-cadeira-12-embratur-abear/>>, acesso em 01/10/2023.

EDUARDO Sanovicz, ex-presidente da Abear, morre aos 63 anos. *Valor Econômico*, 02/09/2023, disponível em <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/09/02/eduardo-sanovicz-ex-presidente-da-abear-morre-aos-63-anos.ghtml>>, acesso em 01/10/2023.

EMBRATUR destaca sétimo lugar do Brasil no ranking da ICCA. *Mercado e Eventos*, 08/05/2013, disponível em <<https://www.mercadoeventos.com.br/feiras-e-eventos/embratur-destaca-setimo-lugar-do-brasil-no-ranking-da-icca/>>, acesso em 01/10/2023.

EMBRATUR prepara sua nova concorrência de publicidade. *Janela Publicitária*, 13/09/2018, disponível em <<https://janela.com.br/2018/09/13/embratur-prepara-sua-nova-concorrenca-de-publicidade/>>, acesso em 01/10/2023.

EMPRESAS Dimas: nossos negócios. *Empresas Dimas*, sem data, disponível em

<<https://www.dimas.com.br/nossos-negocios/>>, acesso em 01/10/2023.

EU sempre fui muito preocupada com a cidade como um todo, diz Zena Becker. *ND Mais*, 04/06/2022, disponível em <<https://ndmais.com.br/cidadania/eu-sempre-fui-muito-preocupada-com-a-cidade-como-um-todo-diz-zena-becker/>>, acesso em 01/10/2023.

FERNANDO Marcondes de Mattos (Período: 1991 - 1992). *Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina*, sem data, disponível em <https://www.sef.sc.gov.br/institucional/acervos/secretario/18/Fernando_Marcondes_de_Mattos>, acesso em 01/10/2023.

FLORIANÓPOLIS avança posição no ranking da ICCA 2010. *FloripAmanhã*, 14/06/2011, disponível em <<https://floripamanha.org/2011/06/florianopolis-avanca-posicao-no-ranking-da-icca-2010/>>, acesso em 01/10/2023.

FLORIANÓPOLIS comemora 4o lugar no ranking Brasil da ICCA. *Mercado e Eventos*, 10/05/2017, disponível em <<https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/destinos/florianopolis-comemora-4o-lugar-no-ranking-brasil-da-icca/>>, acesso em 01/10/2023.

FLORIANÓPOLIS é 3ª cidade que mais recebe eventos internacionais. *ABEOC Brasil*, 11/05/2018, disponível em <<https://abeoc.org.br/2018/05/florianopolis-e-3%C2%AA-cidade-que-mais-recebe-eventos-internacionais/>>, acesso em 01/10/2023.

FLORIANÓPOLIS é a 3º cidade do Brasil no ranking da ICCA 2017. *Pires Inteligência em Destinos e Eventos*, 08/05/2018, disponível em <<https://piresdestinoseventos.com.br/florianopolis-e-3-cidade-do-brasil-no-ranking-da-icca-2017/>>, acesso em 01/10/2023.

FLORIANÓPOLIS ganhará novo shopping center. *Estadão*, 09/01/2004, disponível em <<https://www.estadao.com.br/brasil/florianopolis-ganhara-novo-shopping-center/>>, acesso em 01/10/2023.

FLORIANÓPOLIS na lista das cidades que mais recebem eventos. *FloripAmanhã*, 08/05/2008, disponível em <<https://floripamanha.org/2008/05/florianopolis-na-lista-das-cidades-que-mais-recebem-eventos/>>, acesso em 01/10/2023.

FLORIPAMANHÃ. *Agenda Floripa 2030, 2040, 2050*. Documento digital, 2023.

FLORIPAMANHÃ: Diretoria. *FloripAmanhã*, sem data, disponível em <<https://floripamanha.org/quem-somos/diretoria/>>, acesso em 01/10/2023.

FLORIPAMANHÃ. *Floripa2030: Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região*. Documento digital, 2008.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Estudo de perfil e impacto econômico dos eventos nacionais e internacionais realizados em Florianópolis - Resumo*. Documento digital, 2011.

HOUVE pedido de propina. *FloripAmanhã*, 10/05/2007, disponível em <<https://floripamanha.org/2007/05/houve-pedido-de-propina/>>, acesso em 01/10/2023.

HUBCG. *Whitepaper do hubCG*. Documento digital, 2021.

INTERNATIONAL CONGRESS AND CONVENTION ASSOCIATION (ICCA). *Ranking ICCA 2011*. Documento digital, 2012.

INTERNATIONAL CONGRESS AND CONVENTION ASSOCIATION (ICCA). *Ranking ICCA 2018*. Documento digital, 2019.

INTERNATIONAL CONGRESS AND CONVENTION ASSOCIATION (ICCA). *Ranking ICCA 2019*. Documento digital, 2020.

INTERNATIONAL CONGRESS AND CONVENTION ASSOCIATION (ICCA). *Ranking ICCA 2022*. Documento digital, 2023.

JEANINE Pires assume a Embratur - Eduardo Sanovicz vai para a Reed e é candidato à ICCA. *Portal da Câmara dos Deputados*, 01/08/2006, disponível em <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctur/noticias/noticia060801-embratur>>, acesso em

01/10/2023.

JEANINE Pires assume Secretaria Executiva do MinC. *Cultura e Mercado*, 09/10/2012, disponível em <<https://culturaemercado.com.br/jeanine-pires-assume-secretaria-executiva-do-minc/>>, acesso em 01/10/2023.

JEANINE Pires explica saída da Embratur. *Panrotas*, 26/08/2010, disponível em <https://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/gente/2010/08/jeanine-pires-explica-saida-da-embratur-_60942.html>, acesso em 01/10/2023.

LANÇADA associação que reúne 19 incorporadoras em SP. *O Globo*, 16/04/2013, disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/lancada-associacao-que-reune-19-incorporadoras-em-sp.html>>, acesso em 01/10/2023.

MAGNO Martins: empreendimentos. *Magno Martins Engenharia*, sem data, disponível em <<http://www.magnomartins.com.br/empreendimentos/>>, acesso em 01/10/2023.

MARCELO Pedrosa assume sec. executiva do Minc em lugar de Jeanine. *Mercado e Eventos*, 19/07/2013, disponível em <<https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/politica/marcelo-pedrosa-assume-sec-executiva-do-minc-em-lugar-de-jeanine/>>, acesso em 01/10/2023.

MARCONDES fala das razões do êxito do Costão do Santinho em três décadas. *NSC Total*, 15/12/2021, disponível em <<https://www.nsctotal.com.br/columnistas/estela-benetti/marcondes-fala-das-razoes-do-exito-do-costao-do-santinho-em-tres-decadas>>, acesso em 01/10/2023.

NOVA secretária de Turismo toma posse. *Prefeitura Municipal de Florianópolis*, 26/03/2015, disponível em <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/index.php?pagina=notpagina¬i=13813>>, acesso em 01/10/2023.

NOVO empreendimento em Florianópolis traz ‘vida’ para entornos da ponte; entenda. *ND Mais*, 10/11/2022, disponível em <<https://ndmais.com.br/cultura/novo-empreendimento-em-florianopolis-traz-vida-para-entornos-da-ponte-entenda/>>, acesso em 01/10/2023.

OPERAÇÃO Moeda Verde. *Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal*, 11/02/2008, disponível em <<https://web.adpf.org.br/noticia/adpf/operacao-moeda-verde/>>, acesso em 01/10/2023.

PARLAMENTO homenageia centenário de Saul Brandalise e Band SC. *Agência ALESC*, 16/11/2016, disponível em <https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/envia_entrada/parlamento-catarinense-homenageia-centenario-de-saul-brandalise-e-os-34-ano>, acesso em 01/10/2023.

PEDIDO de demissão. *ND - Coluna de Cacau Menezes*, 18/07/2020, acesso em 01/10/2023.

PÉRICLES Druck sem reservas. *Revista Gente que faz*, 27/04/2023, disponível em <<https://gentequefaz.com/9050-2/>>, acesso em 01/10/2023.

PESQUISA traça o perfil do turistas de eventos de Florianópolis (SC). *Mercado e Eventos*, 18/03/2011, disponível em <<https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/destinos/pesquisa-traca-o-perfil-do-turistas-de-eventos-de-florianopolis-sc/>>, acesso em 01/10/2023.

PGE/SC e SCPAr iniciam modelagem do programa de parcerias e investimentos do Estado. *Procuradoria Geral do Estado Santa Catarina*, 17/02/2020, disponível em <<https://www.pge.sc.gov.br/noticias/pge-sc-e-scp-ar-iniciam-modelagem-do-programa-de-parcerias-e-investimentos-do-estado/>>, acesso em 01/10/2023.

PORTO Alegre é a terceira no ranking de eventos internacionais. *Portal da Prefeitura do Município de Porto Alegre*, 22/05/2016, disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/proweb3_geral/imp_ressao.php?p_projeto=144&p_secao=3&p_noticia=186710>, acesso em 01/10/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. *Planejamento Urbano Integrado, o passo seqüencial do novo Plano Diretor Participativo de Florianópolis*. Documento digital, 2014.

PRÊMIO Caio - Hors Concours. *Prêmio Caio*, sem data, disponível em <<https://www.premiocaio.com.br/conselho-diretor/hors-concours>>, acesso em 01/10/2023.

RCD Participações: história. *RCD Participações*, sem data, disponível em <http://rcdpar.com.br/rcd/historia.html>, acesso em 01/10/2023.

RESORT criará parque de lazer marinho. *Folha de S.Paulo*, 10/05/1999, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/turismo/fx10059921.htm>, acesso em 01/10/2023.

SECRETARIA de Estado do Turismo: A Setur. *Secretaria de Estado do Turismo*, sem data, disponível em <http://www.setur.sc.gov.br/index.php/institucional/a-setur>, acesso em 01/10/2023.

SHOPPING Iguatemi supera obstáculos e ganha espaço em Florianópolis. *ND Mais*, 27/02/2011, disponível em <https://ndmais.com.br/economia/shopping-iguatemi-supera-obstaculos-e-ganhao-espaco-em-florianopolis/>, acesso em 01/10/2023.

SINDUSCON Grande Florianópolis: associados. *Sinduscon Grande Florianópolis*, sem data, disponível em <https://sinduscon-fpolis.org.br/associados/>, acesso em 01/10/2023.

SOBRE o CentroSul. *CentroSul Centro de Convenções de Florianópolis*, sem data, disponível em https://site.centrosul.net/?page_id=22, acesso em 01/10/2023.

SOBRE o Prêmio Caio. *Prêmio Caio*, sem data, disponível em https://www.premiocaio.com.br/sobre_premio, acesso em 01/10/2023.

SUGESTÕES sobre planejamento e operacionalização a partir de 2015, elaboradas pelas entidades do ForEVENTOS, foram entregues ao presidente da Embratur. *Revista Pelo Mundo*, sem data, disponível em <https://www.revistapelomundo.com.br/sugestoes-sobre-planejamento-e-operacionalizacao-a-partir-de-2015-elaboradas-pelas-%E2%80%8Bentidades-do-foreventos-foram-entregues-ao-presidente-da-embratur/>, acesso em 01/10/2023.

UM POUCO de história. *Pedra Branca Cidade Criativa*, sem data, disponível em <https://www.cidadepedrabranca.com.br/um-pouco-de-historia>, acesso em 01/10/2023.

UNEDESTINOS elege primeira diretoria e presidente. *ABEOC Brasil*, sem data, disponível em <https://abeoc.org.br/2015/06/unedestinos-elege-primeira-diretoria-e-presidente/>, acesso em 01/10/2023.

UNITED STATES GREEN BUILDING COUNCIL (USGBC). *LEED project profiles*. Banco de dados, disponível em <https://www.usgbc.org/projects>, acesso em 01/10/2023.

VEJA o ranking das cidades que mais receberam eventos padrão ICCA. *Mercado e Eventos*, 12/05/2015, disponível em <https://www.mercadoeventos.com.br/feiras-e-eventos/veja-o-ranking-das-cidades-que-mais-receberam-eventos-padrao-icca/>, acesso em 01/10/2023.

VENDA de 30% do shopping Iguatemi Florianópolis movimenta R\$ 108 milhões. *Correio Santa Catarina*, 20/10/2019, disponível em <https://www.correiosc.com.br/venda-de-30-do-iguatemi-florianopolis-movimenta-r-108-milhoes/>, acesso em 01/10/2023.

WOA: empreendimentos. *WOA*, sem data, disponível em <https://www.woa.com.br/empreendimentos>, acesso em 01/10/2023.